



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM TURISMO**  
**ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: TURISMO E DESENVOLVIMENTO**

**ECOTURISMO EM CABO VERDE: Uma via para a Preservação  
Ambiental na Ilha de Santiago**

**Olina Lopes Mendes Cabral**

**Orientação: Prof. Doutora Brígida Rocha Brito**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção  
do grau de Mestre em Turismo com Especialização em  
Turismo e Desenvolvimento

Évora, 2010



**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM TURISMO**  
**ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO: TURISMO E DESENVOLVIMENTO**

**ECOTURISMO EM CABO VERDE: Uma via para a Preservação  
Ambiental na Ilha de Santiago**

**Olina Lopes Mendes Cabral**  
**Orientação: Prof. Doutora Brígida Rocha Brito**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção  
do grau de Mestre em Turismo com Especialização em  
Turismo e Desenvolvimento

Évora, 2010

*Aos meus pais*

*Maria Teresa Lopes Tavares e Francisco Mendes Lopes Cabral*

Agradecimentos .....	8
Resumo .....	9
Abstract.....	10
Listas das principais siglas e abreviaturas .....	11
Introdução.....	14
<b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
1 – O Turismo e a importância do segmento Ecológico .....	21
1.1 – Breve enquadramento da Evolução do Turismo.....	21
1.2 – Ecoturismo: Origem e Significado .....	23
2 – Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável .....	28
<b>CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO ECOTURISMO EM CABO VERDE .....</b>	<b>35</b>
1 – Enquadramento do Arquipélago de Cabo Verde .....	35
2 – A situação do Turismo em Cabo Verde .....	40
2.1 – Caracterização do ecoturismo e oportunidades de desenvolvimento .....	44
2.2 – Enquadramento Legislativo: Ambiente e Turismo.....	46
2.2.1 – Legislação ambiental .....	47
2.2.2 – Legislação Turística.....	50
2.3 – O papel das entidades públicas e privadas na protecção ambiental .....	52
3 – Potencialidades e constrangimentos do ecoturismo nas ilhas .....	55
<b>CAPÍTULO III – O ECOTURISMO NA ILHA DE SANTIAGO: ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>60</b>
1 – Enquadramento da Ilha de Santiago .....	60
1.1 – Elementos de caracterização física: geografia, clima e geomorfologia.....	60
1.2 – Caracterização socio-económica da Ilha de Santiago.....	65
1.2.1 – Elementos sócio-demográficos.....	65

1.2.2 – Particularidades culturais.....	67
1.2.3 – Actividades económicas tradicionais.....	70
1.3 – Especificidades ambientais.....	71
2 – Os Contributos do ecoturismo na criação de oportunidades sócio-económicas...	73
3 – Ecoturismo e preservação santiaguense .....	77
3.1 – Acções do Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM) na preservação ambiental .....	79
3.2 – O ecoturismo no contexto do Parque Natural.....	81
4 – Actividades ecoturísticas e circuitos em Santiago.....	84
5 – Análise SWOT do ecoturismo na Ilha de Santiago .....	95
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES .....	98
Referências Bibliográficas.....	103
Anexos .....	110

Figura 1 – As três dimensões do Desenvolvimento Sustentável.....	31
Figura 2 – Divisão do Arquipélago de Cabo Verde .....	35
Figura 3 – Atractivos das ilhas montanhosas .....	56
Figura 4 – Atractivos das ilhas planas .....	57
Figura 5 – Divisão administrativa da ilha de Santiago.....	61
Figura 6 – Delimitação do Parque Natural de Serra Malagueta.....	79
Figura 7 – Paisagens do Parque Natural de Serra Malagueta e de Pico de Antónia .....	83
Figura 8 – Paisagens do Concelho da Ribeira Grande de Santiago .....	85
Figura 9 – Paisagens da localidade de Rui Vaz e do Concelho de S. Domingos.....	86
Figura 10 – Vista de Monte Pico de Antónia, cobertura vegetal do Município de S. Lourenço dos Órgãos e Garça Vermelha.....	88
Figura 11 – Paisagem do Monte Marquês de Pombal, das montanhas e da vila histórica do Município .....	89
Figura 12 – Árvore de Poilão, paisagem do vale e vista panorâmico de Monte Brianda – Concelho de Santa Catarina.....	91
Figura 13 – Orla costeira e paisagem da Ribeira das Pratas no Concelho do Tarrafal ..	92
Figura 14 – Aspectos orográficos e da orla costeira do Concelho de São Miguel .....	92
Figura 15 – Paisagem dos picos e montanhas do Concelho de Santa Cruz.....	93

## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 1 – Diferença entre Turismo de Massas e o Turismo Alternativo.....	24
Quadro 2 – Diferença entre Turistas clássicos e Turistas contemporâneos .....	25
Quadro 3 – Marcos Históricos do Desenvolvimento da Consciência Ambiental .....	32
Quadro 4 – Diferença entre Ecoturismo, Turismo Ambiental, de Natureza, de Aventura, Ecocientífico e Rural .....	34
Quadro 5 – Ilhas e Ilhéus de Cabo Verde e suas assimetrias .....	37
Quadro 6 – Evolução de crescimento de turismo em Cabo Verde (2002 – 2008) .....	41
Quadro 7 – Principais indicadores do turismo .....	41
Quadro 8 – Entrada de turistas (Percentagem por mercado emissor).....	42
Quadro 9 – Estabelecimentos de alojamento disponíveis segundo o tipo, por ilha, 2009 .....	43
Quadro 10 – Evolução dos fluxos de IDE para Cabo Verde, 1993 – 2006 (% FBC) . .	43
Quadro 11 – Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas .....	49
Quadro 12 – Dispositivos legais do turismo e seus objectivos.....	51
Quadro 13 – Volume total da precipitação anual em cada uma das Bacias Hidrográficas da ilha. ....	62
Quadro 14 – Classificação das zonas climáticas .....	62
Quadro 15 – Principais tipos de rochas da ilha de Santiago de acordo com Faria (1970). .....	63
Quadro 16 – Distribuição dos Concelhos e Freguesias da Ilha de Santiago e da respectiva população.....	65
Quadro 17 – Evolução aproximada da população da Ilha de Santiago (2000 – 2010)...	66
Quadro 18 – Análise SWOT do ecoturismo na ilha de Santiago .....	95

## AGRADECIMENTOS

---

Quero a todos agradecer. Em primeiro lugar a Deus pela grande força e coragem dadas ao longo da minha vida, até a realização deste trabalho, e que continue a iluminar sempre o meu caminho.

À minha família, principalmente aos meus pais pelo grande amor e carinho, sem esquecer a força e coragem dada sempre nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Doutora Brígida Rocha Brito, pela força de vontade em aceitar orientar este trabalho, sem esquecer a dedicação e os esclarecimentos prestados ao longo da realização do mesmo, mostrando-se disponível sempre que necessário.

Ao Eng. Samuel Gomes, do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário de Cabo Verde, pelo apoio imprescindível, nas sugestões, informações e documentos cedidos.

Ao Eng. Leão Carvalho e ao Sr. Ortet da Direcção-Geral do Ambiente de Cabo Verde, pelos documentos cedidos.

Aos directores do Parque Natural de Serra Malagueta (João Mascarenhas), Monte Gordo (Lindaci Oliveira) e Fogo (Alexandre Levsky), pelos documentos cedidos.

A todos os meus professores, que me acompanharam durante este dois anos, pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos, em especial a Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Saudade Baltazar.

Aos meus irmãos, tia e amigos, Audília Cabral, Celita Cabral, Augusta Semedo, Elisa Tavares, Dulce Soares Monteiro e Eliseu Lopes pelo encorajamento dado ao longo deste percurso.

Gostaria de manifestar a minha profunda gratidão, e os meus sinceros agradecimentos, a todos aqueles, que de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

De forma geral a todas as instituições inquiridas.

A contribuição do ecoturismo para a preservação do ambiente é uma das considerações que explica a tendência mundial para o desenvolvimento do turismo ecológico, nos países com grandes e pequenos ecossistemas.

Este trabalho pretende caracterizar a evolução do ecoturismo em Cabo Verde, bem como o seu contributo para a criação de condições promotoras de um ambiente saudável na Ilha de Santiago. Devido à importância do ecoturismo e das suas relações com o ambiente, oito instituições públicas e privadas, sediadas em Santiago, do ramo do turismo e ambiente, constituíram a amostra deste estudo.

Diante da realidade dos recursos ambientais e naturais do país, concretamente da Ilha de Santiago, percebeu-se nos resultados deste estudo que a preservação ambiental pode ser alcançada através da prática do ecoturismo, um segmento essencial na dimensão social, cultural e económica e, que obviamente permitirá um consumo mais equilibrado dos mesmos. Acredita-se, todavia, que ajudará o país a atingir também a qualidade no turismo, como estratégia para o desenvolvimento da Ilha de Santiago, assim como das outras ilhas, contribuindo para sensibilizar a sociedade perante as questões ambientais, em particular no que respeita à biodiversidade.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Preservação Ambiental; Áreas Protegidas; Desenvolvimento Sustentável

**Ecotourism in Cape Verde: a way to the environmental preservation in Santiago Island**

The contribution of ecotourism to conservation of environment is one of the considerations that explain the global trend towards the development of ecological tourism in countries with large and small ecosystems.

The study is to characterize the evolution of eco-tourism in Cape Verde and its contribution that creates suitable conditions for a healthy environment on the island of Santiago. Due to the importance of ecotourism and its effect on environment, eight public and private institutions located in Santiago, which is the branch of tourism and environment were used for the study.

Facing with the reality of environmental and natural resources of the country in Cape Verde, it was noted in Island of Santiago that environmental conservation can be achieved through the practice of ecotourism, which is a key segment in social, cultural and economic aspects of life and this obviously allows for a balance between the ecotourism and the environment. The believe of people helps a country improve the quality of tourism as a strategy for development of the environment such as the Island of Santiago and the neighboring islands, contributing to sensitize society on environmental issues in relation to biodiversity.

**Key-words:** Ecotourism, Environmental Preservation, Protected Areas and Sustainable Development

## LISTAS DAS PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS

---

AAN – Associação Amigos da Natureza

ADAD – Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento

ASA – Aeroportos e Segurança Aérea

BCV – Banco de Cabo Verde

CDS – Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável

CI – Cabo Verde Investimento

CIT – Convergência Intertropical

CM – Câmara Municipal

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CVE – Escudos Cabo-verdiano

DGA – Direcção Geral do Ambiente

DGASP – Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária

DGT – Direcção Geral do Turismo

EBI – Ensino Básico Integrado

EUT – Estatuto de Utilidade Turística

FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FBC – Formação Bruta de Capital

GEF – Fundo Mundial para o Ambiente

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

INDP – Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INIDA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário

MADRRM – Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos

MAAP – Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas

MAP – Ministério da Agricultura e Pescas

M€ – Milhões de Euros

MECC – Ministério de Economia Crescimento e Competitividade

ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

OMT – Organização Mundial do Trabalho

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONGs – Organização Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Pico de Antónia

PAIS – Plano Ambiental Intersectorial

PAMSD – Plano Ambiental Municipal de São Domingos

PAMSLO – Plano Ambiental Municipal de São Lourenço dos Órgãos

PANA – Plano de Acção Nacional para o Ambiente

PDM – Plano Director Municipal

PDMSC – Plano Director Municipal de Santa Catarina

PEDTCV – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PM – Policia Marítima

PNF – Parque Natural do Fogo

PNMG – Parque Natural de Monte Gordo

PNSM – Parque Natural de Serra Malagueta

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POP – Policia de Ordem Pública

RGS – Ribeira Grande de Santiago

RV – Rui Vaz

S/D – Sem Data

SEPA – Secretariado Executivo para o Ambiente

SLO – São Lourenço dos Órgãos

SSM – São Salvador do Mundo

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats

TIES – The International Ecotourism Society

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNEP – United Nations Environment Programme – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF – World Wildlife Found - Fundo Mundial para a Vida Selvagem

No âmbito do Curso de Mestrado em Turismo da Universidade de Évora, Área de Especialização “Turismo e Desenvolvimento”, foi elaborada a presente dissertação que constitui o trabalho final para a obtenção do grau de Mestre em Turismo na referida Universidade. O tema abordado incidiu sobre um estudo aprofundado do “Ecoturismo em Cabo Verde: uma via para a preservação ambiental na Ilha de Santiago”.

A escolha do tema deveu-se sobretudo à inexistência de um trabalho semelhante para a ilha em questão, mas também pela consciência do peso do turismo na economia do país, e da mais-valia resultante da aplicação adequada do ecoturismo a favor da preservação do ambiente e da conservação das espécies animais e vegetais autóctones, fornecendo ainda à população uma fonte de rendimento sustentável. Estes aspectos acabaram por implementar ainda mais, a ideia do arquipélago de Cabo Verde se poder tornar num destino ecoturístico de crescente qualidade.

Hoje muito se tem falado sobre as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a degradação ambiental, entre outras ameaças que os recursos do planeta têm enfrentado, sobretudo por acções antropogénicas, desenvolvidas ao longo dos tempos. Na verdade, este risco é do conhecimento de todos e há cada vez mais consciencialização do perigo a que o nosso planeta está sujeito. As ameaças têm um maior impacto em regiões frágeis do ponto de vista ambiental e o arquipélago de Cabo Verde tem sofrido estes efeitos de forma agravada. Para que esta ideia mude, falta somente a acção, ou seja, que cada um faça a sua parte. Podermos ter em atenção, esta ilustre frase:

*“O que acontecer com a terra acontecerá com os filhos da terra. O homem não teceu a teia da vida, ele é apenas um fio. O que ele fizer à teia estará fazendo a si mesmo”* (Seattle citado por Ted Perry)<sup>1</sup>.

Neste contexto podemos referir-nos ao turismo como uma das causas e dos efeitos destes problemas, uma vez que o sector a partir dos anos 50 ganhou o mercado internacional, passando a desempenhar um papel de relevo a nível económico e social.

---

<sup>1</sup> <http://montmello.wordpress.com/2009/12/11/a-teia-da-vida-todas-as-coisas-sao-conectadas/>

Porém, para acompanhar este desenvolvimento foram efectuados investimentos que, aliados à falta de planeamento e controlo adequado resultaram em graves impactos ambientais. Daí a preocupação com os efeitos ecológicos do turismo veio à superfície e percebeu-se que os benefícios do sector devem ser acompanhados dos benefícios ambientais e sociais, que foram reveladas em relatórios e conferências das Nações Unidas (ONU). Assim, nos anos 80 aumentou a procura de novas formas de turismo, mais equilibradas, aliadas propriamente ao ecoturismo (Wearing & Neil, 1999).

Segundo o mesmo autor, o ecoturismo passou a ser encarado como uma forma de turismo que preserva o meio ambiente, feito em torno das paisagens naturais virgens e não só, centrado na natureza, e que respeita o local onde é desenvolvido, assim como a respectiva cultura. O sector tem crescido, ano após ano, segundo o Instituto de Recursos Mundiais citado por Wearing e Neil (1999) está crescendo a uma taxa de 30% enquanto o turismo global aumentou cerca de 4%. No entanto, demonstra a necessidade sentida por pessoas em ter contacto directo com a natureza, fugir da vida urbana a procura da solidão que a natureza lhes oferece, e isto faz aumentar o número de visitas as áreas protegidas (Wearing & Neil, 1999).

Além destes dados, Ramos, (2004) nos descreve o aumento dos números do ecoturismo, hoje representando 5% do turismo mundial, sendo o horizonte a alcançar, 10% ao longo desta década. A Organização Mundial do Turismo (OMT), refere que o turismo convencional tem registado um crescimento de 7% ao ano, excedendo o ecoturismo os 20% (Ramos, 2004).

Os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, estão a fazer uma forte aposta neste novo segmento de turismo, considerando-o também como um instrumento de desenvolvimento económico. O desafio é compatibilizar esta actividade com a conservação dos recursos naturais existentes. O incentivo maior surgiu quando a ONU consagrou o ano 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo, tendo conseguido atrair o interesse suficiente a nível internacional.

Cabo Verde é um país que tem envidado esforços em levar adiante o seu desenvolvimento, juntando-se a esta causa, pela fragilidade dos seus escassos recursos naturais, pelos efeitos resultantes da insularidade e pela pequena dimensão. O desenvolvimento do turismo em Cabo Verde tem sido enfrentado com base no seguinte aspecto: um país com um turismo sustentável desenvolvido em cada ilha, em função das potencialidades reais existentes, garantindo um impacto ambiental e socio-económico durável (Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas [MAAP], 2004a).

A Ilha de Santiago tem sido bastante procurada particularmente para a fixação de residência na procura de melhores condições de vida, mas a sua capacidade de resposta tem-se revelado insuficiente e bastante limitada, pondo em risco o ambiente natural. Albergando a capital do país e sendo dotada de um aeroporto internacional, reveste-se de particular interesse turístico, acrescendo o facto de ter uma área protegida de dimensões consideráveis. Por estas razões, uma séria aposta no ecoturismo poderia ajudar a solucionar alguns destes entraves perceptíveis principalmente no meio rural. Seguindo esta sequência deve-se ter sempre em atenção que não existem só benefícios mas que também decorrem custos que terão de ser suportados. A partir do momento em que começa a degradar o ambiente, deixa de ser considerado ecoturismo. O rigor para a sua planificação é imprescindível.

Tendo em conta estas considerações, pretende-se com este trabalho responder às seguintes questões que acompanharam todo o estudo, servindo de referencial orientador da reflexão e do trabalho de campo:

a) Como tem sido implementado o ecoturismo em Cabo Verde e em particular na ilha de Santiago?

b) Quais são as zonas santiaguenses de destaque no âmbito do ecoturismo?

c) Quais os impactos do ecoturismo na vida comunitária, na preservação ambiental e na conservação da biodiversidade terrestre (flora e fauna) santiaguense?

d) Quais são as acções levadas a cabo pelas instituições públicas e privadas que valorizam o ambiente, incentivando o desenvolvimento do ecoturismo na ilha de Santiago?

Postas as questões iniciais da pesquisa, frisam-se assim as hipóteses:

Hipótese 1: Nos últimos anos da década de 2000, Cabo Verde em geral e em particular a Ilha de Santiago, tem sido muito valorizado e promovido como destino ecoturístico tanto nos circuitos nacionais como internacionais.

Hipótese 2: As entidades públicas ligadas ao turismo e ao ambiente elegem estrategicamente a criação das áreas protegidas como a única forma de preservar o ambiente e de garantir o desenvolvimento sustentável.

Hipótese 3: A protecção ambiental, como forma de promoção da qualidade de vida dos cidadãos, assume um papel de assinalável relevo na sociedade cabo-verdiana.

As perguntas enunciadas e as hipóteses formuladas traduzem uma consciência explícita do desafio que representa para o ecoturismo, proteger os recursos naturais cabo-verdianos que, pela condição de insularidade, são marcados por vulnerabilidades

que fazem emergir problemas ecológicos e ambientais. Nesta sequência apresento o objectivo principal da pesquisa: caracterizar a evolução do ecoturismo em Cabo Verde, e aferir se consiste num contributo de relevo para o desenvolvimento de um ambiente saudável na Ilha de Santiago. Assim, do objectivo principal decorrem os seguintes objectivos específicos:

- Apresentar o contributo do ecoturismo na criação de oportunidades, que beneficiem as populações das pequenas comunidades da Ilha de Santiago;
- Mostrar de que forma o ecoturismo pode desempenhar um papel importante na preservação do ambiente, em particular da flora e fauna específicas da ilha;
- Identificar e apresentar as regiões que, em Santiago, revestem-se de potencial ecoturístico, na perspectiva de um desenvolvimento sustentável;
- Conhecer os actores envolvidos na promoção de actividades ecoturísticas e da preservação ambiental, bem como os níveis de intervenção.

A motivação patente na escolha do tema do presente trabalho, assenta em cinco pontos principais:

- I. Deriva da importância do ecoturismo para a realidade cabo-verdiana ao nível dos seus recursos naturais e ambientais, sendo evidente uma carência de estudo neste ramo de actividade, o que representa um desafio à tradicional prática de turismo de sol e praia num país onde a poluição ambiental não está longe de ser uma ameaça;
- II. Alia-se à minha formação de base (Licenciatura em Ecoturismo), que me fez despertar para esta questão, nomeadamente no que respeita ao envolvimento num estudo mais aprofundado sobre o estado da actual situação do sector em Cabo Verde e, em particular, da Ilha de Santiago exclusivamente;
- III. Em conhecer as portas que o ecoturismo poderá abrir à Ilha de Santiago, no domínio ambiental e socioeconómico, servindo desta forma como um mecanismo para o desenvolvimento rural, espaço onde é naturalmente desenvolvido o ecoturismo.
- IV. Adotar ferramentas, que me permitam adquirir uma capacitação de respostas para os futuros trabalhos de cariz ecológico, servindo de experiência e apoios na realização de projectos de âmbito técnico-científico;

- V. Procurar aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação superior, como profissional da área de turismo, dando um contributo vital para um desenvolvimento sustentável do turismo/ecoturismo em Cabo Verde.

No campo metodológico, optou-se por uma metodologia, que permitisse descrever o impacto do desenvolvimento sustentável do turismo em Cabo Verde/Santiago, na sua vertente ecoturística, de acordo com os seus recursos potenciais e endógenos.

Alguns autores consideram que a metodologia é “um conjunto de directrizes que orientam a investigação científica” (Herman, 1983 citado por Hébert *et al.*, 1990:15), e ainda como referem De Ketele e Roegiers, (s/d:18), “qualquer investigação requer a elaboração de uma estratégia de recolha de informações”. Deste modo, inicialmente o trabalho assentou num estudo exploratório, que permitiu construir o problema da investigação.

Contudo, o método utilizado para esta investigação foi de abordagem mista, associando técnicas de natureza quantitativa e qualitativa. A primeira deveu-se à necessidade de explorar alguns dados estatísticos compilados pelas instituições envolvidas no campo da investigação, e entre outras. Quanto ao método qualitativo a escolha foi influenciada segundo as sugestões da OMT, que explicita o seguinte: “a análise qualitativa em turismo é uma forma sistemática de interpretar a realidade e entendimento dos fenómenos turísticos com os instrumentos que proporcionam a visão da realidade, opiniões e experiências dos investigadores ou de grupos de observadores, informantes e participantes na investigação” (Marujo, 2008:78). Portanto, a análise dos dados é de natureza qualitativa, ou seja, “os dados foram descritivos e recolhidos em forma de palavras ou imagens e não de números” (Bogdan & Biklen, 1994:48). Assim, o instrumento de recolha de informação baseou-se na entrevista complementada com a observação directa, e pelo estudo de documentos (pesquisa documental). Neste caso, a pesquisa documental foi sem dúvida a primeira técnica posta em prática, com selecção de leitura cuidadosa dos factos pertinentes no quadro da investigação que se pretendia levar adiante. Também é uma técnica fundamental para qualquer tipo de investigação e de acordo com Bell (1997:77) citado por Marujo (2008:77), “implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a área do seu interesse, recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e redacção das suas conclusões” e, por outro lado, com o intuito de se atingir os objectivos traçados para esta investigação

“permite ao investigador uma familiarização em profundidade, com o assunto que irá ser abordado” (Marujo, 2008:77).

No entanto foram utilizados documentos diversos, dos quais os principais são relatórios, planos estratégicos, boletins informativos e panfletos, estudos realizados por estas instituições: MAAP, Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos (MADRRM), Direcção Geral do Ambiente (DGA), Direcção Geral do Turismo (DGT), Ministério de Economia Crescimento e Competitividade (MECC); Cabo Verde Investimento (CI) e Câmaras Municipais (CM), sobre turismo em geral, biodiversidade, ambiente e áreas protegidas.

A entrevista foi uma técnica privilegiada e é uma estratégia dominante para o trabalho de campo que facilita a recolha de dados descritivos na linguagem do próprio entrevistado, “permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (Bogdan & Biklen, 1994:134).

A opção recaiu na entrevista de forma semi-estruturada, uma vez que segundo Bogdan & Biklen, “fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos” (Bogdan & Biklen, 1994:135). Além das questões fundamentais introduziram-se novas questões em busca de mais informações. As entrevistas foram dirigidas as instituições públicas<sup>2</sup> e privadas com ligação directa ou indirectamente com o turismo e o ambiente, pelos seus papéis de relevo nesta matéria, o que justifica que a amostra utilizada foi uma amostra do tipo intencional. Assim, os entrevistados foram, cinco Câmaras Municipais: Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago (CMGRS), Câmara Municipal de São Domingos (CMSD), Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos (CMSLO), Câmara Municipal de São Salvador do Mundo (CMSSM) e Câmara Municipal de Santa Catarina (CMSC), na qualidade dos seus presidentes e vereadores; DGT – Funcionária Assessora do Director; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Chefe da Unidade Ambiente, Energia e Prevenção de Desastres Naturais; Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF) – Coordenadora Nacional. Estas instituições manifestaram todo o interesse em colaborar na investigação, disponibilizando informações valiosas para a interpretação da realidade do estudo em causa. É importante ressaltar que todos os dados recolhidos foram registados por escritos.

---

<sup>2</sup>Infelizmente a DGA e o PNSM não se pronunciaram nos questionários das entrevistas, apesar das insistências feitas, quer pessoalmente e por outros meios.

A observação directa baseou-se no conhecimento adquirido no decurso da formação inicial (Licenciatura em Ecoturismo) como ao longo do mestrado, sem esquecer o conhecimento directo da realidade do País e da Ilha em estudo.

As técnicas utilizadas facilitam assim a análise dos dados em profundidade, que é feita de forma descritiva ao longo do texto.

Quanto à organização do trabalho, este está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo fez-se um enquadramento teórico da evolução do turismo, contextualizando o ecoturismo no âmbito da sua origem e significado, e conciliando-o ao desenvolvimento sustentável, através da revisão da literatura do tema, designadamente: documentos de turismo, ecoturismo e outros relacionados directa ou indirectamente ao tema, relatórios oficiais, e artigos científicos.

No segundo capítulo procurou-se fazer uma breve caracterização de Cabo Verde e uma análise sobre a evolução do turismo e da realidade do ecoturismo no país; focando assim os aspectos legislativos (turismo e ambiente); o papel das entidades públicas/privadas na protecção ambiental e as condições que o país oferece face a este produto (potencialidades e constrangimentos).

O terceiro capítulo inicia-se com a caracterização da Ilha de Santiago nos domínios da (situação geográfica, climática, geológica, geomorfológica, socio-demográfica, cultural, socioeconómico e ambiental); seguido de uma análise descritiva e cuidadosa dos dados sobre: os contributos do ecoturismo nas actividades socioeconómicas; na preservação ambiental; da importância do Parque Natural de Serra Malagueta para o desenvolvimento do ecoturismo na ilha; do ecoturismo no contexto do Parque assim como identificação das actividades ecoturísticas e circuitos em Santiago; e uma análise SWOT do ecoturismo na ilha.

E finalmente no último capítulo tiram-se as conclusões de acordo com as questões levantadas, as hipóteses e os objectivos propostos sobre o tema e também apresenta-se as pistas para as futuras investigações.

### 1 – O TURISMO E A IMPORTÂNCIA DO SEGMENTO ECOLÓGICO

#### 1.1 – Breve enquadramento da Evolução do Turismo

Pela sua rápida expansão e importância, actualmente o turismo tornou-se num dos principais sectores de destaque na economia mundial depois do petróleo (Campos, 2008). Segundo os relatos, o fenómeno turístico é bem antigo. Iniciou-se na Idade Antiga, em que as pessoas valorizavam muito o lazer, manifestado por um grande interesse de viajar, principalmente as classes altas. Um dos grandes atractivos da época era os jogos olímpicos realizados a cada quatro anos que motivavam as grandes deslocações dedicadas ao lazer, concentrado sobretudo na cidade de Olímpia.

Ora, esta actividade, no entanto, ficou supostamente marcada como um começo de turismo cultural de que muito se fala hoje (Anónimo, 2005). Segundo ainda esta fonte alguns especialistas do estudo do fenómeno turístico consideram-no da Idade Média, caracterizado como épocas das grandes peregrinações, cujo motivo das viagens centraram-se no religioso.

Posteriormente, na Idade Moderna, Fernandez Fúster (1991) citado por Anónimo (2005) salienta que o início do turismo moderno corresponde às viagens dos cavaleiros do século XVII, mas a actividade religiosa continuou sendo a origem do incentivo das viagens. Começou a haver o novo interesse da aristocracia inglesa pela viagem, obrigando os seus filhos a viajarem vários anos pela Europa, como complemento dos estudos universitários, com o propósito de serem conhecedores da Europa. No século XVIII conforme Nugent, estas viagens tornaram-se uma forma de converter os viajantes em autênticos cavaleiros (Anónimo, 2005).

Assim de acordo com a fonte citada, foi somente no século XVII e XVIII é que apareceu a palavra turismo: *grand tour*, passaram a denominar as pessoas que viajam como turistas. A partir de então houve bastante procura dos ingleses ao continente europeu, que influenciou o desenvolvimento dos transportes, da hotelaria e da restauração. A partir do século XIX, com o progresso da ciência, a revolução industrial, a multiplicação das trocas, o desenvolvimento dos transportes, em particular o comboio, as viagens ganharam uma nova dinâmica e daí começaram a sua verdadeira identidade. Ainda no mesmo período, a Organização Mundial do Trabalho (OMT) determinou o princípio das férias pagas.

Todas estas condições favoreceram o arranque do turismo enquanto actividade económica, mas a eclosão da II Guerra Mundial fez diferir o seu avanço.

Durante a Idade Contemporânea, com o desenvolvimento dos transportes, o reconhecimento do direito às férias pagas, a criação de organizações nacionais e internacionais, resolvidas a fomentar o turismo, e as novas ideias conduziram a que no início do século XX, o turismo passou a ser uma actividade económica relevante. De acordo com Careto e Lima (2006) a sua expansão e solidificação também deu-se neste século, concretamente na década de 50. Ainda os autores descrevem que a partir dali surgiu o fenómeno do turismo de massa, provocando forte desequilíbrios ambientais, sociais e económicos, visto que depois da referida guerra, o desenvolvimento económico e social atingiu o seu auge. As viagens aéreas e rodoviárias aumentaram, como também as grandes cadeias hoteleiras no litoral começaram a sobrecarregar algumas áreas receptoras.

Careto e Lima (2006) salientam portanto, que a forte procura para o destino de acolhimento levou a destruição destes espaços, juntamente com a destruição dos valores ambientais, redução da biodiversidade e dos espaços com grande valor natural e patrimonial.

Sendo assim, estas acções declararam ser de um turismo insustentável, perceptível por todos, principalmente das organizações internacionais. Levaram a cabo um conjunto de iniciativas, entre as quais a publicação do relatório de Brundtland conhecido por título “Nosso Futuro Comum” em 1987, a Eco92 e a Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro em 1992 que causaram maior impacto na consciencialização das pessoas e dos turistas em preservar o ambiente e os recursos naturais - assunto que iremos desenvolver ao longo deste trabalho.

As preocupações manifestadas nestes relatórios e conferências como também nos outros documentos fizeram com que esta relação assumisse uma profunda relevância, dentro de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Desde então o turismo passou a ser considerado como um meio para apreciar os valores ambientais, e hoje é feita de forma sustentável, baseado na natureza, conhecido por ecoturismo (Fennell, 2002). Neste contexto, e de acordo com Brás (2005:29) foi a partir da evolução do turismo sustentável que o conceito do ecoturismo surgiu, relacionado com a implementação e desenvolvimento de uma política de turismo sustentável. De seguida, abordaremos a origem e o conceito do ecoturismo de forma mais pormenorizada.

## 1.2 – Ecoturismo: Origem e Significado

Na realidade desconhecem-se as origens exactas do ecoturismo. Muitos autores consideram que ecoturistas sempre tinham existido, desde existência do homem, pelo facto de viajarem para espaços naturais e assim podiam ser denominados ecoturistas os naturalistas dos séculos XVII; XVIII e XIX que acompanhavam os conquistadores nas suas viagens, estudando a fauna e a flora dos sítios visitados (Contente, 2001).

Mas o termo «ecoturismo» só foi utilizada pela primeira vez em 1983, por Hector Ceballos-Lascurain, para designar “as viagens para contacto com as áreas naturais relativamente não perturbadas e com o fim específico de as estudar, admirar e apreciar o cenário, as plantas e os animais bem como quaisquer aspectos culturais existentes nestas áreas” (Cunha, 2006:222). Porém, este termo gera muita ambiguidade, pois, especula-se que W. Hetzer já o tinha utilizado em 1965 (Fennell, 2002:12).

Após um período de 10 anos (1983 a 1993) esta definição foi revista a uma nova versão e muitas outras foram desenvolvidas praticamente no mesmo período. Ainda, nos anos 1970 outras referências foram feitas ao ecoturismo em que o termo «ecotour» foi utilizado no Canada para identificar os roteiros ao longo da rodovia trans Canada, iniciativa dos vários departamentos não-governamentais, com o objectivo de proporcionar uma estreita relação entre “Homem-Terra”. Baseando-se em uma série de guias interpretativos descrevendo diferentes eco-zonas existente ao longo do percurso da estrada (Fennell, 2002:12).

Segundo Hintze (2009), o ecoturismo é visto como uma forma de turismo de baixo impacto sobre os locais e comunidades nas quais desenvolve-se, como “alternativa” entendido como prática responsável e sustentável de fazer turismo ao turismo convencional de massas, que causa diversos impactos ambientais e sociais.

Pois, a massificação do turismo conduziu à necessidade de se voltar a um turismo de maior qualidade, voltado para o ambiente. Sendo assim, são as diferentes motivações e interesses dos turistas que acabam por diferenciar o turismo de massas do turismo alternativo.

**Quadro 1 – Diferença entre Turismo de Massas e o Turismo Alternativo**

<b>Variável</b>	<b>Turismo de Massas Convencional</b>	<b>Turismo Alternativo</b>
<b>Alojamento</b>		
Padrões espaciais	Costeiros, alta densidade	Dispersos, baixa densidade
Escala	Grande dimensão, integrados	Pequena escala, estilo caseiro
Propriedade	Estrangeira, multinacional	Local, familiar, pequenas e médias empresas
<b>Mercado</b>		
Volume	Elevado	Baixo
Origem	Um mercado dominante	Em mercado dominante
Segmento	Psicocêntrico <sup>3</sup>	Alocêntrico <sup>4</sup>
Actividades	Água/Praia/Vida nocturna	Natureza/Cultura
Sazonalidade	Inverno/Estação alta	Sem estação dominante
<b>Economia</b>		
Estatuto	Sector dominante	Sector suplementar
Impacto	Sector muito dependente de importações/repatriação de lucros	Sector não dependente de importações/lucros retidos no país.

Fonte: Vieira (1997) citado por Brito *et al.*, (2010)

Este segmento começou a ser mais vulgarizado na década de 1990 (Figueira, 1997) e mais ainda no início deste século, revelando a preocupação dos países e dos organismos internacionais em proteger o meio ambiente. Deste modo, Hawkins (1994) citado por Figueira (1997) descreve os factores que mais contribuíram para a sua forte divulgação:

- A manifestação de uma consciencialização a nível internacional a propósito das realidades ecológicas globais;

<sup>3</sup>Por Psicocêntrico entende-se um tipo de turistas que tem um interesse limitado pelo mundo exterior e concentram-se neles próprios.

<sup>4</sup>Um turista Alocêntrico procura conhecer o mundo à sua volta e novas actividades, mostrando curiosidade e interesses diversos.

- O desejo manifestado por um razoável segmento de turistas pertencentes ao mundo industrializado de visitarem locais onde lhes fosse possível experimentar situações de contacto com a natureza;
- A convicção sentida por parte de todos os países do mundo de que os recursos naturais são escassos e, por tal necessitam de ser preservados para as gerações vindouras.

Nota-se que os anos 90, não só ficaram marcados pela vulgarização do turismo, como também pelo aparecimento de novos tipos de turistas com interesses na manutenção dos ecossistemas e das culturas dos locais visitado, (Poon, 1993 citado por Figueira, 1997) em comparação com os turistas clássicos. Os turistas contemporâneos pelas suas motivações de viajar vêm contrapor a massificação do turismo da segunda metade do século XX, e podem ser associados aos “turistas verde”, caracterizados por “viajantes mais flexíveis e independentes, procurando experiências mais personalizadas como aquelas que permitem a prática do turismo cultural, de natureza, activo, entre outros” (Careto & Lima, 2006:61).

#### **Quadro 2 – Diferença entre Turistas clássicos e Turistas contemporâneos**

<b>Turistas clássicos</b>	<b>Turistas contemporâneos</b>
- Procura do sol	- Experimentam algo novo
- Seguem as massas	- Querem ser responsáveis
- Hoje aqui, embora amanhã	- Vêm, tiram proveito mas não destroem
- Pretendem elementos que comprovem as suas viagens	- Movimentam-se pelo gosto de conhecer
- Preocupação em possuir	- Preocupação em “ser”
- Revelam superioridade	- Revelam compreensão
- Gostam de atracções	- Gostam de desporto e natureza
- Cautelosos	- Aventureiros
- Comem no restaurante do hotel	- Experimentam as férias locais
- São homogéneos	- São heterogéneos

Fonte: Poon (1993) citado por Figueira (1997:109).

Ceballos-Lascurain (1996) citado por Contente (2001) salienta que o turismo massificado de “sol e praia” aos poucos será abandonado, considerando que este sector terá graves problemas no futuro devido:

- A destruição ambiental dos lugares mais procurados;
- O receio de contrair o cancro de pele, por uma exposição prolongado;
- O crescente interesse dos turistas pela ecologia e temas ambientais;
- O desejo de conhecer novos destinos e viver novas experiências.

Existem algumas variedades de definições de ecoturismo, com autores que até hoje se debruçam com alguma profundidade sobre o tema, mas “continuam não haver consenso quanto à utilização da palavra ecoturismo ” (Cunha, 2006:222), embora todos confluem no mesmo significado. Um estudo de caso feito recentemente envolveu 85 definições de ecoturismo, das quais 20 foram consideradas palavras-chave, utilizadas pelos autores envolvidos neste estudo.

Fennell (2002:15) afirma que as palavras mais citadas desses 20 foram: Referência do local onde ocorre o ecoturismo, por exemplo áreas naturais (62,4% das 85 definições); conservação (61,2%); referência à cultura (50,6%); benefícios para a população local (48,2%); educação (41,2%); sustentabilidade (25,9%); e impactos (25%). Estas definições demonstram, pois, a importância dada ao termo ao longo do tempo.

Hoje, o interesse pelo termo não é só de índole académico, mas também dos meios de comunicação social. Por exemplo, actualmente nos jornais e revistas importantes fazem-se muitas referências ao ecoturismo (Fennell, 2002) como forma de tornarem as pessoas mais conscientes no uso desta prática. O autor acrescenta que muitos destes jornais expõem os benefícios do ecoturismo e outros procuram expor as informações vulneráveis através do estudo de caso.

Tendo em conta o referido estudo sobre as definições do ecoturismo far-se-á descrição deste, segundo os vários autores.

*Canadian Environmental Advisory Council* caracteriza o ecoturismo da seguinte forma:

1. “Deve promover éticas positivas para o ambiente;
2. Não deve degradar o ambiente;
3. Concentra-se nos valores intrínsecos e não nos extrínsecos: as facilidades criadas nunca são atractivas por si próprias;

4. Deve beneficiar a vida animal e o ambiente (no ponto de vista económicos, científicos, sociais e políticos);
5. É uma experiência em primeira mão com o ambiente natural;
6. Inclui uma componente da educação e/ou apreciação;
7. Tem um elevado domínio cognitivo ou experiência afectiva” (Cunha, 2006:222).

Por sua vez Fennel (2002) definiu o ecoturismo como uma actividade sustentável de turismo baseado nos recursos naturais. Focalizado principalmente na experiência e no aprendizado sobre a natureza: gerido eticamente para manter um baixo impacto, e é localmente orientado (controle, benefícios e escala). Relativamente ao tema em 1991 *The International Ecotourism Society* (TIES) considerou-o enquanto viagens responsáveis para as áreas naturais, que conservam o ambiente, o bem-estar e a qualidade de vida das populações (United Nations Environment Programme [UNEP], 2002). Isto significa que quem viaja em actividades ecoturísticas devem ser responsável, seguindo estes sete princípios:

1. Minimizar os impactos;
2. Fornecer experiências positivas tanto para os visitantes como para a população local;
3. Desenvolver a consciência ambiental e cultural;
4. Fornecer benefícios financeiros para a conservação;
5. Fornecer benefícios financeiros e poder legal da decisão para a população local;
6. Ter respeito e sensibilidade para com as questões ambientais, sociais dos países receptor;
7. Apoiar os direitos humanos internacionais e acordo dos trabalhos.

Ainda de acordo com Swarbrooke (2002) citado por Cunha (2006), ecoturismo significa “simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas no seu estado natural, quer em termos de vida selvagem quer das populações indígenas”. Este autor afirma que o ecoturismo e o turismo sustentável estão interligados sendo o ecoturismo:

- Um turismo de pequena escala;
- Mais activo do que outras formas de turismo;

- Um segmento de turismo no qual a existência de uma infra-estrutura sofisticada é um dado menos relevante;
- Feitos por turistas esclarecidos, bem-educados e conscientes das questões de sustentabilidade e com interesse em adquirir mais conhecimentos sobre o tema;
- Menos explorador da cultura local e da natureza do que outras formas de turismo.

De entre as várias definições expostas ao termo ecoturismo, podemos concluir que este segmento é característico do século XX, e uma luta imposta no início deste século, derivada das grandes preocupações e interesses em salvaguardar os recursos do planeta do qual dependemos.

## **2 – ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

É geralmente aceite por todos, desde governantes, empresários, organizações não governamentais (ONGs), estudiosos, etc., conscientes de que sem sustentabilidade não pode existir desenvolvimento, durável e a longo prazo, que traga benefícios a todos os interessados, que resolva problemas graves como a pobreza, ou que preserve os recursos naturais e construídos pelo homem, nos quais assenta toda a nossa prosperidade.

Nessa base, a noção de desenvolvimento sustentável alargou-se as outras formas de desenvolvimento e actividades económicas, incluindo o turismo. A par do crescimento que se vem verificando neste sector a nível mundial, deu-se também a consciencialização para a sua sustentabilidade, e para as necessárias mudanças de actuação na sua prossecução.

Esta preocupação de foro internacional e objectivo de numerosas ONGs, também por um desenvolvimento turístico sustentável é igualmente aplicado ao ecoturismo. Assim, o ecoturismo não permaneceu nem pode permanecer indiferente ao desafio da sustentabilidade (MADRRM, 2009b), pois a prática desta actividade traz impactos tanto positivos como negativos nos espaços onde é desenvolvido, ou seja, tem

potencial para criar um ambiente saudável, mas se não for praticado correctamente pode ser tão prejudicial como o turismo de massa.

Normalmente, se tiverem ocorrido em lugares de ecossistemas frágeis, os projectos de ecoturismo podem correr o risco de destruir o património ambiental de que muito dependem. A perda da biodiversidade e habitats selvagens, a produção de resíduos e efluentes contaminados em áreas que têm pouca ou nenhuma capacidade para absorvê-los, são apenas algumas das preocupações (UNEP, 2002). Situações que exigem no entanto, um controlo rigoroso e participação de todos os *stakeholders* envolvidos de forma directa ou indirecta no projecto.

Desde a origem do termo de ecoturismo, esta actividade vem crescendo rapidamente nas últimas décadas. Reconhecendo a importância global da questão, a ONU consagrou o ano 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo, e da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS). O objectivo pretendido era revisar as lições aprendidas na implementação do ecoturismo, promover formas de ecoturismo que levou à protecção dos ecossistemas que encontravam-se em perigo crítico, bem como a forma de partilha dos benefícios da actividade com as comunidades locais, respeitando as culturas locais (UNEP, 2002).

Ainda em comemoração do Ano Internacional do Ecoturismo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Sociedade Internacional de Ecoturismo, prepararam um guia que serviu como um livro de recursos básicos para os governos e os profissionais, que querem desenvolver práticas ambientalmente e socialmente ecoturísticas, servindo também de orientações estratégicas nos seus projectos (UNEP, 2002). O documento teve outros contribuintes nomeadamente: os peritos de ONGs, organismos intergovernamentais e praticantes de ecoturismo. Com essas acções a UNEP espera contudo, que estará a fornecer informações úteis aos leitores, e se encontrando atentos e disponíveis para esclarecimentos, comentários ou sugestão para mais uma edição futura.

As três últimas Conferências das Partes para a Conservação da Diversidade Biológica (CDB) da ONU têm trabalhado com o turismo para a contribuição do uso sustentável da biodiversidade. Aliás há muito que vinham surgindo através de vários relatórios e encontros, manifestações de preocupação com a saúde e bem-estar do planeta. Os inúmeros encontros organizados, resultaram em diversos documentos que procuram contribuir para a construção de uma nova ordem internacional, e entre eles destacam-se:

- O Relatório “Limites do Crescimento”, do Clube de Roma (1971);
- A Conferência Mundial de Estocolmo (1972);
- O World Conservation Strategy, em 1980, que abordou a necessidade de se criar sustentabilidade na utilização dos recursos naturais;
- A Comissão Brandt (Independent Commission on International Development Issues) que, no mesmo ano (1977), destacou a necessidade de incluir o “cuidado ambiental” no desenvolvimento;
- A Declaração de Manila (OMT, 1981), que assinalou a realidade dos recursos naturais serem uma herança comum;
- A acordo UNEP/OMT de 1982, que se referia à necessidade de ajustar o desenvolvimento turístico às preocupações ambientais;
- O Relatório “O Nosso Futuro Comum” (1987), também conhecido pelo Relatório Brundtland;
- Eco92 e a Agenda 21, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro (1992).

O desenvolvimento sustentável tem sido alvo de particular atenção nas discussões das suas definições, mas a publicação do Relatório da Comissão Brundtland em 1987 teve particular importância entre todos.

Rodrigues (2009:143) afirma que a definição mais popularizada consta precisamente deste relatório, que descreve este modelo como sendo um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas”. O conceito tem sido utilizado acima de tudo em prol da conservação do ambiente, com todo o cunho negativo que isso tem para determinados actores sociais que não prevêem vantagens económicas e sociais nessa actuação.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em 1991 dá-lhe a seguinte definição “Desenvolvimento Sustentável significa melhorar a qualidade de vida humana ao mesmo tempo que mantém essa vida dentro dos limites imposto pela capacidade de carga dos ecossistemas de suporte” (Rodrigues, 2009:146).

De um modo geral, pode afirmar-se que a vontade política mundial em preservar e conservar o planeta e os seus recursos naturais foi concretizada com a adopção da CDB derivada da CNUMAD realizado no Rio de Janeiro em 1992. Foi qualificada como Cimeira da Terra, no qual estiveram presentes os responsáveis de 178 países,

cerca de 300 ONGs e mais de 30.000 participantes (Ribeiro, 2009). Com esta Cimeira do Rio (1992) várias têm sido as propostas de inúmeros teóricos – economistas, ecologistas, universitários etc. – sobre uma definição mais “correcta” para desenvolvimento sustentável e principalmente sobre a forma como este se pode materializar, ou qual deverá ser o percurso para o atingir.

Existe hoje, um elevado número de estudos, declarações e comunicados relacionados com os aspectos da sustentabilidade, abrangendo todos os níveis desde o global ao local, apontando a importância de reduzir as pressões ambientais resultantes das actividades humanas e propondo uma cultura de distribuição equitativa do bem-estar às diferentes escalas (Ribeiro, 2009).

O Desenvolvimento Sustentável pode então ser definido também como o desenvolvimento que resulta do equilíbrio dinâmico entre o crescimento económico, a salvaguarda ambiental e a equidade social e sociocultural (Cunha, 2009). A representação esquemática mais emblemática deste paradigma de desenvolvimento é a de um triângulo em que as três dimensões se dispõem ao mesmo nível contribuindo equitativamente para o mesmo fim (Figura 1).

### **Figura 1 – As três dimensões do Desenvolvimento Sustentável**

Fonte: Harribey, 1988, Adaptado de Cunha, 2006



A expressão “equilíbrio dinâmico” pretende realçar a necessidade de haver uma conjugação entre as três dimensões económica/ambiental/sociocultural não podendo haver no médio/longo prazo preponderância de nenhuma. As políticas relativas a cada

uma das dimensões têm que ser pensadas em função das outras e têm que potenciar o desenvolvimento de cada uma delas (Harribey, 1988 citado por Cunha, 2006).

Cunha (2006), sublinha no entanto, que o conceito de desenvolvimento sustentável está ligado historicamente ao conceito do meio ambiente, em que actualmente passou a ser mais abrangente integrando os aspectos socioculturais, económico e ecológicos.

Nesta óptica Camprubi *et al.* (1998) considera que o período entre a Conferência de Estocolmo (1972) e a do Rio (1992) foram duas décadas marcadas pelo desenvolvimento da consciência ambiental, com a criação dos vários documentos relacionados ao tema acima referidos e caracteriza alguns destes documentos e outros, como Marcos Históricos importantes sublinhando ainda algumas catástrofes ambientais muito significativas (Quadro 3).

**Quadro 3 – Marcos Históricos do Desenvolvimento da Consciência Ambiental**

<b>MARCOS HISTÓRICOS</b>	A Bomba populacional	(1968)	<b>ANO</b>
	Criação da Agência de Protecção Ambiental em EUA	(1970)	
	“Os Limites de Crescimento” (Clube de Roma)	(1972)	
	Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente	(1972)	
	França cria o primeiro Ministério de Meio Ambiente	(1973)	
	Primeiro Programa Europeu sobre o Ambiente	(1973-1977)	
	Acidente em Bhopal fez 2.000 vítimas		
	A população mundial era superior a 5.000 milhões	(1985)	
	Ano do Meio Ambiente na Europa	(1987)	
	A revista <i>Times</i> declarou a Terra como “Planeta do Ano”	(1988)	
	Cimeira da Terra no Rio <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Tratado do clima.</li> <li>✓ Tratado da Biodiversidade.</li> <li>✓ Agenda 21.</li> <li>✓ Preservação das florestas.</li> </ul>	(1992)	
	Código Mundial de Ética do Turismo (OMT).	(1999)	
	Acordos de Mohonk sobre boas práticas.	(2000)	
	Cimeira da Terra (The Earth Summit) de 2002, realizada em Joanesburgo.	(2002)	
	Declaração de Ecoturismo de Quebec.	(2002)	
Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas (2009).	(2009)		

Fonte: Adaptado de Camprubi *et al.*, (1998).

De um modo geral o ecoturismo é apreciado como uma ferramenta de turismo sustentável e também, de desenvolvimento sustentável. Nesta linha, Machado (2005) afirma que todos eles pretendem alcançar o mesmo fim, pelo facto de estarem ligados a qualquer actividade turística que se relacione com a natureza. Exemplificando: o Turismo de Natureza, Turismo Ecocientífico, Turismo Ambiental, Turismo de Aventura e Turismo Rural (Quadro 4). Morais e Silveira (2009) têm a mesma visão dos factos, argumentando que estes conceitos estão bastante próximos, e assim todos eles, opinam que as diferentes expectativas e perspectivas do público-alvo, é que identificam o tipo de turismo praticado ou que se queira praticar, isto é, o importante é escolher a filosofia certa, de acordo com os princípios de sustentabilidade.

A visita a um ambiente natural poderá ser classificada como “Ecoturismo”, se a expectativa do visitante estiver centrada em aspectos ligados ao interesse na manutenção dos ecossistemas e das culturas locais; “Turismo de Aventura”, se a expectativa for a satisfação do desejo de desafio; “Turismo Rural”, se a expectativa estiver centrada na acção antropogénica no espaço natural (Machado, 2005).

Wearing e Neil (1999) também chamam atenção para este nível, que o facto reside em distinguir a diferença entre actividades específicas e o turismo que se baseia de natureza mediante três razões:

- As actividades (experiências) nas quais há uma dependência da natureza.
- As actividades (experiências) que são reforçadas por natureza.
- As actividades (experiências) em que o cenário natural é secundário.

Referem ainda, que nem todos os conceitos do turismo global ao ambiente natural são apropriados para definir ecoturismo. O ecoturismo vê na natureza o motivo principal das viagens, cuja finalidade é adquirir mais conhecimentos desse ambiente e consciencializar mais sobre o seu papel (Wearing & Neil, 1999).

**Quadro 4 – Diferença entre Ecoturismo, Turismo Ambiental, de Natureza, de Aventura, Ecocientífico e Rural**

	<b>Ecoturismo</b>	<b>Turismo Ambiental</b>	<b>Turismo de Aventura</b>	<b>Turismo Rural</b>	<b>Turismo de Natureza</b>	<b>Turismo Ecocientífico</b>
<b>Palavra-chave</b>	Conservação	Educação Ambiental	Risco controlado	Actividade agropecuária	Lazer ao ar livre	Pesquisa
<b>Ocorrência</b>	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais preservadas ou degradadas	Áreas naturais	Área natural	Áreas naturais	Áreas naturais preservadas
<b>Operação</b>	Relação com a manutenção do ambiente	Directamente relacionada à actividade educativa	Relacionada a actividades esportivas de natureza	Relacionada às actividades turísticas no meio rural onde há actividade agropecuária	Despreocupação quanto a processos mais directos de manutenção do ambiente	Directamente relacionada à actividade científica
<b>Cuidados</b>	Extremos	Extremos	Básicos	Básicos	Simple	Extremos
<b>Conhecimento do local</b>	Profundo	Profundo	Apenas para a prática da modalidade esportiva	Superficial	Superficial	Científico
<b>Objectivos</b>	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Conhecimento do ambiente e das modificações nele ocorridas	Actividade física na natureza	Lazer no meio rural	Relaxamento e prazer no ambiente natural	Conhecimento técnico do ambiente
<b>Grupos</b>	Reduzidos	Médios e grandes	Reduzidos	Reduzidos a médios	Médios a grande	Muito reduzidos
<b>Envolvimento local</b>	Sempre	Não necessariamente	Ocorre quando necessário para suporte da actividade	Ocorre directamente com os proprietários	Não necessariamente	Não necessariamente
<b>Agentes de turismo</b>	Envolvimento directo com os projectos ambientais	Envolvimento com a educação ambiental	Capacitados para a modalidade	A actividade é geralmente exercida pelos próprios proprietários	Sem envolvimento com os projectos ambientais	Nem sempre necessário
<b>Envolvimento cultural</b>	Directamente identificado	Não necessariamente	Geralmente não ocorre	Directamente identificado	Sem projectos culturais obrigatórios	Nem sempre necessário
<b>Público</b>	Preocupado com as questões ambientais	Professores, estudiosos, alunos e interessados	Ávido por actividades físicas no meio natural	Ávido por actividades de lazer no meio rural	Desejoso de contacto com a natureza	Técnicos, professores, estudiosos
<b>Programas</b>	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Relacionando acções e consequências no ambiente	Sempre ligados às práticas esportivas de risco controlado	Sempre ligados às práticas campeiras	Possíveis de realizar no espaço natural	Quando ocorrem, apenas por relaxamento

Fonte: Machado, (2005).

## CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO ECOTURISMO EM CABO VERDE

### 1 – ENQUADRAMENTO DO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE

O Arquipélago de Cabo Verde é constituído por 10 Ilhas e fica localizado no Oceano Atlântico, a 500 milhas da costa do Senegal, entre os paralelos 14°48' e 17°12' de latitude N e os meridianos 22°40' e 25°22' de longitude (Amaral, 1964).

Encontra-se dividido em dois grupos de Ilhas (Figura 2), tendo em conta a sua posição em relação aos ventos predominantes (alísios do Nordeste); o de SOTAVENTO: Santiago, Maio, Fogo e Brava e os Ilhéus desabitados de Santa Maria (junto à cidade da Praia), Luís Carneiro, Sapado, Grande e de Cima (junto à Brava; o de BARLAVENTO: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista e ilhéus desabitados dos Pássaros (São Vicente), Branco e Raso (junto à Santa Luzia), Rabo de Junco (na costa da ilha do Sal), Sal Rei e do Baluarte (na costa da ilha da Boa Vista) (Carreira, 1984).

**Figura 2 – Divisão do Arquipélago de Cabo Verde**



Fonte: [www.caboverde.com](http://www.caboverde.com)

Descoberto em 1460 por navegadores portugueses a caminho da Índia foi nos séculos a seguir ao seu descobrimento, um dos mais importantes entrepostos no comércio de escravos africanos, tendo sido ali fundada a primeira cidade pelos europeus nesta região da África (Ribeira Grande de Santiago, hoje chamada Cidade Velha), cujas ruínas constituem hoje objecto de estudo, investigação e atractivo turístico importante na ilha de Santiago (Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico de Cabo Verde [PEDTCV] 2010/2013, s/d).

A superfície total é de aproximadamente 4.033km<sup>2</sup>, o clima dominante é subtropical seco, com uma temperatura média anual de 25°, estas características conferem às ilhas uma identidade geofísica rica, pela sua localização e origem vulcânica. As ilhas têm acentuado contraste paisagístico: relevo acidentado e caprichoso, áreas completamente planas, paisagens verdejantes e áridas, extensas praias e litorais escarpados; vales profundos e montanhas exuberantes; paisagens urbanas e cosmopolitas e paisagens rurais.

Estas condições naturais exclusivas, a par de uma cultura marcante e diversificada, com uma história rica, constituem um dos mais importantes atractivos do país no que diz respeito à sua competitividade como destino turístico, não obstante a sua fragilidade em termos de equilíbrio ambiental, que requer uma abordagem cuidadosa no quadro do desenvolvimento da actividade turística (PEDTCV 2010/2013, s/d). As precipitações são irregulares e normalmente muito concentradas, sobretudo nas épocas mais quentes (Brito & Semedo, 1995).

A população segundo os dados do Censo de 2000 é aproximadamente de 500 mil habitantes, concentrados sobretudo nas ilhas de Santiago (234,9 mil), São Vicente (78,1 mil), Santo Antão (48 mil) e Fogo (37 mil). Destacando o forte ritmo de crescimento das populações nas Ilhas do Sal e Boa Vista, sobretudo estimulado pelo crescimento do turismo nessas ilhas.

A população é marcada pela juventude (em 2008, 24% da população tinha menos de 15 anos e 59% tinha de 15 a 64 anos) e por agregados familiares numerosos (em média, 4,9 pessoas por família). O país regista igualmente um dos mais elevados indicadores de desenvolvimento social da África Sub-sahariana (IDHS de 0,705 em 2008) com 83% da população acima de 15 anos alfabetizada e a esperança média de vida é de 71,3 anos (PEDTCV 2010/1013, s/d).

Em termos de organização administrativa, Cabo Verde divide-se actualmente em 22 concelhos, que se subdividem em freguesias e estas em povoados ou bairros. A Cidade da Praia é a Capital do país. Existem, no entanto, outras 5 cidades<sup>5</sup>: Mindelo (na Ilha de São Vicente), São Filipe (na Ilha do Fogo), Assomada (na Ilha de Santiago), Porto Novo (na Ilha de Santo Antão) e Ribeira Grande (antiga Cidade Velha, na Ilha de Santiago).

#### Quadro 5 – Ilhas e Ilhéus de Cabo Verde e suas assimetrias

Ilhas e ilhéus	Área (km <sup>2</sup> )	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Ponto culminante	Altitude (m)
Santo Antão	779	42 750	23 970	Tope da Coroa	1 979
São Vicente	227	24 250	16 250	Monte Verde	725
Santa Luzia	35	12 370	5 350	Topona	395
Ilhéu Branco	3	3 975	1 270		327
Ilhéu Raso	7	3 600	2 770		164
São Nicolau	343	44 500	22 000	Monte Gordo	1 304
Sal	216	29 700	11 800	Monte Grande	406
Boa Vista	620	28 900	30 800	Estancia	387
Maio	269	24 100	16 300	Penoso	436
Santiago	991	54 900	28 800	Pico de Antónia	1 394
Fogo	476	26 30	23 900	Pico do Fogo	2 829
Brava	64	10 500	9 310	Fontainha	976
Ilhéu Grande	02	2 350	1 850	.....	95
Ilhéu Luís Carneiro	0.22	1 950	500	.....	32
Ilhéu de Cima	1.15	2 400	750	.....	77

Fonte: PEDTCV 2010/2013, (s/d)

Relativamente à actividade económica, Cabo Verde após a independência, ou seja, no período de 1975 a 1991, o Estado foi responsável pelas actividades económicas principais, como os serviços financeiros, os transportes, as comunicações e a construção. Os privados eram limitados e cabiam-lhes o papel dos agentes económicos de pequena e média dimensão.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Recentemente (Setembro de 2010) entrou em vigor a Lei nº 77/VII/2010, elevando a condição de cidade todas as sedes dos municípios de Cabo Verde. Assim, o país ganhou mais 18 cidades, que se juntaram às já existentes acima mencionadas.

<sup>6</sup>Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal - Cabo Verde, disponível em <http://www.portugalcaboverde.com>

Por ser um país insular, Cabo Verde foi desde sempre condicionado pela escassez de recursos naturais e pelas fortes secas que com regularidade assolam as ilhas, com reflexos dramáticos nas condições de vida e de sobrevivência dos seus habitantes.

O facto conduziu as ilhas para uma situação de isolamento com consequências graves para a economia de Cabo Verde, e fez com que o arquipélago ficasse muito dependente da ajuda externa e das remessas dos emigrantes que tem contribuído para superar os desequilíbrios sentidos em alguns indicadores macroeconómicos. Aliás, a seca é uma das causas que originaram inicialmente a emigração para a América e Europa de muitos cabo-verdianos em busca de melhores condições de vida. E actualmente a população emigrada ultrapassa a população residente no arquipélago. Mesmo reconhecendo o peso das remessas dos emigrantes na economia nacional, algumas acções que foram levadas a cabo nos últimos anos perspectivaram um processo rumo ao desenvolvimento menos dependente do financiamento exterior (Lourenço & Foy, s/d).

Os autores comentam, que para colmatar esta dependência face às transferências externas, públicas ou privadas, o país desde 1991 tem almejado favorecer o desenvolvimento económico e social bem como estabilizar os indicadores macroeconómicos. Desta feita, Cabo Verde iniciou em 1989 uma política de liberalização e abertura da economia ao exterior, deixando o estado de ser o principal agente económico, transferindo essa função para os investidores privados, nacionais e estrangeiros.

Analisando basicamente os três ramos de actividades, começa-se por dizer que o **sector primário** continua a perder peso na economia do país. Por parte da agricultura temos condições climáticas desfavoráveis que estão na causa de uma fraca produtividade, sendo apenas uma agricultura de subsistência, cobrindo apenas 10%, do consumo alimentar e no ano 2005 representou 5,2% do PIB<sup>7</sup>. O mesmo pode-se dizer em relação à pecuária e à silvicultura, por estarem também associadas ao clima. A pesca apresenta grandes oportunidades de desenvolvimento, mesmo que não sendo aproveitada ainda, da melhor forma.

O **sector secundário** tem crescido satisfatoriamente. Em 2006 atingiu 17,6% do PIB<sup>8</sup> distinguindo-se a construção como o principal subsector (Ferreira, 2008). O mesmo

---

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> [http://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=29&p\\_menu=66&p\\_ent\\_det=1384](http://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=29&p_menu=66&p_ent_det=1384)

autor adianta que a indústria assume um papel limitado na economia nacional por concentrar-se nas duas principais cidades do país, Praia e Mindelo, por maioria pertencer as empresas de médias dimensões e por persistências de alguns factores como: a escassez de recursos humanos, de matéria-prima ou o custo elevado dos factores de produção.

A indústria extractiva é igualmente limitada, derivada dos mesmos motivos apresentados anteriormente. A indústria transformadora recai especificamente na conserva do peixe, o atum, servindo para a exportação e para as necessidades básicas das populações.

O **sector terciário** é reconhecido como o principal sector na estrutura económica do país com 69% do PIB. Entre os subsectores, o comércio tem dado o seu grande contributo em torno dos 70,65% do PIB<sup>9</sup>. Este crescimento é determinado graças ao desempenho do subsector do turismo aliado aos das infra-estruturas e transportes.

Nos anos 90, particularmente o turismo começou a ganhar peso na economia do país, pela aposta estratégica feita pelo governo eleito nas primeiras eleições multipartidárias de 1991. Resultou na modernização e abertura do país ao investimento externo, promovendo especialmente este subsector, que tem maior representatividade no PIB. Ainda nesta matéria Ribeiro *et al.*, (2008) admitem que em 1998, o regime político de Cabo Verde reabriu o caminho da estabilidade (Ribeiro *et al.*, 2008). De acordo com a mesma fonte, este caminho foi assinalado por três períodos distintos: 1998-2000; 2001-2004 e 2005-2008.

Afirmam no entanto, que os períodos de 1998-2000 foram intitulados de *arranque e sobressalto*; 2001-2004 apelidado de *recuperação* e 2005-2008 referenciado de *consolidação e expansão*. Todavia, o segundo período (2001-2004) teve maior impacto na economia cabo-verdiana, porque ficou marcado pela evolução da receita do turismo e pela evolução do investimento estrangeiro, sentidas ainda no último período (2005-2008), o que fez aumentar o peso no PIB do IDE (Investimento Directo Estrangeiro) e das receitas do turismo.

Grças ao seu desempenho reflectido no seu crescimento económico, a ONU, em 2004 alterou a classificação de Cabo Verde, com efeito a partir do início de 2008, de País em Desenvolvimento para País de Rendimento Médio.

---

<sup>9</sup>Idem

## 2 – A SITUAÇÃO DO TURISMO EM CABO VERDE

A origem do turismo em Cabo Verde teve registo na década de 60 com a construção do Aeroporto Internacional na Ilha do Sal (PEDTCV 2010/2013, s/d).

Praticamente a sua evolução ficou justificada por três períodos básicos: primeiro após a independência entre o ano de 1986 e 1990, o segundo entre 1991 e 1996, finalmente o terceiro período entre 1996, diferenciado pelo maior número de entrada de turistas (Ferreira, 2008:263).

Todavia, o turismo só revelou ser um sector indispensável no decurso do desenvolvimento de Cabo Verde a partir dos anos 90 do século passado (PEDTCV 2010/2013, s/d).

Surgiram, vários investimentos externos, não só no domínio das compras de infra-estruturas turísticas já existentes, como também na implementação de novos projectos que contribuiriam decisivamente para a melhoria dessas infra-estruturas, tanto a nível da qualidade como da quantidade. Isto, devido a um grande esforço feito pela entidade promotora do turismo na atracção de investimentos externos, oferecendo um conjunto de incentivos fiscais.

Concretamente no final do mesmo ano obteve um aumento bastante expressivo, tendo passado de 52.000 turistas em 1998 para 152.000 em 2003 (Ferreira, 2008:263). As taxas de crescimento têm sido superiores à média mundial (4,4%), sendo que de 2004 para 2005 e 2005 para 2006 estas taxas foram superiores a 20% (Cabo Verde Investimento [CI], 2009).

Entretanto, este contínuo crescimento é comparado ao longo dos anos de forma regular. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes a hóspedes e dormidas permitem conhecer as características da evolução da entrada de turistas em Cabo Verde. De 2002 a 2005 houve uma variação positiva de 53,6% em relação aos hóspedes, enquanto no ano 2008 estes valores tendem a diminuir para 44,6%, e tudo indica que esta diminuição foi afectada principalmente, pela crise mundial. Ao contrário das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, a sua evolução foi positiva e a tendência é de evoluir ainda mais (Quadro 6).

#### Quadro 6 – Evolução de crescimento de turismo em Cabo Verde (2002 – 2008)

	2002	2005	Var%	2008	Var%
<b>Hospedes</b>	152.032	233.548	53,6	333.345	44,6
<b>Dormidas</b>	693.658	935.505	34,9	1.827.196	48,8

Fonte: INE, (2008).

Os números do Banco de Cabo Verde (BCV) asseguram que as receitas do turismo têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. Isto é percebido nos períodos em análise, chegou a representar 19,4% do PIB em 2008, e no sector dos serviços a tendência é sempre de evolução. Através da observação do Quadro 7, pode-se perceber a evolução dos fluxos turísticos no país, onde o turismo continua a ser a principal actividade económica (Quadro 7).

#### Quadro 7 – Principais indicadores do turismo

	2000-02	2004-05	2006-08
Receitas de T* (milhões CVE)	6.899,6	9.478,3	22,687,7
Receitas do T em % PIB	8,7	11,17	19,4
Participação nos Serviços %**	38,7	44,13	58,1

Fonte: BCV, (2009).

\*Crédito de viagens de turismo, Balança de Pagamentos

\*\*Crédito viagens de turismo/crédito total dos serviços.

A procura turística mantém-se liderada pelos mercados europeus sobretudo Itália e Portugal, que de 2000 a 2006 juntos representavam mais de 50% do total das entradas e mais de 60% das dormidas (CI, 2009:7). A partir de 2006 para 2008 Portugal passou a liderar o mercado no ranking das entradas de turistas no país com 20,1%, seguindo-se de Itália com 18,3, os mercados britânico, escandinavo e polaco (inseridos no grupo de outros países) e Reino Unido obtiveram um ligeiro crescimento com 15,1 e 11,6 respectivamente. Por sua vez, o turismo interno em Cabo Verde teve tendência a diminuir de 18,4 a 14,3 de 2000 a 2008, o que demonstra a referida crise mundial e/ou valorizaram mais o turismo internacional (Quadro 8). No que refere à estadia média, os turistas procedentes do Reino Unido são os que permaneceram mais tempo em Cabo Verde (7,9 noites), Alemanha (7 noites) e os da Itália (6,7 noites) (BCV, 2009).

### Quadro 8 – Entrada de turistas (Percentagem por mercado emissor)

País de residência habitual	2000-02	2003-05	2006-08
Cabo Verde	18,4	15,4	14,3
Itália	23,1	30,0	18,3
Portugal	22,4	19,3	20,1
Alemanha	10,8	8,9	10,9
Espanha	2,9	4,4	2,8
França	7,3	6,4	7,6
Reino Unido	0	0	11,6
Outros países	10,8	11,2	15,1

Fonte: Adaptado de CI, (2009).

Quanto à distribuição turística por ilha ainda há uma grande assimetria. A Ilha do Sal mantém a liderança do destino dos turistas que visitam o país, com cerca de 57,0% do total das entradas, seguida de Santiago com 20,1%, Boa Vista com 9,9% e São Vicente com 7,6% do total das entradas (INE, 2008).

Em termos da oferta turística, tem havido um grande crescimento referente ao número de estabelecimentos de hospedagem. Passou de 79 para 142 (1999/2006), num total de 4.836 quartos (MECC, 2008). Estes números aumentaram no decorrer dos anos e conforme o INE em 2009 existiam 173 estabelecimentos de hospedagem (Quadro 9), correspondendo a um acréscimo de 9,5%, face ao ano anterior, com uma capacidade de alojamento de 6.367 quartos, 11.720 camas e 14.096 lugares, representando um acréscimo de 3,2%, 2,6% e 2,8% respectivamente em relação ao ano anterior (INE, s/d).

Relativamente ao número de estabelecimentos por ilha, os dados do INE acusa que a Ilha de Santiago está a frente com 38 estabelecimentos de alojamentos turísticos (22,0%), Sal 35 estabelecimentos (20,3), São Vicente 28 estabelecimentos (16,2%) e Santo Antão 23 estabelecimentos (13,3%). Porém o tipo de estabelecimentos existentes em Cabo Verde com maior peso centra-se nas pensões com 30,6%, residenciais 27,7% e os hotéis 25%.

**Quadro 9 – Estabelecimentos de alojamento disponíveis segundo o tipo, por ilha, 2009**

Tipos de estabelecimentos														
Ilha	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis Apart.		Alde. Turísticos		Residenciais		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
S. Antão	3	7	11	21	-	-	-	-	1	10	8	17	23	13,3
S. Vicente	3	7	7	13	1	3	2	17	1	10	14	29	28	16,2
S. Nicolau	-	-	4	8	1	13	-	-	-	-	1	2	6	3,5
Sal	15	36	7	13	1	13	4	33	1	10	7	15	35	20,2
Boavista	4	10	3	6	-	-	3	25	3	30	6	13	19	11,0
Maio	1	2	1	2	-	-	-	-	1	10	2	4	5	2,9
Santiago	14	33	10	19	3	38	2	17	2	20	7	15	38	22,0
Fogo	2	5	7	13	1	13	1	8	1	10	2	4	14	8,1
Brava	-	-	3	6	1	13	-	-	-	-	1	2	5	2,9
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>48</b>	<b>100</b>	<b>173</b>	<b>100,0</b>
<b>%</b>	<b>24,3</b>		<b>30,6</b>		<b>4,6</b>		<b>6,9</b>		<b>5,8</b>		<b>27,7</b>		<b>100,0</b>	

Fonte: INE, (s/d)

De acordo com os cálculos do INE, o IDE tem sido essencialmente canalizado nos projectos ligados ao turismo e imobiliário (cerca de 70%) e para o sector financeiro (23%) (BCV, 2007<sup>a</sup> citado por Ribeiro *et al.*, 2008).

A mesma fonte realça que ultimamente o IDE tem gerado um grande impacto na economia cabo-verdiana, e representou em média cerca de 11% do PIB no período de 2005/2007. Assim pois, o crescimento do IDE no país tem a ver com a sua posição geoestratégica e o quadro legislativo incentiva muito esta realização através das isenções fiscais e aduaneiras, oportunidade de transferir divisas para o exterior a título de dividendos e lucros, bem como manter conta em moeda estrangeira e recrutamento de trabalhadores estrangeiros (CCITP-CV citado por Ribeiro *et al.*, 2008).

**Quadro 10 – Evolução dos fluxos de IDE para Cabo Verde, 1993 – 2006 (% FBC<sup>10</sup>).**

	1993-97	1998-00	2001-04	2005-06
<b>IDE em Cabo Verde</b>	7.7	17.1	6.5	24.2

Fonte: UNCTAD citado por Ribeiro *et al.*, (2008)

Tendo em conta o Quadro 10, o IDE teve um acréscimo bastante expressivo no período 2005/2006, representando quase um quarto do investimento total de Cabo Verde.

As ilhas com maior investimento foram e continuam a ser Sal, São Vicente, Santiago e Boavista, e os principais investidores são originários de Portugal, Espanha,

<sup>10</sup>Formação Bruta de Capital

Itália, Inglaterra, Irlanda, Canárias e Alemanha (MECC, 2008). Por exemplo as grandes unidades hoteleiras têm surgido especificamente por investimentos externos europeus (52% de capital estrangeiro e 33% de capital nacional e estrangeiro), mas são ainda consideradas insuficientes, pelo aumento da procura pelo país, nos últimos anos. Além de estar concentrado nos hotéis, o investimento externo está também concentrado no espaço balnear, nomeadamente no Sal e na Boavista (MECC, 2008:20).

Quanto a futuros investimentos externos em Cabo Verde, perspectivam-se 21.800.000 M€ para os próximos dez anos, dos quais: 7.900.000 M€ para a Ilha de Santiago (36%); 4.900.000 M€ para Sal (22%), 4.700.000 M€ para São Vicente (21%) e 2,900.000 M€ (13%) para o Maio (MECC, 2008:20).

## **2.1 – Caracterização do ecoturismo e oportunidade de desenvolvimento**

Cabo Verde, nos anos 90 reconheceu o turismo como um dos principais sectores que contribui para o desenvolvimento da economia do país. Com o passar dos anos, este desenvolvimento deu sinal de insustentabilidade por parte ambiental. Deparado nas melhores praias da ilha do Sal (primeira ilha a desenvolver turisticamente, devido a existência do primeiro aeroporto internacional do país na época), saturada pela construção de unidades hoteleiras nas zonas costeiras e na vivência de um turismo de massa transformado. Esta prática alertou para a necessidade de apostar em outras tipologias de turismo, na ideia de um turismo voltado para o ambiente e natureza, neste caso o ecoturismo.

Um segmento encarado como resposta à necessidade de diversificar o produto e mercado turístico nacional, com a oferta de novos produtos<sup>11</sup>. O primeiro passo dado no âmbito do ecoturismo por parte do governo pode-se dizer que surgiu com a criação e revisão da legislação ambiental, seguido da legislação das áreas protegidas.

Caracterizando realmente a evolução do ecoturismo no país, os factos falam por si, um sector “recente, pouco conhecido e explorado, não muito bem divulgado, pelo que se encontra por descobrir, apesar de grande potencialidade que o país apresenta em cada ilha”<sup>12</sup>. Sobretudo, por ter havido pouca atenção ao seu desenvolvimento por parte das autoridades competentes, mesmo sabendo que este é um tipo de turismo ideal para

---

<sup>11</sup>Trabalho de campo que decorreu de 10 de Março a 10 de Junho de 2010 (informações obtidas por unanimidade: DGT, PNUD, WWF, CMSD, CMRGS, CMSLO, CMSSM e CMSC), cf. Anexo IV.

<sup>12</sup>Idem

Cabo Verde<sup>13</sup>. A variedade dos produtos turísticos de elevado potencial é um dos pontos fortes do país face aos outros que constituem a região da Macaronésia<sup>14</sup> (Cabo Verde, Canárias, Açores, Madeira e ilhas Selvagens).

Um produto que pode ser explorado e aproveitado em complemento de sol e praia, pela qualidade de turismo que se pretende atingir no país. A visão objectiva do governo para o turismo baseia-se nestes princípios: “um Turismo Sustentável e de alto valor acrescentado, com o envolvimento das comunidades locais no processo produtivo e nos seus benefícios” (PEDTCV 2010/1013, s/d:95). Todavia, há uma forte possibilidade para se alcançar estas perspectivas, baseando-se na estratégia ambiental do Plano Ambiental Nacional para o Ambiente II (PANA II) “uma sociedade consciente do papel e dos desafios do ambiente para um desenvolvimento económico e social sustentável, e consciente das suas responsabilidades relativamente às gerações futuras, determinada a utilizar os recursos naturais de maneira durável” (MAAP, 2004b:35).

É evidente o contributo que o ecoturismo poderá dar para a diminuição das ameaças ecológicas e ambientais enfrentadas ao longo dos anos “pela sua forma responsável de viajar para as áreas naturais, e em assegurar o bem-estar da população local” (TIES citado por Brás, 2005:29).

Os dados do INE existentes a nível da procura turística em Cabo Verde não discriminam especificamente o tipo de produtos procurados no sector do turismo, mas podemos constatar esta procura por parte do ecoturismo, tanto dos visitantes estrangeiros como nacionais nos três Parques Naturais oficiais do país. Assim, o Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM), em Santiago recebeu em 2009, 3.608 visitantes, Parque Natural do Monte Gordo (PNMG), em São Nicolau, 1.334 visitantes e Parque Natural do Fogo (PNF), na Ilha do Fogo, 1.002 visitantes, e a perspectiva é de aumentar cada vez mais.

Os dados expostos, não nos permite concretamente fazer a análise da evolução da procura nos Parques, pela falta de dados compilados por parte de todos eles e também porque os dois últimos Parques mencionados só estão activos há dois. Mas, mesmo assim podemos verificar que o país está a ter uma procura razoável, considerando que ainda está a desbrotar neste segmento. Isto porque, os turistas e visitantes que ao longo da década preferiram o mar e as praias, actualmente almejam

---

<sup>13</sup>Idem

<sup>14</sup>Termo de origem grego, um nome moderno utilizado para designar os vários grupos de ilhas no Oceano Atlântico, perto da Europa e do norte da África.

por ambientes calmos e tranquilos num reencontro com a natureza à descoberta de outras sensações.

É visível que as oportunidades de desenvolvimento deste segmento de turismo são inúmeras, o que falta é acção conjunta de todos os intervenientes ligados directa ou indirectamente ao turismo e principalmente “para que as ilhas de Cabo Verde se tornem num verdadeiro destino ecoturístico é imperativamente necessário ultrapassar as vontades políticas (embora sendo uma etapa primordial) para comprometer-se na implementação de acções concretas”<sup>15</sup>. A primeira acção ou medida seria conhecer bem o produto, trabalha-lo e divulga-lo, da mesma forma que se torna indispensável conhecer o público-alvo – o Turista, melhorar as condições de infra-estruturas de apoios a vários níveis e vender Cabo Verde lá fora, não só como um país de sol e praia, mas também um país do verde, das montanhas, do vulcão, enfim um país, que proporciona a todos um ambiente calmo e seguro nas suas dez ilhas.

Mas, a verdade é que o turismo em Cabo Verde comparado com os outros países, é um fenómeno recente na economia cabo-verdiana, e o turismo de sol e praia continua a ser o produto que influencia e atrai maior número de estrangeiros. Mas mesmo assim denota-se uma considerável diversificação, que prediz um futuro muito promissor a este sector e ao país.

## **2.2 – Enquadramento Legislativo: Ambiente e Turismo**

A legislação é um instrumento indispensável em qualquer ramo de actividade que se queira criar e desenvolver sustentavelmente. Neste caso específico o ambiente e o turismo devem andar de “mãos dadas” no que toca às suas legislações, isto é, “não pode haver desenvolvimento turístico sustentável sem planificação e preservação ambiental, por isso, é imperioso que o entrosamento entre Turismo e Ambiente se faça primeiramente a nível da planificação e só depois a nível das articulações” (MAAP, 2004a:134). Estas são as vontades políticas manifestadas pelos sucessivos governos de Cabo Verde, com as várias medidas legislativas criadas nesse âmbito que a seguir se apresentam.

---

<sup>15</sup>Trabalho de campo (DGT), cf. Anexo IV.

### 2.2.1 – Legislação ambiental

A legislação ambiental publicada antes de 1975 (período antes da Independência) dava maior ênfase à agricultura, à promoção da pesca, nomeadamente à pesca de coral, da baleia, de esponjas e da lagosta bem como uma certa preocupação na conservação do ambiente. De igual modo, faz referência a regulamentos de instalações e estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos, detendo o despejo de resíduos sólidos na areia molhada dos portos, e várias outras medidas de protecção contra a poluição das águas, praias e margens (MAAP, 2004c).

A partir de 1975, ano da Independência, Cabo Verde passou a dispor da Constituição, a partir da qual surgem as leis ordinárias do país, mais precisamente as leis que contribuem para a gestão sustentável dos recursos ambientais (MAAP, 2004a). A legislação passou a ser mais específica, começando pela definição de alguns organismos vocacionados para a gestão ambiental. Temos hoje uma legislação ambiental determinada por um corpo de leis, decretos-lei, portarias e textos que normalizam os princípios gerais da política de exploração dos recursos naturais.

De acordo com MAAP (2004a), as políticas implementadas nos últimos anos fazem-nos reconhecer, que a problemática ambiental ganhou uma nova dimensão a partir de 1995. Sendo que foram alcançadas algumas expectativas, principalmente no que respeita ao quadro institucional e legal, de referenciar a elaboração e aprovação de diplomas representativos a este respeito, que pode ser constatado no (cf. Quadro A do Anexo I). Ainda como complemento da legislação ambiental, Cabo Verde assinou alguns acordos, tratados e convenções internacionais de relevo entre os quais referimos também alguns no (cf. Quadro B do Anexo I).

Actualmente a legislação ambiental “constitui o terceiro instrumento de actividades alternativas geradoras de rendimento e informação/formação” (MAAP, 2004a).

Uma outra medida, adoptada dentro da política do ambiente foi a implementação das áreas protegidas, criadas com o primeiro Decreto-Lei nº 79/III/90, declarando Reservas Naturais os ilhéus Raso, Branco, Curral Velho, Baluarte e Rombos, todas elas desabitadas, que visam proteger a biodiversidade de grande valor sócio-económico (Ministério da Agricultura e Pescas [MAP], 2002). Posteriormente, foi dado a

continuidade dos trabalhos na identificação e caracterização das áreas de potenciais recursos biológicos.

Desta feita, surgiu o outro Decreto-Lei nº3/2003, de 24 de Fevereiro estabelecendo o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socio-económico, cultural, turístico ou estratégico merecem uma protecção especial, garantindo a sua sustentabilidade. Assim a legislação cabo-verdiana estabeleceu uma lista de espaços naturais protegidos com as seguintes categorias<sup>16</sup>:

- Reservas Naturais;
- Parque Nacional;
- Parque Natural;
- Monumento Natural;
- Paisagem Protegida;
- Sítio de Interesse Científico.

Esta lista, no seu todo constitui a Rede Nacional das Áreas Protegidas Terrestre e Marinhas, integrando 47 espaços dos quais 9 foram declarados Parques Naturais discriminado no (Quadro 11). Até ao momento já se encontram criados, em funcionamento, bem como delimitados e elaborados os seus planos de gestão três Parques Naturais, designadamente PNF, instituída em 2004, PNSM e PNMG em 2008 respectivamente (cf. Anexo II).

Particularmente, as áreas protegidas marinhas, temos a Reserva Natural Marinha, localizada na Baía da Murdeira na ilha do Sal e a Reserva Integral na ilha de Santa Luzia (Relatório da Reserva Natural Marinha Baía da Murdeira, s/d e Brito *et al.*, 2010). De salientar, que estas áreas foram classificadas tendo em conta os regulamentos da UICN (MAP, 2002).

---

<sup>16</sup>Das seis categorias de áreas protegidas classificadas no país, até ao momento Cabo Verde não dispõem de nenhum Parque Nacional oficial.

**Quadro 11 – Rede Nacional Inicial de Áreas Protegidas**

<b>Ilha</b>	<b>Espaço Natural</b>	<b>Classificação</b>
<b>Santo Antão</b>	Moroços	Parque Natural
	Cova/Ribeira Paúl/Torre	Parque Natural
	Cruzinha	Reserva Natural
	Pombas	Paisagem Protegida
	Tope da Coroa	Parque Natural
<b>São Vicente</b>	Monte Verde	Parque Natural
<b>Santa Luzia</b>	Santa Luzia	Reserva Natural
<b>Ilhéus Brancos e Rasos</b>	Ilhéus Branco e Rasos	Reserva Integral
<b>São Nicolau</b>	Monte Gordo	Parque Natural
	Monte do Alto das cabeças	Reserva Natural
<b>Sal</b>	Salinas de Pedra Lume e Cagarral	Paisagem Protegida
	Monte grande	Paisagem Protegida
	Rabo de Junco	Reserva Natural
	Baía da Murdeira	Reserva Natural (Marinha)
	Costa da Fragata	Reserva Natural
	Serra Negra	Reserva Natural
	Buracona-Ragona	Paisagem Protegida
	Salinas de Santa Maria	Paisagem Protegida
	Morrinho do Filho	Monumento Natural
	Ponta de Sino	Reserva Natural
	Morrinho do Açúcar	Monumento Natural
<b>Maio</b>	Terras Salgadas	Reserva Natural
	Casas Velhas	Reserva Natural
	Barareiro e Figueira	Parque Natural
	Lagoa Cimidor	Reserva Natural
	Praia do Morro	Reserva Natural
	Salinas de Porto Inglês	Paisagem Protegida
	Monte Penoso e Monte Branco	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Paisagem Protegida
	Boa Esperança	Reserva Natural
	Ilhéu de Baluarte	Reserva Natural Integral
	Ilhéu dos Pássaros	Reserva Natural Integral
	Ilhéu de Curral Velho	Reserva Natural Integral
	Ponta do Sol	Reserva Natural

Boa Vista	Tartaruga	Reserva Natural
	Parque Natural do Norte	Parque Natural
	Monte Caçador e Pico Forçado	Paisagem Protegida
	Morro de Areia	Reserva Natural
	Curral Velho	Paisagem Protegida
	Monte Santo António	Monumento Natural
	Ilhéu de Sal-Rei	Monumento Natural
	Monte Estância	Monumento Natural
	Rocha Estância	Monumento Natural
Santiago	Serra da Malagueta	Parque Natural
	Serra do Pico de Antónia	Parque Natural
Fogo	Bordeira, Chã das Caldeiras, Pico Novo	Parque Natural
Ilhéus do Rombo	Ilhéus do Rombo	Reserva Integral

Fonte: Anexo ao Decreto-Lei nº 3/2003

Futuramente estão previstas a criação de mais áreas protegidas (5). Pois, logo começou-se de modo mais pormenorizado, com as ilhas orientais para depois estudar as restantes ilhas, conforme as declarações de Moisés Borges (Director Geral do Ambiente). Entretanto, estão já delimitadas as áreas protegidas das três ilhas mais planas (Sal, Maio e Boavista) onde há maior risco de desenvolvimento do turismo de massa (PEDTCV 2010/2013, s/d).

### 2.2.2 – Legislação Turística

Respeitantes ao quadro legislativo do turismo, já foram criadas muitas de acordo com as actividades do sector, sendo um mecanismo legal que possibilite desenvolver e projectar o turismo de forma sustentável e a longo prazo. Acima de tudo estas leis levam em conta a escassez, a dispersão, e a fragilidade dos recursos naturais do país<sup>17</sup>. Os mais figurativos constam no Quadro 12.

<sup>17</sup>[http://www.governo.cv/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=46&Itemid=91](http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=46&Itemid=91)

## Quadro 12 – Dispositivos legais do turismo e seus objectivos

Dispositivos legais	Objectivos
Lei nº 21/IV/91, de 30 de Dezembro, Suplemento – B.O. nº52/91.	Estabelece os objectivos, princípios, meios, instrumentos básicos e políticas de desenvolvimento turístico. Pode-se considerar a lei base do turismo.
Lei nº 40/IV/92, de 6 de Abril, Suplemento – B.O. nº 14/91.	Cria o imposto do turismo a aplicar sobre empresas ligadas à actividade turística, como sejam hotéis, agências de viagem, parques de campismo, empresas de aluguer de automóveis, etc.
Lei nº 42/IV/92, de 6 de Abril, Suplemento – B.O. nº 14/91.	Estabelece o regime jurídico de utilidade turística, a atribuir aos empreendimentos turísticos que satisfaçam determinados pressupostos, definidos na lei. Obs.: Este diploma está a ser revisto.
Decreto-Lei nº 69/92, de 19 de Junho - 2º Suplemento - B.O. nº24/92.	Regulamenta a Lei do Logo, estabelecendo as regras jurídicas relativas ao pessoal, ao funcionamento das salas de jogos, acesso e fiscalização, actos ilícitos e sanções. Obs.: Este diploma está a ser revisto.
Decreto-Lei nº 2/93, de 1 de Fevereiro - B.O. nº 2/93.	Declara como Zonas Turísticas Especiais, as áreas identificadas como possuidoras de especial aptidão para o turismo internacional, pelas potencialidades que represente para o desenvolvimento turístico internacional de sol e mar, ou pelo seu valor ecológico, e estabelece formas de apropriação de solos das mesmas áreas e as modalidades da sua cedência aos promotores turísticos.
Decreto-Lei nº 11/94, de 14 de Fevereiro - B.O. nº7/94.	Cria o Fundo do Desenvolvimento do Turismo, o qual tem por objecto contribuir para o fomento da actividade do sector do turismo, através da concessão de subsídios, prestação de garantias às instituições de crédito e pagamento de bonificações de juros, podendo ainda passar a conceder crédito turístico a curto, médio e longo prazo.

É de se pronunciar que algumas das leis do país estão desactualizadas, por isso encontra-se em fase de actualização um pacote legislativo que permitirá uma maior adequação das normas à realidade cabo-verdiana e melhorar a performance dos profissionais nacionais e obviamente reforçará o Master Plan do Turismo nos seus objectivos. Neste novo pacote de leis incluíram-se também outras novas, referentes às prestações de serviços que vão estabelecer critérios para o licenciamento e a certificação dos profissionais na área do turismo.

Pelos vistos na vertente ecoturística não foi desenvolvido nenhum esforço e nem a promessa de se criar legislação nesta matéria, isto simplesmente indica uma das causas do fraco desenvolvimento deste segmento, que o ecoturismo está a acontecer naturalmente, o que pode levar ao agravamento de situações de risco.

É preciso ditar as normas para o seu crescimento e desenvolvimento equilibradamente, mediante as condições básicas do país.

### 2.3 – O papel das entidades públicas e privadas na protecção ambiental

A Constituição da República de Cabo Verde (1999) no seu Artigo 72º, concebe aos poderes públicos a responsabilidade em matéria da defesa do ambiente. Nesta via, o governo entra em acção através dos seus ministérios, criando leis e normas que regulam esses princípios. Um dos actos reconhecidos, está na Lei de Base da Política do Ambiente, Lei Nº 86/IV/93 de 26 de Junho, que fixa as grandes orientações estratégicas nas relações entre o homem e o meio natural; o Decreto-Legislativo Nº 14/97 de 26 de Junho, realça a protecção do ambiente contra todos os atentados, dando ênfase ao seu artigo nº 3, sobre a necessidade do estudo do impacte ambiental, descrevendo o seguinte: *“os planos, projectos trabalhos e acções que pela sua natureza, dimensão ou localização, são susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente, no território e na qualidade de vida dos cidadãos, ficam sujeitos a um processo de “Avaliação do Impacto Ambiental”, (...) como formalidade essencial para o licenciamento da obra ou trabalho”* (MAAP, 2004a).

Em matéria de informação para a protecção ambiental no país, também houve a necessidade para a elaboração de outros documentos complementares, que reflectem, sobre a análise do estado dos recursos naturais em Cabo Verde, por parte das instituições afins, tuteladas pelo Ministério do Ambiente, na qualidade (DGA, INIDA, DGASP e INDP): Relatório Nacional sobre o Estado da Biodiversidade; Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, apresentado de três em três anos, Plano Ambiental Intersectorial (PAIS); PANA I/II; panfletos e boletins informativos e outros materiais de sensibilização. Às câmaras municipais lhes compete elaborar um Plano Ambiental Municipal (PAM), na identificação dos recursos ambientais do Concelho, sua promoção, protecção, medidas de intervenção e estratégias; e precisamente acordos, tratados e convenções assinados nesse parâmetro. O Quadro A do anexo III ilustra as principais instituições públicas/privadas distintas ligadas directas ou indirectamente ao turismo e ambiente, e suas funções.

Quanto à DGT, uma entidade ligada directamente ao turismo está obviamente sensibilizada e participativa nas questões e projectos de preservação e conservação dos recursos naturais e ambientais, uma vez que o turismo é o principal consumidor destes recursos. No entanto, colabora também com as outras entidades atrás mencionadas, para este fim.

Ainda, de acordo com as informações obtida por esta instituição no primeiro trimestre de 2010 organizou-se juntamente com o WWF um *Workshop* sobre turismo e ambiente, cujas finalidades são promover investimentos em projectos sustentáveis para Cabo Verde, que teve a participação de todas as entidades ligadas ao ambiente. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Turísticos de Cabo Verde para o período de 2010/2013 elaborado recentemente ajuda bastante neste domínio: identifica, analisa e propõe medidas de intervenções estratégicas, pormenorizadamente. Isto é, permite apreciar a articulação do turismo com os outros sectores, principalmente o do ambiente.

De frisar que a DGT, tem também em curso neste momento, um projecto de turismo e conservação, um instrumento que sem dúvida servirá de apoio, para o continuado trabalho no âmbito de preservação ambiental. De todo o exposto, resta agora o rigor na execução dos documentos supra citados. Porquanto, nota-se a carência de parcerias com outras instituições, indispensáveis nesta luta, nomeadamente: Associações comunitárias, Escolas, Universidades, ONGs locais, POP, PM; Forças Armadas etc., e um reforço na fiscalização, sensibilização e participação para suprir essas carências e prosseguirmos a passos largos, no que respeita a protecção ambiental.

Abraçando todas estas medidas de intervenção, o governo está automaticamente a incentivar o ecoturismo de forma “indirecta”<sup>18</sup> em Cabo Verde, aliás a actividade turística desenvolvida no país é da responsabilidade do governo, ao apostar no turismo.

Tem de definir normas, regras, orientações e sítios que melhores condições oferecem a esta prática. Das diversas funções que lhe cabe citam-se algumas que estão mais interligadas ao ecoturismo:

- Proteger o ambiente e património (principalmente nas vertentes que valorizam o turismo);
- Acção fiscal;
- Promoção dos destinos nacionais nos países estrangeiros;
- Formulações de políticas e aprovação de estratégias de desenvolvimento.

Aqui verificamos, que o interesse do governo é gerir em termos de espaços (salvaguardar os recursos naturais e ambientais). Um papel importante, por parte do governo, e para que o dever seja cumprido tem a ver com a fomentação de parcerias com todas as instituições referidas antes, porque em nenhum lugar do mundo proteger o ambiente implementando séries de acções, como por exemplo, criar áreas protegidas

---

<sup>18</sup>A qualidade do ambiente reflecte na qualidade do turismo/ecoturismo.

não seria auto-sustentável sem essas parcerias, todavia, o seu desenvolvimento exige relações de ambas as partes.

Convém também distinguir duas instituições privadas (PNUD e WWF) que têm apoiado Cabo Verde a nível da conservação da natureza, seguindo os 4 eixos estratégicos do governo (Governança, Pobreza, Ambiente e População), proposto no documento “As grandes Opções do Plano” elaborado em 2001.

O PNUD, de acordo com o Chefe da Unidade Ambiental, intervém no sentido da conservação<sup>19</sup>:

- Apoia a DGT na implementação de Parques;
- Ligado a leitura de leis;
- Protecção da camada do ozono;
- Projecto de adaptação a mudanças climáticas.

Quanto à WWF, também intervém na conservação, conforme a Coordenadora Nacional<sup>20</sup>:

- Apoia a DGT também na implementação de Parques;
- Conservação da biodiversidade marinha e terrestre;
- Luta contra a pobreza;
- Energias renováveis;
- Mudanças climáticas;
- Poluição ambiental;
- Reforço de capacidades.

Todas as ilhas beneficiam destes projectos, mas neste momento o WWF, não tem nenhum projecto em curso na ilha de Santiago, mas sim nas restantes (São Vicente e Maio). É indispensável referir o importante auxílio do Fundo Global para o Ambiente (GEF), no financiamento das actividades a favor do ambiente e também na implementação dos Parques Naturais, assim como outras ONG's locais que tem mostrado muita utilidade em prol da problemática ambiental em Santiago/Cabo Verde, especificamente a Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento (ADAD), a Associação Amigos da Natureza (AAN), a Associação da Garça Vermelha, de entre outras.

---

<sup>19</sup> (PNUD), cf. Anexo IV.

<sup>20</sup> (WWF), Idem

Tanto o PNUD como o WWF trabalham com os seguintes parceiros: DGT, DGASP, INIDA, INDP e ONGs locais.

É perceptível, pois, que o interesse destas instituições seja a preservação ambiental, uma vez que financiam qualquer projecto que vise essa matéria, em detrimento de outras de fins lucrativos.

Certamente, as intervenções feitas beneficiam o ecoturismo, servindo de via para a preservação do ambiente em Santiago, assim como das outras ilhas. Falta agora revertê-los a prática e criar mais condições para o seu desenvolvimento.

### **3 – POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS DO ECOTURISMO NAS ILHAS**

Cabo Verde desfruta de uma grande diversidade cultural e paisagística, que lhe confere potencialidades em recursos naturais e que constituem a base do desenvolvimento do turismo, em particular do ecoturismo, um segmento que poderá acrescentar maior valor a este sector ainda em crescimento.

Todas as ilhas possuem potencialidades ecoturísticas e cada uma delas com a sua particularidade que a define, oferecendo um tipo de produto diferente. As ilhas que revelam ter maior vocação ecoturística são as montanhosas: Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava, e as restantes ilhas planas gozam destes potenciais, digamos a nível das suas praias e recursos marinhos, caso: da Boavista, Sal, Santa Luzia, São Vicente e Maio. No entanto “o WWF já fez diversos estudos sobre as potencialidades de se desenvolver o ecoturismo nas áreas costeiras”<sup>21</sup>.

De entre os principais recursos turísticos das ilhas montanhosas destacamos os seguintes: montanhas imponentes, vales profundos e estreitos, miradouro de belas paisagens, Barragem de Poilão, um vulcão activo e outros inactivos, sua geologia e geomorfologia, mar de águas tépidas, praias de areias preta e branca, parques naturais com espécies de flora e fauna endémicas, cachoeiras, jardim botânico, artes e artesanato, gastronomia e várias actividades culturais, que nos diversos domínios de actividades

---

<sup>21</sup>Idem (DGT).

favorecem boa prática do ecoturismo como caminhadas, escaladas, passeios de barco, observação das aves, pesca e banhos das cachoeiras.

Convém, distinguir que a ilha de Santo Antão, também conhecida como ilha das montanhas é a das mais promitentes em termos de ecoturismo, devido à sua orografia e recursos geológicos recheados das suas paisagens verdejantes ao longo do ano. No entanto, actualmente não é a única ilha com tais privilégios, percebido na competitividade com as outras ilhas (Santiago, Fogo e São Nicolau). O ponto fraco é sobretudo as deficientes ligações marítimas e inexistência de aeródromo na ilha.

**Figura 3 – Atractivos das ilhas montanhosas**



1 - Paisagem da Ilha de São Nicolau.

2 – Vulcão do Fogo situado à entrada do Parque Natural do Fogo.

3 - Paisagem do Parque Natural de Serra Malagueta, Ilha de Santiago.

4 – Paisagem da ilha de Santo Antão.

5 – Ilha da Brava (conhecida como a ilha das flores).

Fonte: [www.areasprotegidas.cv](http://www.areasprotegidas.cv) e [www.caboverde.com](http://www.caboverde.com)

Nas ilhas planas encontrarmos praias de areia preta e branca, mar de águas tépidas, belas paisagens das zonas costeiras, recursos marinhos que convidam geralmente a passeios de barco e pesca e à observação de aves e tartarugas. Aliás, a tartaruga é utilizada por algumas instituições privadas, caso do “Resort Sambala Village” como um símbolo do turismo em Cabo Verde, para sensibilizar as pessoas e a sociedade em geral da sua importância na biodiversidade marinha e sobretudo pelo seu perigo crítico de extinção.

**Figura 4 – Atractivos das ilhas planas**



- 1 – Dunas da Ilha da Boavista.
- 2 – Ilha de Santa Luzia (Ilha desabitada).
- 3 – Ilha do Maio.
- 4 – Ilha do Sal.
- 5– Ilha de São Vicente.

Fonte: [www.caboverde.com](http://www.caboverde.com)

Um outro potencial, importante do país a destacar é a sua posição geoestratégica, localizado perto do continente africano, americano e europeu, e a sua estabilidade político-social.

Quanto às infra-estruturas de apoios, já temos boas estradas tanto de asfalto como de calçadas, que ligam cidades e vilas ao interior das ilhas, dando maior conforto as viagens. Até ao momento Cabo Verde dispõem de quatro aeroportos internacionais, nomeadamente na Ilha do Sal, Santiago, São Vicente e Boavista, que permitem efectuar mais ligações com o exterior, a partir destas ilhas, assim como, mais voos charters por outras companhias, como forma de facilitar o acesso a Cabo Verde e dinamizar o sector turístico.

Neste contexto, a estatística de Aeroportos e Segurança Aérea, SA (ASA), permitiram constatar, este aumento referente ao ano de 2008, em que circularam nos aeroportos de Cabo Verde 1,4 milhões de passageiros, havendo um aumento de 6,1% face ao ano anterior. Discriminando que 688 eram estrangeiros equivalendo a 47,7% do total (PEDTCV 2010/2013, s/d).

Todas estas potencialidades elevam a competitividade do mercado de Cabo Verde, perante os outros países da Macaronésia, garantindo actualmente mais possibilidades de crescimento.

No que se refere aos constrangimentos, infelizmente Cabo Verde tem-se deparado com alguns que têm condicionado a evolução desta estratégica de seguimento, mesmo consciencializado de que o ecoturismo não exige infra-estruturas sofisticadas. O certo é que precisa das condições básicas que permitam a sua prática de forma planeada, organizada e sustentável. Estes constrangimentos chamam bastante atenção e tem travado um pouco o desenvolvimento do turismo no país, dos quais mencionamos os seguintes:

- A falta de chuva e a sua distribuição bastante irregular, o que provoca a erosão dos solos pela falta de cobertura vegetal;
- Falta de financiamentos e de verbas que permitam criar oficialmente todas as áreas protegidas do país;
- Insuficiência na divulgação das informações turísticas e promoção do país como destino ecoturístico;
- Insuficiente formação e deficiente circulação de informações de base;
- Insuficientes meios de hospedagem e serviços ligado a esta actividade;

- Grande dificuldade de acesso aos lugares potencialmente ecoturísticos;
- Difícil deslocação inter-ilhas pelos poucos meios de transportes existentes (marítima e aéreas), com viagens feitas de forma irregular e incertas;
- Deficiente articulação de estratégias comerciais/*marketing* entre operadores de transporte e operadores turísticos;
- Os preços dos produtos são muito elevados, principalmente a comunicação e transporte interno;
- Falta de saneamento, deficiente recolha e tratamento do lixo;
- Falta de sinalética nos principais pontos atractivos do país;
- Falta de iluminação pública, principalmente electrificação rural.

Perante estas situações é preciso evidenciar esforços de forma a diminuir estes constrangimentos, para que o turismo e ecoturismo possam desenvolver normalmente, visto que estão interligados com todos estes sectores. Seria também uma das formas de se combater a sazonalidade, criando condições necessárias para que se pratique o turismo durante todo o ano.

## CAPÍTULO III – O ECOTURISMO NA ILHA DE SANTIAGO: ESTUDO DE CASO

---

### 1 – ENQUADRAMENTO DA ILHA DE SANTIAGO

#### 1.1 – Elementos de caracterização física: geografia, clima e geomorfologia

A Ilha de Santiago, como todas as restantes ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, eleva-se de um soco submarino em forma de ferradura, situada a uma profundidade da ordem dos 3.000 metros. Situa-se entre os paralelos 15° 20' e 14° 50' de Latitude Norte e entre o meridiano 23° 20' e 23° 50' de Longitude Oeste de Greenwich. A área é de cerca de 991 km<sup>2</sup>, ocupando aproximadamente 25% da área total do Arquipélago (Faria, 1970:21).

Apresenta uma forma adelgada na direcção Norte-Sul com um comprimento máximo de 54,9 km, entre a Ponta Moreia, a Norte, e a Ponta da Mulher Branca, a Sul e uma largura máxima de 29 km entre a Ponta Janela, a Oeste, e a Ponta Baixo, a Leste.

Deve-se assimilar um estreitamento pronunciado na região Norte entre Chão Bom, a Oeste, e Porto Formoso, a Leste, atingindo 6 km (Faria, 1970).

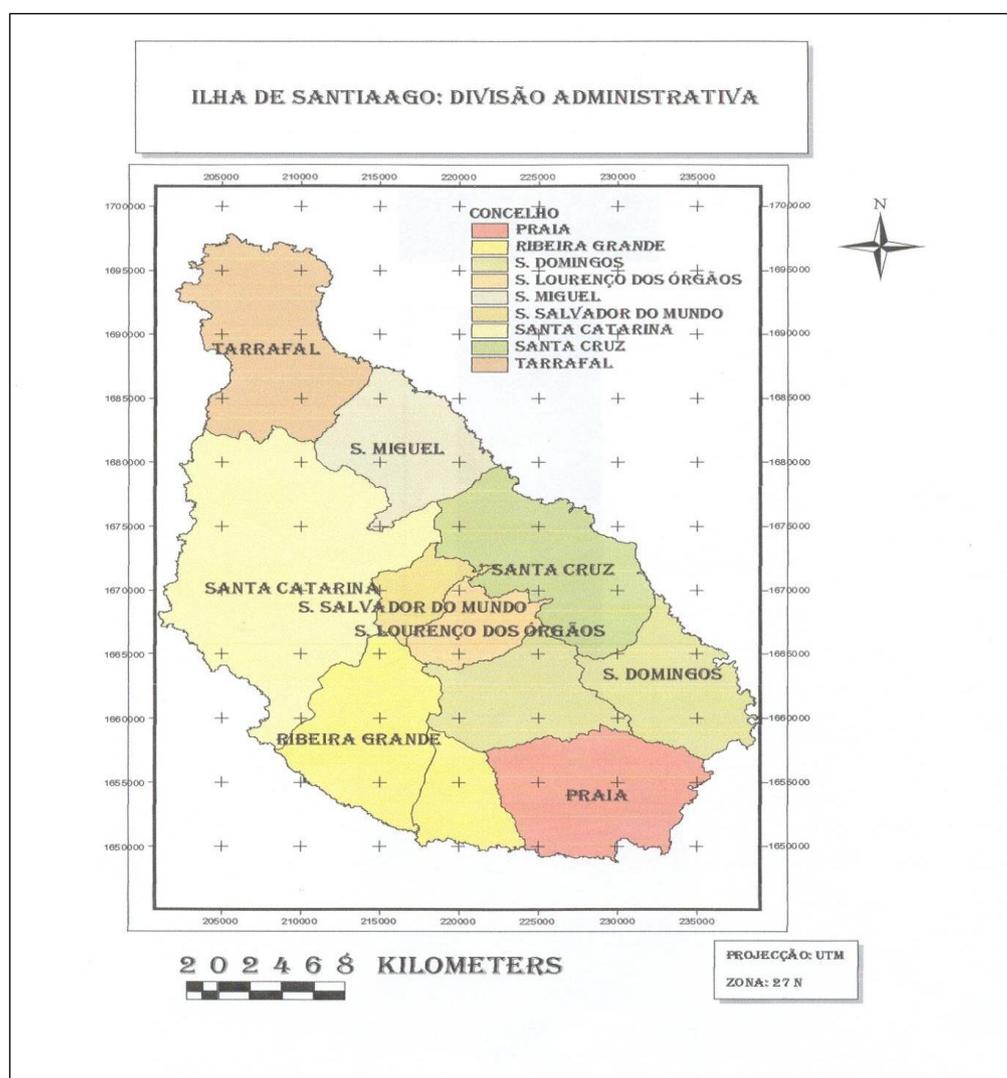
A Ilha foi descoberta<sup>22</sup> a 1 de Maio de 1460 supostamente por António da Noli, juntamente com as restantes ilhas orientais (Fogo, Maio, Boavista e Sal). Foi oficialmente denominada de *Sam Jacob*, por ser achada do dia de Santiago (Costa, 1939). Por sua vez o seu povoamento foi por volta de 1462, segundo a carta régia de 12 de Junho de 1466.

A ilha alberga ainda a Capital do país (Cidade da Praia) e administrativamente é constituída por nove (9) Concelhos e onze (11) Freguesias, de acordo com a (Figura 5).

---

<sup>22</sup>Sobre a controvérsia da descoberta da ilha de Santiago e das restantes ilhas de Cabo Verde aconselha-se a consultar o documento de COSTA, A. Fontoura da, 1939 – Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506 – 1508).

**Figura 5 – Divisão administrativa da Ilha de Santiago**



Fonte: Ministério das Infraestruturas e Transportes, (2006).

Como acontece nas restantes ilhas do arquipélago, o quadro climático da ilha de Santiago está dominado pela sua inserção na região árida e semi-árida do Sahel<sup>23</sup>.

Caracteriza-se com duas estações, a estação da seca que vai de Dezembro a Junho e a da chuva de Agosto a Outubro. As diferenças sazonais estão sobretudo ligadas às migrações da Convergência Inter-tropical (CIT) e dos sistemas de ventos e massas de ar associados (Brito & Semedo, 1995).

As precipitações são muito concentradas, com frequentes anos de precipitação mínimas ou quase nulas, separadas pelos meses de Novembro e Julho, considerados de meses de transição (Amaral, 1964:23). A mesma fonte realça, que esta concentração em algumas zonas tem a ver com a pluviosidade que aumenta proporcionalmente com a

<sup>23</sup>Zona climática de transição entre a savana africana e o deserto do Sahara.

altitude, - pelo que as zonas montanhosas centrais registam 400 a 700 mm/ano, nas áreas mais baixas registam-se 100/200 mm/ano (Quadro 13).

**Quadro 13 – Volume total da precipitação anual em cada uma das Bacias Hidrográficas da ilha**

Bacias Hidrográficas (km <sup>2</sup> )	Volume Total Pluviométrico (m <sup>3</sup> )	Pluviosidade Média Anual (mm)
Bacia do Tarrafal (188 km <sup>2</sup> )	55,9 milhões	270mm
Bacia de Santa Cruz (355 km <sup>2</sup> )	144,97 milhões	330mm
Bacia de Santa Catarina (128 km <sup>2</sup> )	33,20 milhões	260mm
Bacia de São João Baptista (155 km <sup>2</sup> )	28,48 milhões	180mm
Bacia da Praia (179 km <sup>2</sup> )	38,20 milhões	210mm

Fonte: Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, (1999).

A localização do país em pleno oceano, a exposição das vertentes aos ventos dominantes e a diversidade do relevo originam uma variedade de microclimas que se reflectem na humidade, na vegetação, na flora e na ocupação das parcelas (Amaral, 1964). E de acordo com a altitude as zonas climáticas classificam-se segundo Brito e Semedo, (1995).

**Quadro 14 – Classificações das zonas climáticas**

Zonas Climáticas	Altitudes (m)	Precipitações mm
Áridas	Inferior a 150/200	Inferior a 300mm
Semi-áridas	150/200 e 300/400	300 a 400mm
Sub-húmidas	300/400 a 500/700	400 a 600mm
Húmidas	Superior a 500/700	Superior a 600mm

Fonte: Brito e Semedo, (1995).

Em termos geológicos, Santiago é uma Ilha essencialmente vulcânica, assim como todas as restantes Ilhas de Cabo Verde. As primeiras manifestações vulcânicas são datadas na Era Terciária<sup>24</sup> e correspondem sobretudo a basaltos<sup>25</sup> e fonólitos<sup>26</sup> hoje muito alterados, com mais de dez milhões de anos. Sobre este material vulcânico existem afloramentos de lavas submarinas, também muito alteradas, que precedem a séries eruptivas mais recentes, datadas dos finais da Era Terciária do início do Quaternário<sup>27</sup> (Gomes, 1981).

<sup>24</sup>Era geológica iniciada a 65 milhões de anos, nesta era desenvolveram os mamíferos e as plantas angiospérmicas.

<sup>25</sup>Rocha vulcânica densa e escura com fraca percentagem de sílica e tem como objectivos principais componentes mineralógicos as piroxenas e plagioclases cálcicas, olivinas.

<sup>26</sup>Rocha vulcânica de cor cinzenta, quando partido emite um som metálico, daí o nome; contém nefelina na sua composição mineralógica.

<sup>27</sup>Geologia designativa do período actual.

Na ilha há predominância das rochas basálticas e produtos piroclásticos<sup>28</sup> como: brechas, lapilli e tufos (Gomes, 1981). Porém as formações mais antigas encontram-se em áreas desnudadas, na maioria dos casos nos leitos e ribeiras. Segundo Bebiano citado por Faria (1970), os basaltos e os produtos piroclásticos ocupam 92% da área total da ilha, e os limburgitos, rochas afins mais modernamente designadas por meláfiros, são praticamente basaltos porfíricos com fenocristais de augite e labrador que representam 5%, enquanto as outras formações de fonólitos, tetrítos, calcários e outras ocupam 3% da área da ilha.

**Quadro 15 – Principais tipos de rochas da ilha de Santiago de acordo com Faria (1970)**

Tipos de rochas	Superfície ocupada (km <sup>2</sup> )
Basaltos e produtos piroclásticos	909
Limburgitos	57
Fonólitos	17
Leucititos e Nefelinitos	1
Tetrítos	1
Calcários	3
Restantes rochas	3
Total	991

Por outro lado Gomes (1981) realça a existência de muitas rochas afaníticas<sup>29</sup> na ilha, sendo as faneríticas<sup>30</sup> em menor escala, e observam também as formações sedimentares que apesar de terem muita importância, não constituem o elemento essencial da geologia da ilha. O relevo bastante diversificado resulta de uma sobreposição de materiais vulcânicos emitidos ao longo da história natural da ilha e são geralmente muito acidentados.

Para Serralheiro (1976), a fase mais expressiva de formação da ilha e que melhor reflecte na paisagem actual corresponde ao período de formação dos maciços do Pico de António e Serra Malagueta. O planalto central de Santa Catarina corresponde a uma fase mais recente, com acumulação de basalto na posição sub-horizontal dando origem as achadas do interior da ilha. A última grande fase eruptiva deu origem a uma grande quantidade de cones vulcânicos que ainda se apresentam bem conservados, com arcos de cratera e com ligeira alteração superficial dos materiais explosivos, dando uma

<sup>28</sup>Os piroclastos são materiais sólidos resultantes da emissão explosiva de vulcões; geralmente são lavas que consolidam depois de projectadas na atmosfera.

<sup>29</sup>Rochas eruptivas, cujo grãos não são visíveis à vista desarmada.

<sup>30</sup>Rochas eruptivas, cujos elementos são visíveis a olho nu.

coloração avermelhada, sobretudo nos andares áridos com uma vegetação mais fraca (Brito & Semedo, 1995).

Em relação à geomorfologia, segundo Faria (1970:21) Santiago apresenta uma grande diversidade de formas de superfície, “constituídas por relevos acentuados com picos e encostas de aresta salientes, separados por vezes por grande ravinas<sup>31</sup> (barrancos) e desfiladeiros<sup>32</sup>, alternam formas naturais e senis de evolução geomorfológicas, constituindo estas, superfícies aplanadas no interior da ilha, mas sobretudo na sua periferia”.

O autor afirma que todas estas características resultam do facto de a actividade vulcânica da ilha ter cessado mais recentemente em relação as outras ilhas mais antigas do arquipélago.

A morfologia dominante é caracterizada por dois maciços principais. Um a Serra do Pico de Antónia, o ponto mais alto da Ilha a 1.394 metros; outro, a Serra da Malagueta, que culmina a 1.064 metros estendendo-se mais para Norte até à região do Tarrafal, onde se situa o terceiro ponto mais alto da ilha, o Monte Graciosa com 643 m. Esses dois maciços estão separados por uma região plana com cerca de 550 metros de altitude e uma área aproximada de 130 km<sup>2</sup>, a Santa Catarina (Faria, 1970:22). Ainda conforme o autor, toda a periferia da ilha é envolvida por uma faixa de largura variável, mas que aumenta consideravelmente para sul, onde há uma predominância de achadas e *plateaux* em que alguns terminam em falésias abruptas sobre o mar e numerosas planícies costeiras muito recortadas pela erosão, cujo declive diminui em direcção à costa atravessados por numerosas ribeiras de carácter temporário.

Assim de acordo com Monteiro Marques (1990) citado por Carvalho *et al.*, (s/d), na Ilha de Santiago existe sete unidades geomorfológicas:

- I. As Achadas Meridionais.
- II. O Maciço Montanhoso do Pico da Antónia.
- III. O Planalto de Santa Catarina.
- IV. O Flanco Oriental.
- V. O Maciço Montanhoso de Malagueta.
- VI. O Tarrafal.
- VII. O Flanco Ocidental.

---

<sup>31</sup>Leito cavado por uma corrente que desce do alto até aos vales (barrancos).

<sup>32</sup>Passagem estreita entre as montanhas.

## 1.2 – Caracterização socio-económica da ilha de Santiago

### 1.2.1 – Elementos sócio-demográficos

Segundo o INE, (2000) o Arquipélago de Cabo Verde apresentava em 2000, cerca de 431.989 habitantes (223.995 do sexo feminino – 51.9% e 207.994 do sexo masculino – 48.1%). A Ilha de Santiago tinha em 2000 uma população de 234.940 habitantes (correspondendo a 54.4% do total da população do território nacional) dos quais 109.693 são do sexo masculino e 125.247 são do sexo feminino. Cerca de metade da população concentra-se no concelho da Praia.

Ainda, no censo de 2000 foram apurados para o país valores de população infantil (0 - 14 anos), de cerca de 181.993 sobre cerca de 105.218 para Santiago. A população de 65 anos ou mais é de 27.122 no país e 12.735 idosos da Ilha de Santiago. Considerando os valores apresentados no censo constata-se que a idade mediana da população para o país é de 17 anos enquanto para Santiago é de 16 anos de idade. No entanto, este valor estimado em 2005 era de 24 anos.

Segundo estimativas do INE, o maior índice da população concentra-se nos centros urbanos do país. No ano 2000, cerca 54% dos habitantes ocupavam as cidades enquanto cerca de 46% da população se encontravam no meio rural. Para a Ilha de Santiago, a tendência foi praticamente idêntica, com cerca de 52% de população urbana (122.086 habitantes) e 48% de população rural (112.854 habitantes). O Quadro 16 apresenta a distribuição actual da população nos diferentes Concelhos.

**Quadro 16 – Distribuição dos Concelhos e Freguesias da ilha de Santiago e da respectiva população**

Concelhos	Área km <sup>2</sup>	População	Freguesias
Praia	97.0	114.688	Nossa Senhora da Graça
São Domingos	134.5	13.897	São Nicolau Tolentino Nossa Senhora da Luz
Santa Catarina	214.2	44.969	Santa Catarina
Santa Cruz	109.8	27.807	Santiago Maior
Tarrafal	112.4	20.786	Santo Amaro Abade
São Lourenço dos Órgãos	38.5	8.513	São Lourenço dos Órgão
São Salvador do Mundo	28.7	10.027	São Salvador do Mundo
São Miguel	91.0	17.008	São Miguel Arcanjo
Ribeira Grande de Santiago	164.2	8.957	Santo Nome de Jesus São João Baptista
Total	990.3	272.652	

Fonte: INE, (2005).

A densidade populacional de Cabo Verde é de 107 hab/km<sup>2</sup> enquanto na Ilha de Santiago é de 237 hab/km<sup>2</sup> (INE, 2000). O Quadro 17 apresenta uma estimativa da evolução da população na Ilha de Santiago e da respectiva densidade populacional.

**Quadro 17 – Evolução aproximada da população da ilha de Santiago (2000 – 2010)**

<b>Ilha de Santiago</b>	<b>2000</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Habitantes	234.940	266.161	300.262
Densidade populacional	237	269	303

Fonte: INE, (2005).

A população activa do país com 10 anos ou mais, em 2000 era de 174.644 habitantes, 92.562 dos quais residentes na ilha de Santiago. Igualmente, a população com emprego, era de 144.310 em Cabo Verde, e 77.247 habitantes em Santiago, que estão associados a uma taxa bruta de ocupação de 33.4 e 32.9%, para Cabo Verde e Santiago, respectivamente.

A população desempregada no país era de 30.334 habitantes e em Santiago de 15.315 o que equivale a uma taxa de desemprego de 17.4 e 16.5%, respectivamente. A taxa de desemprego urbano era maior (18.7 e 17.4%) que o desemprego rural (15.7 e 15.6%) para Cabo Verde e Santiago, respectivamente.

A população inactiva era de 255.051 habitantes no território nacional e de 140.913 habitantes em Santiago, está associada a uma taxa bruta de inactividade de 59 e 60% de habitantes para Cabo Verde e Santiago, respectivamente. Na avaliação realizada pelo INE (2000), destaca-se o índice de dependência económica no meio rural (inactivos por cada 100 activos) que é ligeiramente superior (de cerca de 153 e 160 habitantes), ao obtido em meio urbano (de cerca de 140 e 146 habitantes) para Cabo Verde e Santiago, respectivamente.

Entre os indicadores de fecundidade evidencia-se uma taxa bruta de natalidade (número de nascimentos por 1.000 habitantes) de cerca de 29.3% para Cabo Verde e 32.5% para Santiago (INE, 2000).

Segundo dados do Censo 2000, em termos de educação, a esperança de vida escolar (6- 24 anos) é de 11.2 % para Cabo Verde e Santiago. A população com o ensino básico integral (EBI) é de 55.6 e 54.7%, para Cabo Verde e Santiago, respectivamente. Igualmente, associados a estes valores, a taxa de analfabetismo (indivíduos de 15 anos ou superior) representam os 25.2 e 25.8%.

A esperança média de vida, que em 1975 oscilava os 63 anos, atingiu, em 2003, os 71 anos (67 para homens e 75 para mulheres).

### 1.2.2 – Particularidades culturais

A formação da sociedade cabo-verdiana originou-se dos elementos provenientes do continente europeu, oriundos sobretudo de Portugal. Ainda nesse processo de miscigenação também houve a participação de outros povos designadamente os espanhóis, franceses, ingleses e holandeses. E do continente africano, vinham escravos da costa africana com diferentes etnias, origens e línguas, nomeadamente os Balantas, Jalafos, Mandingas, Fulas, Manjacos e Bambaras. Sendo assim a fusão étnico-cultural destes diferentes grupos ocorreu de forma natural, desde os primeiros contactos entre europeus e africanos no arquipélago, acabando assim por dar origem a uma sociedade mista, com uma cultura própria, ou seja, a cultura cabo-verdiana.

Contudo, esta cultura é caracterizada pela sua música, gastronomia, património arquitectónico e popular, festas dos santos, hospitalidade e *morabeza* do seu povo. Porém, a música é um dos aspectos mais expressivos na cultura cabo-verdiana e muito tem contribuído para reafirmar a nossa identidade cultural. Exerceu um papel relevante na resistência cultural durante a época colonial e hoje constitui um elo de ligação do país ao resto do mundo. O povo cabo-verdiano tem e terá sempre presente no seu quotidiano a música como um fidedigno companheiro, envolvendo temáticas que retratam as circunstâncias da vida, da partida para terra longe, do mar, do regresso, tristeza e alegria da estimada e inesquecível terra natal.

Do descrito, entre as dez ilhas que compõem o Arquipélago de Cabo Verde, Santiago é a que mais manifesta a profunda tradição africana. Uma das principais manifestações culturais de maior expressão na ilha é a grande variedade de géneros musicais tradicionais<sup>33</sup> designadamente, o Batuque, o Finaçon, o Funaná, e a Tabanka.

**O Batuque** (batuku) representa o género tipicamente africano, cantado e dançado principalmente por mulheres, das quais a maior parte fica sentada em semicírculo e no meio ficam as dançarinas e outras que executam os cantos. É acompanhado pelo balancear das ancas e ritmado pelo bater das palmas sobre um

---

<sup>33</sup>Mazurca, valsa, coladeira, polcas, boleros e samba, são outros géneros musicais com influência europeia, presentes nas restantes ilhas, principalmente às do Norte.

almofadado apertado pelas mulheres entre as coxas, ao som de um cântico muitas vezes improvisado. Na maioria dos casos a temática deste género gira à volta de crítica social, ou seja, factos e acontecimentos que marcam a vivência e as dificuldades da população santiaguense em particular, donde é originário esse género de música.

**O Finaçon** assemelha-se ao batuque ao ponto de muitas vezes ser confundido como tal. A diferença entre ambos encontra-se na melodia e no estilo do canto na medida em que o finaçon se assemelha a uma conversa ritmada.

**A Tabanka**, por sua vez é uma outra manifestação cultural cabo-verdiana, mas em rigor não é considerada propriamente um género musical. Trata-se mais de uma peregrinação dançante ao som de cantigas, rufar de tambores, apitos e uma certa euforia de pessoas. Contudo é uma manifestação que traz consigo uma marca sagrada, nomeadamente o culto de Santos e da cruz. Na sua manifestação participam grupos numerosos de pessoas, tocando instrumentos diversos e outros acompanhando com cantos, principalmente de mulheres. São utilizados diversos instrumentos de percussão com especial atenção para os tambores, pedaços de chapas, garrafas entre outros. Além destes, também são usados conchas marinhas, nomeadamente o casco de búzios que produzem sons diferentes consoante o tamanho dos mesmos, acompanhando as músicas que geralmente são cantigas mono-frásicas. Contudo, ela dispõe dos seus próprios símbolos, significados e ritual.

**O Funaná** por sua vez é um género que também pouca sorte teve no passado, dado que fora durante longos anos relegado a um nível inferior no seio dos outros em Cabo Verde durante o regime colonial. É uma música executada em compasso binário, em andamento duplo, lento, médio e rápido, e é acompanhado por vezes de dança alegre e sensual. Representou no passado a expressão mais tradicional da oposição à dominação colonial, pelo que era mal visto pelos colonizadores bem como pela Igreja Católica. Trata-se de uma música com ritmo, tocada no seu estado original com gaita-de-foles, ferrinhos, voz humana, e com batimento dos pés no chão para marcar o compasso.

Por frisar, que as festividades religiosas dos santos populares também são manifestações culturais importantes, atraindo um número significativo de visitantes e turistas nacionais e estrangeiros, assim como na diáspora, celebradas em dias e zonas diferentes de acordo com o Santo (a) padroeiro (a).

O artesanato, genuinamente representa o quotidiano da população, pelos materiais utilizados e dos temas retratados, na produção da cestaria de caniço, na

tecelagem em algodão, e na utilização de barros. Sem esquecer os trabalhos com casca de coco, as bonecas de trapos e bijuteria com conchas. Pois, estas são obra e criatividade dos artistas e artesões locais (Guia Turístico de Cabo Verde 2010, s/d).

Em termos de patrimónios arquitectónicos na ilha temos uma grande variedade. Simbolizam a vivência do povo cabo-verdiano nos séculos passados, conservados até hoje. A maioria localiza-se no Centro Histórico da Cidade da Praia, no *Platô*. São patrimónios construídos e referências dos usos e costumes locais. No que se refere à sua conservação, alguns se encontram em bom estado, outros já foram restaurados, e outros ainda por restaurar. De entre eles destacamos: o Obelisco a Óscar Carmona; a Estátua e Miradouro Diogo Gomes; a Igreja de Nossa Senhora da Graça; a Casa Cor-de-rosa; o Palácio da Cultura; o Arquivo Histórico Nacional; o Museu Etnográfico; o Farol Dona Maria Pia; o Palácio de Justiça; o Liceu Domingos Ramos; os Paços do Concelho Municipal; o Quartel Jaime Mota; o Palácio Presidencial; o Mercado Municipal; a Escola Grande; o Antigo Aeródromo.

Enumeramos ainda outros, que pela sua importância, e beleza arquitectónica, estão incluídos nos roteiros turísticos, merecendo a devida atenção, são eles: Palácio da Assembleia Nacional Popular; Palácio do Governo; Memorial Amílcar Cabral; Parque 5 de Julho.

Nas outras zonas do interior da ilha encontramos igualmente outros patrimónios arquitectónicos e histórico-culturais, que merecem um destaque especial pelo que figuram hoje. Localizado na Ribeira Grande de Santiago, antiga Cidade Velha a 15 km da Cidade da Praia e no Tarrafal a 75 km da mesma. No caso da Ribeira Grande de Santiago, encontramos: Pelourinho ou “Picota” símbolo da justiça e lugar de execução dessa mesma justiça, construído em 1512. A Fortaleza Real de S. Felipe, mandada construir por Rei Felipe II de Espanha, I de Portugal, Razão por qual justifica o seu nome, construção iniciada em 1585 e concluída em 1591. As Ruínas da Sé Catedral construída em 1700, e logo em 1712 foi saqueada por Jacques Cassard, que a deixaram bastante danificada. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um dos edifícios mais antigos da Cidade Velha e de todo Cabo Verde, com mais de 500 anos, estando ainda a sua beleza bem conservada, construída a partir de 1495. E finalmente a Igreja e Convento de São Francisco construída a partir de 1640, que em 1754 viu parte da obra ser arruinada por um perigoso temporal de vento e chuva (Pereira, 2004:18-24).

Este conjunto de património encontra-se todo restaurado e recuperado pela Cooperação Espanhola, em parceria com o Governo de Cabo Verde (Ministério da

Cultura). Representa hoje o testemunho vivo do passado da época colonial. Por destacar que hoje Ribeira Grande de Santiago, antiga Cidade Velha, a primeira capital cabo-verdiana é Património Mundial classificado pela UNESCO, desde Junho de 2009.

Já no concelho de Tarrafal, deparamos com o Campo de Concentração de Tarrafal também conhecido como “Campo da Morte Lenta” situado em Chão Bom, construído pelo Império Colonial Português em 1936, encerrado em 1954, voltou a reabrir em 1962 e foi definitivamente encerrado em 1974. Ali se detinham os presos políticos de penas especiais residentes e outros oriundos de Portugal, Angola etc. Até ao momento encontra-se bem conservado e futuramente será transformado em “Museu da Resistência”.

Quanto à gastronomia da ilha, está geralmente ligada à gastronomia confeccionada em todo o país. Assim as mais confeccionadas da ilha temos: cachupa, xerém, cuscuz, tenderém e sopa de lorom, tudo a base do milho, um dos principais cultivos da ilha. Sem esquecer de mencionar também a feijoada, a caldeirada, a variedade de doces (papaia, coco, goiabada, mancará, etc.) e queijo de cabra. Tudo pode ser acompanhado das bebidas tradicionais: o pontche feito com grogue a vários sabores (coco, mel, calabaceira, etc.), o grogue e mel feito a base da cana-de-açúcar. Estas iguarias são porém, pouco conhecidas pelos turistas, já que não existem restaurantes típicos na ilha e são pouco promovidas nos restaurantes locais.

### **1.2.3 – Actividades económicas tradicionais**

A Ilha de Santiago é uma das ilhas essencialmente agrícolas. E somente 10% da área nacional é cultivável, e cerca de 90% dessa área cultivada fica na Ilha de Santiago (Ferreira, 2008). Esta actividade agrícola serve de subsistência à maioria da população no meio rural, baseado principalmente nas culturas de sequeiro (milho e feijão) e espécies plurianuais (leguminosas e frutícolas). Mas, com a escassez de chuva verificada à alguns anos atrás fez com que este sector decrescesse, passando as FAIMO (Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra) a representar a principal fonte de rendimento no meio rural, sendo esta também uma forma de apoio social nos maus anos agrícolas (quando a produção é afectada por falta de chuva e pelas pragas) (MADRRM, 2009b).

De um modo geral, a agricultura associada à pecuária e à pesca posiciona-se como o básico dos rendimentos dessas populações (rural e semi-urbanas) (INDP, 1997 citado por MAP, 2002), e estes sectores estão muito dependentes da irregularidade do clima, ou seja, tanto das precipitações como da produção de pasto.

No entanto, a ausência de outros recursos naturais tanto na ilha como no país, são razões explicativas para que desde sempre a população visse na agricultura, na pecuária e na pesca, significativas formas de satisfação das necessidades (alimento e emprego) (MAAP, 2004c). Uma situação que também justifica a forte dependência, exploração e transformação dos recursos ambientais por parte da mesma.

A expansão urbana verificada em toda a ilha, principalmente na Cidade da Praia, nas variantes demográfica e económica, fez com que o sector da construção civil bem como a indústria de material do mesmo, crescesse a um ritmo bastante satisfatório, passando o sector secundário a ser, a segunda principal actividade económica da ilha.

Porém, a actividade económica com maior expressão passou a ser o sector terciário, absorvendo a maior parte da mão-de-obra dos santiaguenses, precisamente na capital. Esta actividade está ligada à administração, função pública, vasto comércio, serviços de saúde, educação, restauração, hotelaria, com especial destaque para o turismo que actualmente vem mitigando o desemprego, e por conseguinte, o ecoturismo que vem aumentar as esperanças e expectativas em diminuir os efeitos negativos sobre o ambiente. É ainda interessante destacar, que as remessas dos emigrantes têm tido forte impacto no sustento de muitas famílias, principalmente as do interior.

### **1.3 – Especificidades ambientais**

A fragilidade dos recursos naturais de Cabo Verde foi umas das palavras-chave deste trabalho dado a importância do mesmo para o homem, no equilíbrio de ecossistemas e para o turismo/ecoturismo em particular. A Ilha de Santiago, como já se disse, em consequência da sua forte procura, tem estado muito sujeita à exploração dos seus recursos naturais, dando início a um processo de degradação ambiental, prevista anos atrás. Esta problemática ambiental assume na actualidade posição de destaque nos planos ambientais locais e nacionais tentando diminuí-la, na perspectiva de travar o uso de forma desregrada desses recursos.

Naturalmente, esta busca de soluções e opções alternativas aos problemas ambientais, garantem e irão garantir níveis de sustentabilidade à geração vindoura e um desenvolvimento durável.

A qualidade do ambiente almejado, além de ser saudável à vida na terra, é também, um recurso base do qual depende o desenvolvimento equilibrado da indústria do turismo na Ilha de Santiago. Dos diversos recursos ambientais da ilha são de realçar os mais consumidos pelo turismo, particularmente: a paisagem, a floresta, a biodiversidade, a orla costeira, os recursos hídricos e os solos. No que toca às suas funções estão de acordo com os princípios do ecoturismo, em que um complementa o outro.

Contudo, alguns desses recursos encontram-se numa situação crítica devido à pressão da população e do turismo (MAAP, 2004a), caso:

Orla costeira – com a construção das unidades hoteleiras e a apanha da areia nas praias (para subsistência e construção civil).

Recursos hídricos – caracterizado pela escassez e irregularidade da chuva, acompanhado do desperdício na existência de poucas condições que permitam a sua retenção quando chove. Geralmente, a ilha é abastecida por sistemas de captação de águas subterrâneas (poço, furo e galeria, etc.), principalmente no meio rural e um processo de dessalinização para as zonas urbanas.

Contaminação dos solos – pela salinização resultante também da apanha de areia nas praias e pelo uso de produtos químicos na agricultura (fertilizantes e pesticida, dejectos domésticos e industriais).

Erosão dos solos – Escassez de chuva, má prática da agricultura e pastorícia.

A pobreza entra aqui, como uma das principais causas deste problema. Na busca de uma forma de subsistência e sobrevivência o homem fica insensível às questões de sustentabilidade do ambiente, assemelhado à falta de informação e conhecimento desses conteúdos.

Pela natureza da situação, a abordagem dos problemas ambientais na ilha de Santiago requer o envolvimento de todas as partes, com enfoque para as populações em assegurar uma gestão consciente e participativa dos recursos, uma vez que são os principais beneficiários dos bens e serviços que o ambiente fornece e por outros agentes incitadores do desequilíbrio ambiental. A problemática ambiental na ilha e em Cabo Verde no geral, é uma das principais preocupações do governo, e uma solução durável

para este problema pode passar pela educação ambiental, utilizando todos os meios disponíveis e necessários para isso.

Focando o ecoturismo nesta causa, pode ajudar muito a salvar o ambiente, mas em princípio a ilha suporta a mesma condição que o país. “O ecoturismo é bem visto e um subsector de um período não muito longínquo”<sup>34</sup>, com probabilidade de desenvolvimento em muitas zonas potenciais e áreas potenciais (zonas protegidas, lugares histórico-culturais e naturais), construção de infra-estruturas ambientais, através da exploração ponderada dos recursos.

## **2 – OS CONTRIBUTOS DO ECOTURISMO NA CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES SÓCIO-ECONÓMICAS**

Eliminar a pobreza é um dos grandes desafios da ONU. “Foi a promessa histórica que os 189 dirigentes do mundo inteiro fizeram na Cimeira do Milénio da ONU em 2000, quando assinaram a Declaração do Milénio e acordaram em realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio [ODM]”<sup>35</sup>. Estes ODM foram assentes em oito pontos e metas, cuja data-limite estabeleceu-se até 2015.

O primeiro objectivo proposto foi a erradicação da pobreza extrema e a fome, e a meta seria reduzir para metade entre 1990 e 2015 a percentagem de pessoas, cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia (Relatório de ODM, 2009). O Relatório descreve ainda, que os objectivos advêm duma parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, aspirando em criar um clima tanto a nível nacional como mundial, conduzindo ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza.

Em Cabo Verde o combate à pobreza é também um dos desafios seguidos nos ODM, pelo Governo de Cabo Verde. Está incluído no Programa do Governo para a VII Legislatura e a aposta continua a ser em “assegurar a atracção de investimento estrangeiro para financiar os grandes projectos identificados, principalmente as infra-estruturas do país, o reforço do tecido empresarial e os projectos do sector social, entre outros” (Programa do Governo para a VII Legislatura 2006/2011, 2006:57). A mesma fonte refere, que com esta ilustração o governo pretende aumentar a competitividade do

---

<sup>34</sup>Trabalho de campo decorrido de 10 de Março a 10 de Junho de 2010 (CMSSM – Picos), cf. Anexo IV.

<sup>35</sup><http://www.wecanendpoverty.eu/languages/portuguese.html>

país, o crescimento substancial das exportações, cujo objectivo reflecte na criação de mais emprego, e desta feita contribuirá para a redução da taxa do desemprego, da pobreza e naturalmente, para o bem-estar das populações.

Actualmente o país ocupa o quarto melhor índice de qualidade de vida dos países africanos. Os dados afirmam que 25% da força viva do país está no desemprego, 14% da população é muito pobre e cerca de 30% é pobre (Estimativas do Banco Mundial citado pelo Guia Turístico de Cabo Verde 2010, s/d). Neste sentido, é visível o esforço do governo no decorrer dos anos, em combater e diminuir a pobreza em Cabo Verde.

Apesar, de não ser considerado um sector prioritário de desenvolvimento económico do país, a agricultura ocupa 80% da força do trabalho e apenas satisfaz 15% das necessidades, a pesca ainda pouco desenvolvida, mas tem grande potencial e poderá vir a ser uma das actividades produtivas muito relevante, tanto a nível das capturas como das indústrias derivadas. (Guia Turístico de Cabo Verde 2010, s/d). Contudo, a agricultura em conjunto com a pecuária e a pesca posicionam-se geralmente, mais como um sector de subsistências, do que como sector de rendimento da grande maioria das famílias do meio rural e semi-urbana (MAAP, 2004b).

Nesta sequência, o turismo surge como mais um acessório a estas actividades, e vem ganhando cada vez mais peso na economia cabo-verdiana, e podemos até dizer que o país está fortemente dependente deste sector. Por outro lado, o ecoturismo também poderá ser mais um reajuste nesta via. Desta forma virá colmatar as deficiências e as crises do sector agrícola, provocada pela falta de chuva normalmente escassa e irregular. O simples facto, centra-se no elevado índice da pobreza perceptível em Santiago, particularmente no meio rural, (49,3%) (INE, 2007).

O ecoturismo segundo a sua definição é desenvolvido em espaços naturais de grande valor e interesse ecológico e ocorrido geralmente, também no espaço rural (Brás, 2005). Queremos dizer com isto, que deve ser mais explorado, pois é um dos instrumentos de auxílio no combate a este grave problema e traz mais-valia para a população local santiaguense, revertendo benefícios económicos a favor do mesmo, pelos seguintes motivos<sup>36</sup>:

- Representa oportunidades de desenvolvimento económico e social das zonas onde é desenvolvido;

---

<sup>36</sup>Informações obtidas unanimemente a partir do trabalho de campo decorrido de 10 de Março a 10 de Junho de 2010 (DGT, PNUD, WWF, CMSC, CMSLO, CMSD, CMSS e CMRGS), cf. Anexo IV.

- Fonte crescente de oportunidades para o desenvolvimento empresarial e criação de mais emprego, assim como estimulador de investimento de suporte dos serviços locais;
- Possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estruturas de bases (viária, saneamento, água, energia e comunicação etc.);
- Incentiva a facilidade de micro-crédito, por parte das autoridades competentes, fomentando a criação de micro-empresas familiares;
- Estimula o turismo rural; produção de artesanato; promove a educação ambiental; valorização dos espaços e recursos naturais;
- Ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais; fixação das populações em locais graças a geração de emprego e renda etc.;
- Contribui com valor económico tangível para os recursos naturais e culturais, resultante dos ganhos directos com os gastos dos visitantes, e faz aumentar o suporte económico para a conservação das comunidades locais;
- É uma força impulsionadora das trocas inter-culturais, para a compreensão e para a paz.

Ora, podemos dizer que as vantagens do desenvolvimento do ecoturismo beneficiam sobretudo as populações locais, e servirá desta feita como uma actividade de subsistência, desencadeando assim, um crescimento económico<sup>37</sup>.

Igualmente entusiasma as pessoas nas suas estratégias de sobrevivência através da multiactividade, proporcionando rendimentos complementares, sem perda de autonomia e independência profissional e sem o afastamento quotidiano das explorações de diferentes membros da família, que assim começam a encarar a actividade turística e recreativa de diferentes modalidades em relação às potencialidades da exploração e os recursos ambientais.

Há contudo, um reconhecimento generalizado dos entrevistados, sobre o potencial papel do ecoturismo como forma de subsistência, e da sua utilidade na erradicação da pobreza, garantindo fontes de rendimentos às comunidades mais pobres. Pois, manifesta-se por tudo isto, numa posição especial na contribuição resultante num desenvolvimento sustentável face aos desafios do presente pela seguinte razão: primeiro pelo dinamismo e crescimento do sector e pelo subsídio que oferece aos vários aspectos;

---

<sup>37</sup>Idem

e segundo porque é um segmento que permite uma interacção entre o visitante, o ambiente, as comunidades locais e o próprio sector, enfim, aumenta a participação da comunidade local no turismo. É preciso no entanto, informar, formar e sensibilizar a população local sobre os benefícios e constrangimentos também do ecoturismo, porque é muito importante o seu envolvimento nos projectos ecoturísticos para que haja a conservação dos recursos presente.

A propósito, o ecoturismo não só exerce uma grande influência na criação de condições de subsistência, como também estreita as relações entre turistas e visitantes, sabendo que é o consumidor que vai ao encontro do produtor, acabando por ser uma relação especial, conduzindo a três importantes aspectos (Ashley & Goodwin, 2001):

- **Interacção:** a experiência de conhecer novos locais, envolve uma interacção considerável directa e indirecta, entre visitantes, comunidades locais e ambientes naturais.
- **Conhecimento/Consciencialização:** permite que os turistas se tornem mais conscientes das questões ambientais e das diferenças entre nações e culturas, o que pode afectar e alterar atitudes e preocupações com a sustentabilidade, não só durante as viagens, mas também no futuro dia-a-dia das pessoas.
- **Dependência:** os turistas procuram ambientes e espaços limpos e intactos, áreas naturais atractivas, tradições culturais e históricas autênticas, e anfitriões hospitaleiros que saibam receber e estabelecer uma boa relação. O sector depende, por isso, da existência destes atributos.

E de acordo com Wearing e Neil (1999) todos os benefícios propiciados pelo ecoturismo às comunidades locais fazem com que aumente as sensibilidades e consciências acerca do grande valor dos atractivos naturais existentes no lugar onde vivem.

### 3 – ECOTURISMO E PRESERVAÇÃO SANTIAGUENSE

O ecoturismo como foi dito antes, pode proporcionar benefícios para as pessoas, mas está mais centrado e preocupado com a abordagem ambiental, conservação e preservação dos recursos naturais, estando todos interligados. O ecoturismo surgiu porque existem valores na natureza que despertaram a curiosidade nas pessoas em conhecer de perto estes valores, em especial, espécies endémicas da flora e fauna, ou espécies introduzidas. Do mesmo modo, as espécies da flora e fauna incentivam a evolução do ecoturismo, sendo ecoturista um consumidor de recursos naturais (Camprubi *et al.*, 1998), que por sua vez ajuda a elevar a consciência ambiental da população local e dos visitantes, garantido a sua manutenção e conservação. Este é o papel que tem desempenhado a flora e fauna santiaguenses, servindo de principais atractivos das áreas protegidas, o que tem elevado a curiosidade e interesse dos turistas e visitantes, em visitarem os espaços do interior da ilha.

Um dos atributos dado ao ecoturismo “é o seu auxílio na preservação ambiental, da flora e fauna”<sup>38</sup>. Em Santiago, este atributo é honrado pela realidade do país e da ilha em particular. Partindo da realidade de que não possuímos muitos, valorizamos o pouco que temos na tentativa de salvaguarda-los em áreas protegidas, evitando a sua extinção.

Actos revelados pelo governo com a criação do Decreto-Regulamentar nº7/2002, de 30 de Dezembro que “*estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde*”. Baseados na inventariação feita pelos pesquisadores na área, pode-se conhecer em termos quantitativos as espécies da flora e fauna existente na ilha. Num total de 757 espécies de plantas vasculares existente em Cabo Verde, 295 dessas espécies se encontram na Ilha de Santiago (Bancos de dados de biodiversidade de Cabo Verde, 2005, citado por MADRRM, 2009b).

Relativamente à fauna é muito pobre na abundância e diversidade. De acordo com a identificação feita no PNSM e na área adjacente, existem somente 75 espécies, distribuídos em invertebrados (46), anfíbios (1), répteis (6), aves (19), e mamíferos (3) (MADRRM, 2009b). A maioria das espécies endémicas, tanto da flora como da fauna estão conservadas no PNSM (46%), na Serra de Pico de Antónia e Rui Vaz (17%), e no

---

<sup>38</sup>Idem

único Jardim Botânico do país localizado em São Jorge Dos Órgãos, na Ilha de Santiago, sendo muitas delas (flora) utilizadas na medicina tradicional.

Existem outras áreas naturais da ilha com presença de algumas espécies de flora e fauna endémicas as quais urgem uma protecção especial, e por isso já foram propostas serem futuros Parques Naturais: (Banana-Ribeira da Montanha, Monte Graciosa e Ribeira de Lugar Velho) (Gomes, 2001).

Muitas destas espécies encontram-se ameaçadas e em perigo de extinção na lista vermelha de Cabo Verde. Motivos que servirão de alerta a todos e urgem medidas de protecção especiais.

A observação da flora e fauna, uma das principais actividades ecoturísticas, faz com que aumente a sensibilidade no domínio ambiental e cultural dos turistas e da comunidade de acolhimento. Mentalizando-os a cerca de um certo número de princípios do ecoturismo como seja, a minimização dos impactos sobre estes domínios.

Quando às instituições públicas de Cabo Verde ligadas ao turismo (como por exemplo DGT; MECC; CI.), falam que querem desenvolver o ecoturismo no país, pois acreditam nos potenciais recursos ambientais existentes, precisamente os exclusivos. A DGT “chama a atenção para o facto de que o ecoturismo propriamente dito terá baixos impactos no meio ambiente, no entanto, se a palavra “ecoturismo”, for utilizada somente como estratégia de marketing, então teremos impactos negativos como sendo a transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estruturas, aumento de produção de lixo, alteração de ecossistemas naturais, aumento do custo de vida, (super valorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras)<sup>39</sup>.

Neste sentido, se o ecoturismo for seguido dentro dos seus princípios juntamente com a educação ambiental, conduzirão as pessoas e a sociedade em geral a captar a complexidade do ambiente e dos seus recursos com a tomada de consciência, conhecimentos, estado de espírito, competência e participação.

---

<sup>39</sup> Idem (DGT).

## 1 – Acções do Parque Natural de Serra Malagueta (PNSM)<sup>40</sup> na preservação ambiental

Na Ilha de Santiago, a necessidade de salvaguardar os recursos da ilha, são motivos que levaram a classificação de Serra Malagueta com o Estatuto de Parque Natural. Foi a primeira a ser instituída na ilha, pelo Decreto-Lei nº 3/2003, formalmente em funcionamento desde 2008, dotado de projectos e equipas capacitadas, a fim de conservar os recursos naturais no interior do Parque e arredores, garantindo a sua manutenção ao longo dos tempos.

A sua localização estratégica entre os três municípios (Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal), zonas com grande potencial de ecoturismo, causa um impacto forte nas populações destes municípios e de toda a ilha. Sentem-se privilegiados e satisfeitos por terem um espaço natural rico, pela sua diversidade biológica, servindo para as suas próprias necessidades, tendo sempre presente os princípios de desenvolvimento sustentável. Em termos de dimensão o PNSM ocupa uma área de 774 hectares, representando 0,8% da superfície de Santiago (991 km<sup>2</sup>) e cerca 0,2% da superfície total de Cabo Verde (4.033 km<sup>2</sup>) (MADRRM, 2009b) e localiza-se no Norte da Ilha de Santiago (Figura 6).

**Figura 6 – Delimitação do Parque Natural de Serra Malagueta**



Fonte: [www.areasprotegidas.cv](http://www.areasprotegidas.cv)

<sup>40</sup>Foi dado mais ênfase ao PNSM, por ser o único que encontra-se em funcionamento, com um plano de gestão, Director e equipa técnica.

A criação, identificação e implementação deste Parque, assim como os outros foram medidas administrativas do Ministério de Ambiente, actualmente designado Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, representado pela DGA em parceria com o INIDA e também com a colaboração das já citadas instituições internacionais, WWF, PNUD, GEF e da Natura 2000. Aliás o INIDA é uma instituição que tem dado grande contributo nesta matéria, com levantamento dos recursos naturais de Cabo Verde, concretamente da flora e fauna terrestres. Esta investigação revelou o estado da biodiversidade como sendo crítico, motivando ainda mais o Ministério do Ambiente a levar adiante os programas de protecção do ambiente.

O Parque está dotado de um corpo de gestão: um Director e equipas técnicas, e centrado em três estruturas de suporte:

- **Sector de ecoturismo** – instituir e incrementar actividades conforme os recursos presentes, e trabalhar com a comunidade local;
- **Segmento ecológico** – dedica-se ao estudo e monitorização da biodiversidade, planeamento, conservação e manutenção dos recursos naturais e sobretudo na sensibilização, educação ambiental de todos os *stackholders*.
- **Desenvolvimento comunitário** – promover actividades relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais, a fim de formar, informar e sensibiliza-las para as questões ambientais.

Assim, o Parque pela sua característica oferece aos seus visitantes maiores números (29) de plantas endémicas da ilha e 75 espécies de animais; o seu maciço montanhoso; contém elementos arqueológicos de interesses; o segundo ponto mais alto da ilha (1.064m); densa perimetro florestal (floresta de eucaliptos), ocupando uma grande porção da parte central do Parque; maiores ecossistemas em termos de potencialidades agrícolas da ilha; um micro-clima agradável e diferente em toda a parte da Ilha; uma humidade com números significativos de dias nublados durante todo o ano; hospitalidades dos residentes que vivem dentro do Parque; o artesanato local, com produtos de grande valor cultural e um parque de campismo de dimensão razoável.

Ora, o Parque em si bem como os seus valores naturais serve Santiago e Cabo Verde em geral de “área de experimentação científica (aos estudantes, cientistas e

outros), promovendo o turismo de investigação e educação ambiental”<sup>41</sup>; um espaço de lazer e conforto, um refúgio da vida quotidiana; um ponto estratégico, atractivo e catalisador de turistas e visitantes que pode resultar em benefícios económicos da população local e para a gestão do próprio Parque, e finalmente, por causa dos constantes nevoeiros e nebulosidade permitem a recolha e aprovisionamento de água para as comunidades que vivem dentro e à volta do Parque, através de sistemas de captação de água de nevoeiros.

Admitidas estas vantagens por todos os entrevistados, as populações que vivem dentro e fora do Parque são as mais beneficiadas, usufruem dos recursos de acordo com as suas práticas tradicionais, incluídas nos projectos criados para o Parque, e obviamente das receitas provenientes do ecoturismo pela elevada procura ao longo do ano.

Tendo em consideração a percepção da importância do PNSM na preservação ambiental perante as suas funções, haverá por isso todo o interesse em evitar ou reduzir muito dos desequilíbrios que possam operar nele, pondo em risco a sua destruição.

Portanto, quanto maior for o envolvimento da comunidade no trabalho do Parque, maior será a possibilidade de convencer o público local dos objectivos e das necessidades de conservação das espécies, não radica como que num “direito” natural das espécies à existência física, mas antes na importância de que a conservação se reveste para o próprio homem e nomeadamente para um conhecimento mais perfeito do mundo que o envolve. Posto isto, afirma-se entretanto, que os principais produtos ecoturísticos de Santiago encontram-se neste Parque.

Por isso, o PNSM é uma área “chave” que deverá ser utilizada para vender Cabo Verde lá fora como destino ecoturístico, por ser um ponto de paragem obrigatória para turistas ou qualquer visitante que por lá passar. Importante destacar que o Parque é também considerado o “pulmão da Ilha de Santiago”<sup>42</sup>.

### **3.2 – O ecoturismo no contexto do Parque Natural**

Os Parques Naturais são criados para conservar a biodiversidade e evitar a perda de ecossistemas em largas escalas. São as áreas mais procuradas para o ecoturismo a

---

<sup>41</sup>Trabalho de campo decorrido de 10 de Março a 10 de Junho de 2010 (informações acordadas por unanimidade (DGT, PNUD, WWF, CMSC, CMSSM, CMSLO, CMSD e CMRGS), cf. Anexo IV.

<sup>42</sup> Idem (CMSC).

nível mundial. Wearing e Neil (1999) dão-nos uma noção dos números de Parques existentes a nível global, onde cerca de 8.500 são zonas protegidas, acobertando 5,17% da superfície do planeta, ocupando mais de 773 milhões de hectares. E provavelmente serão criados muitos mais no futuro. O ecoturismo aparece como uma componente chave na manutenção dos Parques, neste contexto há uma ligação directa entre estes dois paradigmas, pois o ecoturismo impõe limites quanto ao acesso e exploração dos recursos existente dentro do Parque.

Os dois Parques Naturais criados em Santiago, enquadrados pois, na Rede Nacional de Áreas Protegidas: PNSM e Parque Natural de Pico de Antónia (PNPA) constituem importantes incentivos para a promoção do ecoturismo na ilha, segundo afirmações feitas por todos os interrogados na pesquisa. Quando se criou estes dois Parques automaticamente se pensou em explorar o ecoturismo na ilha e ainda mais, perspectivaram em criar outros num futuro imediato, e a mesma intenção é válida para o país com a criação também de outros Parques nas outras ilhas.

Caso do PNSM que desde a sua implementação tem havido algum esforço para desenvolver o ecoturismo neste espaço, o exemplo confirmado é a elaboração do Plano de Ecoturismo desse Parque. O boletim informativo bimensal “Folha di Serra” tem sido um instrumento complementar, com informações básicas do Parque e das suas actividades, acima de tudo a equipa do Parque elege a comunidade como parceira em todas as fases dos seus projectos numa lógica de co-responsabilização.

Paralelamente, o PNPA é um Parque aguarda financiamento, para iniciar a sua actividade e futuramente deverá incluir a zona de Rui Vaz a partir de Monte Tchota, pelo que será um Parque amplo que fornecerá um desfrute agradável da diversidade das suas paisagens.

A criação destes Parques é uma garantia dada à conservação do meio ambiente, do património histórico e cultural e ao desenvolvimento sustentável. Os seus estatutos obrigam necessariamente a criação de uma consciência ecológica pela via de educação ambiental, mostrar e informar que a conservação passa por manter essa contínua mudança genética que permite a adaptação dos seres vivos ao meio, pois é importante que as populações se orgulhem do seu património natural, e isso é uma tarefa que certamente está ao alcance da direcção dos Parques de Santiago/Cabo Verde.

**Figura 7 – Paisagens do Parque Natural de Serra Malagueta e de Pico de Antónia**



Fonte: Foto da autora, Maio de 2010

De acordo com o trabalho de campo efectuado é de realçar que seria conveniente que o desenvolvimento do ecoturismo no Parque fosse integrado no turismo regional, local ou municipal, que se trabalhasse em parceria com os agentes turísticos, e conforme a DGT “que fosse associada a imagem da maior ilha de Cabo Verde ao Parque para criar mais e melhor valor ao turismo que se quer desenvolver através da diversificação dos produtos nomeadamente, um maior investimento no ecoturismo”<sup>43</sup>.

De acordo com Wearing e Neil (1999) o ecoturismo não pode existir sem normas e regulamentos do governo central e sem uma quota-parte de responsabilidade, na gestão e decisões a nível regional e local. O desafio de todos aqui passa por aplicar normas que incentivem e gerem benefícios económicos, distribuídos equitativamente, a partir de actividades que são cultural e ecologicamente sustentáveis.

Entretanto o ecoturismo tem uma capacidade de potenciar os recursos dos Parques, desde que se adquira novas práticas de gestão, separar de antemão o ecoturismo do turismo de massas, para se poder obter resultados positivos.

---

<sup>43</sup>Idem (DGT)

#### 4 – ACTIVIDADES ECOTURÍSTICAS E CIRCUITOS EM SANTIAGO

A Ilha de Santiago pela sua dimensão (a maior ilha do país) e seus recursos ambientais e naturais apresenta grande potencial em termos de ecoturismo, diversificado nos seus oito Concelhos do interior e geralmente também por outros tipos de turismo<sup>44</sup>. Porém, não estando devidamente aproveitados faz com que o ecoturismo não constitua ainda um sector dinamizador do desenvolvimento da economia local.

A Ilha em si, divide-se em nove Concelhos e apenas oito oferecem condições para a prática do ecoturismo. São a seguir identificados e caracterizados.

Concelho da Ribeira Grande de Santiago, localiza-se ao Sul da Ilha de Santiago, a 15km da Cidade da Praia. “Quanto às potencialidades temos vantagens comparativas em relação aos outros Concelhos e para o ecoturismo, temos vantagem competitiva”<sup>45</sup>. Realmente é o local mais procurado pelo turismo/ecoturismo, pela sua oferta variada em termos paisagísticos; micro-clima; alguns estabelecimentos hoteleiros; orografia recortadas; património arquitectónico, e pela sua rica história cultural, motivos que levaram a sua classificação como Património Mundial da Humanidade.

Estas ofertas podem ser vivenciadas e experienciadas no centro do Concelho, como também nas outras localidades do Concelho, segundo o Presidente local, nomeadamente: Pico Leão e Santa Clara.

Apesar disto, o Concelho tem deparado com alguns constrangimentos que tem dificultado o crescimento do ecoturismo, como deficiências de infra-estruturas adequadas, de sinalética, saneamento, e de um roteiro turístico que explicita os pontos de maior interesses a serem visitados.

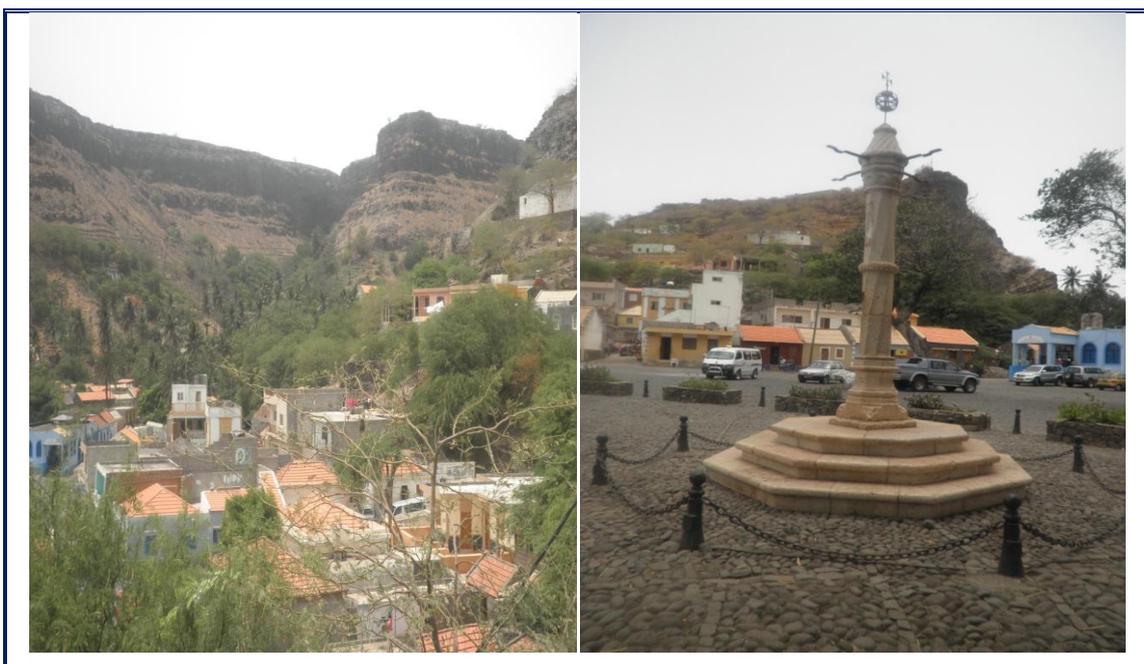
A destacar que o município da Ribeira Grande de Santiago é bastante jovem, criado em 2005, o que lhe tem proporcionado desde essa altura, a autonomia necessária para o desenvolvimento do Concelho nos vários domínios de actividade.

---

<sup>44</sup>Idem (DGT, PNUD, WWF, CMSC, CMSSM, CMSLO, CMSD e CMRGS).

<sup>45</sup>Idem (CMRGS).

**Figura 8 – Paisagens do Concelho da Ribeira Grande de Santiago**



Fonte: Foto da autora, Maio de 2010

Concelho de São Domingos, situado a Sudeste da Ilha de Santiago a 15 km da Cidade da Praia, entre os Concelhos de Santa Cruz e da Praia. Detentora de terra fértil e verde; o clima varia conforme as localidades, em direcção ao litoral temos um clima seco e nas zonas de altitude um clima sub-húmido (Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos [ANMCV], 2004). Um Concelho cheio de atributos ao ecoturismo, pelo que o Vereador do Saneamento e Espaço Verde da Câmara do Concelho afirma “Temos zonas super atractivas”<sup>46</sup>, principalmente na localidade de Rui Vaz uma zona integrada no PNPA, possuidora de condições naturais propícias à prática do ecoturismo traduzido pelo clima sub-húmido, montanhas e vales recortados, densas florestas de eucaliptos, solos ricos e férteis, de grande potencial agrícola.

A localidade de Rui Vaz é muito visitada no âmbito de ecoturismo, pelos nacionais e estrangeiros (alemães, belgas e holandeses)<sup>47</sup>, atraídos pela sua beleza natural.

Existe na zona um único estabelecimento hoteleiro designado Pousada “Quinta da Montanha” criado para ser um projecto de agro-turismo, oferecendo aos visitantes oportunidades de estarem em contacto com a natureza, conhecer espécies endémicas, várias actividades agrícolas desenvolvidas na região, bem como conhecer a vivência

<sup>46</sup>Idem (CMSD).

<sup>47</sup>Informações fornecida pelo proprietário da pousada, Dr. Lindolfo Ortet em Maio de 2010.

quotidiana da população local. Ainda são servidos pratos “*di terra*”, expressão utilizadas pelo crioulo que significa pratos tradicionais, confeccionados com produtos locais, o que tem trazido benefícios económicos à população local. A procura aumenta ainda mais ao fim-de-semana, pelo seu “*self-service*”, acompanhado de música tradicional. De destacar que futuramente Rui Vaz será classificado Parque Natural (Gomes, 2001).

**Figura 9 – Paisagens da localidade de Rui Vaz e do Concelho de S. Domingos**



Fonte: Foto da autora, Maio de 2010

Há outras zonas do Concelho também de interesse ecoturístico que poderão ser explorados neste sentido, casos de: Lagoa uma zona muito agrícola, Nossa Senhora da Luz, e Praia Baixo e obviamente, alguns dos caminhos vicinais que estão actualmente em desuso e que se forem restaurados servirão de grande potencial. Mas, para que esses potenciais sejam aproveitados na sua íntegra é preciso vencer alguns obstáculos presentes na infra-estruturação, bem como criar um plano turístico a nível do Concelho (traçar objectivos e definir metas, sobre o tipo de turismo que se pretende desenvolver no Concelho) reduzir o vandalismo, entre outros.

Concelho de São Lourenço dos Órgãos, fica situado no Centro da Ilha de Santiago a 30 km da Cidade da Praia. “O Concelho tem muitos pontos de vertentes ecoturísticas”<sup>48</sup> reflectidos nos aspectos paisagísticos interessantes como montanhas, zonas de microclimas, florestas e plantas endémicas, grande exploração de produtos

<sup>48</sup>Trabalho de campo decorrido de 10 de Março a 10 de Junho de 2010 (CMSLO), cf. Anexo IV.

agro-industriais, uma barragem; zonas de fruteiras nas encostas do Concelho, gastronomia e muitos outros pontos que podem fazer parte do circuito turístico.

O Concelho é muito competitivo em termos potenciais nas suas duas localidades: São Jorge dos Órgãos e Banana-Ribeira Montanha. A primeira apresenta um clima semelhante ao de Rui Vaz, sub-húmido; perímetro florestal; solo fértil e de coberto vegetal; montanhas exuberantes e uma delas marcadas pelo ponto mais alto da ilha e terceiro do país (Monte Pico de Antónia 1.394 m) e cachoeiras (água que corre nas ribeiras na época das chuvas, entre Agosto e Outubro). Ainda podem ser visitados outros pontos de interesses da localidade nomeadamente: o Jardim Botânico “Grandvaux Barbosa” criado em 1986 e inaugurado em 1988, sendo até a data o único jardim botânico do país.

Um jardim muito representativo pela colecção de plantas endémicas e ornamentais que conserva, assim como pela colaboração com os outros Parques Naturais de Cabo Verde, produzindo espécies endémicas ameaçadas de extinção para esses Parques e na recuperação da cobertura vegetal natural dos mesmos; o miradouro localizado no Centro de Formação Agrária, proporciona uma bela vista da localidade em si; o Museu etnográfico “*Nôs Guentis*” onde se pode encontrar muitas peças da cultura cabo-verdiana, e finalmente a visita terminará com o apreço do *Trapitche*<sup>49</sup>, onde se poderá assistir na produção e provar a principal bebida tradicional de Cabo Verde, o grogue, feito à base de cana-de-açúcar na zona de Longueira.

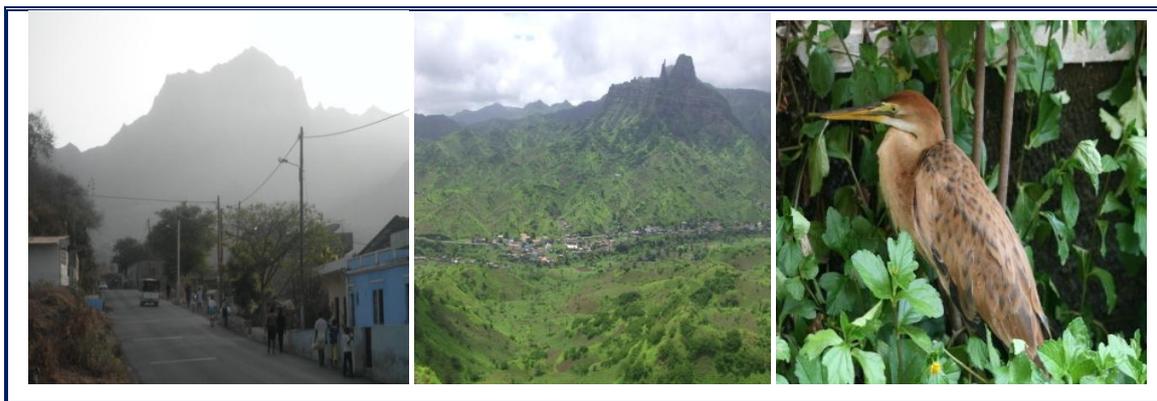
Quanto à localidade de Banana - Ribeira da Montanha, as suas montanhas, clima, paisagens e conhecida principalmente pela zona de Garça Vermelha (*Ardea bournei*), uma espécie endémica que consta na lista vermelha de Cabo Verde, como estando em perigo crítico de extinção, e que existe somente neste local e duas espécies de Mogno (*Kaya senegalensis*) introduzidas a mais de cem anos, servindo desta feita como área de reprodução destas espécies (Gomes, 2001). Esta localidade atrai muitos turistas, estudiosos e especialistas na área, tanto pela curiosidade como pela pesquisa científica.

Hoje o Concelho alberga a Barragem de Poilão Cabral, um grande e único reservatório de água em todo Cabo Verde, localizado na zona a montante da Bacia Hidrográfica de Ribeira da Seca, cuja área total é cerca de 7.103,0 hectares, com declive médio de 7,7 e um talvegue de 18 km (ANMCV, 2007).

---

<sup>49</sup>Máquina tradicional usada para o fabrico do grogue – bebida típica do país.

**Figura 10 – Vista de Monte Pico de Antónia, cobertura vegetal do Município de S. Lourenço dos Órgãos e Garça Vermelha**



Fonte: Foto da autora, 1ª e 2ª imagem, Maio de 2010 e ANMCV, 2007

Os entraves persistentes no Concelho face ao ecoturismo, são a nível de infra-estruturas, as acessibilidades às zonas no interior do Concelho, a falta de iluminação pública e de sinalética nos locais de interesse turístico, algumas deficiências de restaurantes e bares, e fundamentalmente porque os terrenos são todos privados, o que não cria condições favoráveis para o desenvolvimento do turismo. De salientar que São Lourenço dos Órgãos é também um município jovem, criado em 2005, pelo que se encontra ainda em crescimento a vários níveis.

Concelho de São Salvador do Mundo – S.S.M (Picos), situado também no Centro da Ilha de Santiago a 32 km da Cidade da Praia. As características dos seus recursos face ao ecoturismo são bem visíveis. “Temos duas potencialidades essenciais: 1º tem a ver com a história e 2º com os seus recursos”<sup>50</sup> Estas variedades em termos de potencialidades consistem em: solo fértil de grande potencial agrícola e da pecuária; montes figurativos de grande atracção natural, como o de Pico de Antónia (que também faz parte do Concelho de S.S.M) e o monte de Marquês de Pombal, símbolo do Município, figurando um cavaleiro montado no seu cavalo; vales e ribeiras profundas com encostas verdes principalmente na época das chuvas; a Vila histórica do Concelho (Vila de Achada Igreja) instalada numa estreita elevação, representa um miradouro de vistas fantásticas sobre as principais localidades do Concelho, num contexto paisagístico; a sua arquitectura tradicional e paisagística manifestando a cultura local; clima ameno ao longo de quase todo o ano; cachoeiras etc.

<sup>50</sup>Trabalho de campo decorrido de 10 Março a 10 de Junho de 2010 (CMSSM – Picos), cf. Anexo IV.

Assim como os outros Concelhos referidos anteriormente, SSM é muito visitado pelos turistas nacionais e estrangeiros. A paragem é irresistível para apreciar e desfrutar das belezas estéticas do Concelho.

Face a estes recursos naturais, o município propôs ao governo no seu II Plano Director Municipal (PDM) a classificação das seguintes áreas naturais de maior relevância (ANMCV, 2009a):

- Parque Natural de Pico de Antónia – Interesse paisagístico e geológico;
- Parque Natural Monte Guilandia (Marquês de Pombal) – Interesse paisagístico e geológico;
- Paisagem Protegida de Picos Acima – Interesse rural e paisagístico, área amortiguação Parque Natural de Pico da Antónia;
- Monumento Natural Sansão – Interesse geomorfológico;
- Monumento Natural de Leitãozinho – Interesse botânico;
- Monumento Natural dragoeiro de SSM – Interesse botânico.

**Figura 11 – Paisagem do Monte Marquês de Pombal, das montanhas e da vila histórica do Município**



Fonte: Foto da autora, Maio de 2010

Naturalmente o Concelho depara-se com alguns constrangimentos, que devem ser levados em consideração no âmbito do turismo e ecoturismo: falta de acessibilidades aos outros locais de interesses ecoturísticos, de sinalética, de programas e roteiros turísticos e saneamento deficiente (falta de energia e comunicação).

O município foi recentemente criado (em 2005), juntamente com os do SLO e RGS adquirindo desde essa altura, autonomia política e administrativa própria, permitindo um desenvolvimento mais dinâmico.

Concelho de Santa Catarina (Cidade de Assomada), localiza-se na zona Central da Ilha de Santiago a 44 km da Cidade da Praia. Foi elevada à categoria de Cidade a 13 de Maio de 2001, posicionando-se como a segunda Cidade da Ilha e a quarta de Cabo Verde.

“O Concelho é um dos maiores e dispõe de diversas potencialidades em termos de ecoturismo”<sup>51</sup>. Tendo em conta a supra citada afirmação, destacam-se as seguintes: uma cidade famosa e muito falada, dentro e fora do país graças aos seus atractivos naturais e culturais propriamente: diversidade da paisagem em todas as localidades; clima ameno, solos ricos e férteis, sendo um dos Concelhos com mais precipitação em toda a ilha, e por sua vez, o mais produtivo; cultura e história rica e diversificada; existência de PNSM (apenas 302 hectares pertence ao Concelho); vários miradouros naturais de vista panorâmica (na zona de Volta Monte, Cruz de Cima e Alto de Ribeirão Manuel); bacias hidrográficas ricas e de valor paisagístico (Bacia dos Engenhos, do Charco e Tabugal); os seus planaltos, vales, montanhas e colinas, são considerados únicos entre todos os Concelhos em termos geomorfológicos (ANMCV, 2009b).

As potencialidades acima descritas, não deixam dúvidas de que estes são elementos essenciais para a boa prática do ecoturismo nos diversos domínios a nível de todo o Concelho.

O Concelho usufrui de duas localidades de grande referência, por serem também de grande valor e interesse ecológico: uma delas, denominada de Poilão de Boa Entrada, situada na zona de Ribeira de Boa Entrada, onde existe uma árvore endémica, o Poilão, com mais de cem anos e considerada a mais velha do país, servindo de área de nidificação de 10 casais de Garça Vermelha, encontra-se na lista das futuras áreas protegidas e alegadamente será classificada Sítio de Interesse Científico; A outra designada de Ribeira de Lugar Velho, que alberga belíssimas paisagens que circundam duas importantes espécies da flora ameaçadas de extinção: o marmolano (*Sideroxylo marginata*) e o lantisco (*Periploca laevigata ssp. Chevalieri*) (Gomes, 2001).

Dos diversos sítios patrimoniais naturais presentes no Concelho, somente um foi legalmente classificado (Serra Malagueta, apenas 302 hectares pertence ao Concelho), e supostamente outros serão classificados no futuro como património natural sobretudo (ANMCV, 2009b): Poilão de Boa Entrada; Pilon - Rocha Fundinho de Achada Leite;

---

<sup>51</sup>Idem (CMSC)

Gruta de Águas Belas; Monte Brianda em Tomba Touro; Monte Grande e Monte Sucuro com Djom Bombudo da Ribeira de Boa Entrada.

**Figura 12 – Árvore de Poilão, paisagem do vale e vista panorâmico de Monte Brianda – Concelho de Santa Catarina**



Fonte: ANMCV, (2009b).

De acordo com as palavras do Presidente da Câmara de Santa Catarina os constrangimentos verificados perante o turismo e ecoturismo são precisamente: o Concelho não tem um plano de turismo definido; deficiente saneamento devido à falta de água; estradas encravadas em algumas áreas de interesse turístico (Boa Entradinha e Achada Leite) o que dificulta o acesso ao mesmo, como também a faltam de sinalética.

Concelho do Tarrafal, localiza-se a Norte da Ilha de Santiago, a 75 km da Cidade da Praia. O Concelho tem mais vocação para o turismo de sol e praia do que para o ecoturismo, por causa das suas belas praias de areias pretas e brancas, das suas águas cristalinas e também do clima que é muito árido, o que lhe confere destaque como um dos municípios mais “estéticos da ilha”. É o Concelho mais procurado em toda ilha durante todo o ano.

Apesar do exposto o Concelho também dispõem de óptimas condições naturais, que lhe permite competitividade em relação aos outros, especificamente: beleza paisagística de grandes contrastes, ribeiras, vales e montanhas impressionantes; PNSM (apenas 36 hectares pertence ao Concelho); a parte litoral do Tarrafal é rica e com características ecológicas específicas; por exemplo: a zona de Ribeira das Pratas (ANMCV, s/d). Um destaque especial ao Monte Graciosa, o ponto mais alto do Concelho (645m) constitui a única amostra vegetal do Concelho, com elevada percentagem de espécies endémicas e arbustivas autóctones características de

ecossistemas de montanhas. O Monte Graciosa foi proposto para ser Parque Natural no futuro (Gomes, 2001).

**Figura 13 – Orla costeira e paisagem da Ribeira das Pratas no Concelho do Tarrafal**



ANMCV, (s/d).

Concelho de São Miguel, localiza-se na parte Oriental da Ilha de Santiago a 46 km da Cidade da Praia. Possui algumas características naturais direccionadas para o ecoturismo, geralmente: vales, montanhas, encostas e planaltos exuberantes; clima ameno e geralmente todo o território municipal é atravessado do litoral (com paisagens panorâmicas fantásticas) para o interior por quatro importantes bacias hidrográficas (Flamengos, Ribeireta, S. Miguel e Principal) e PNSM (apenas 436 hectares pertence ao Concelho).

**Figura 14 – Aspectos orográficas e da orla costeira do Concelho de São Miguel**

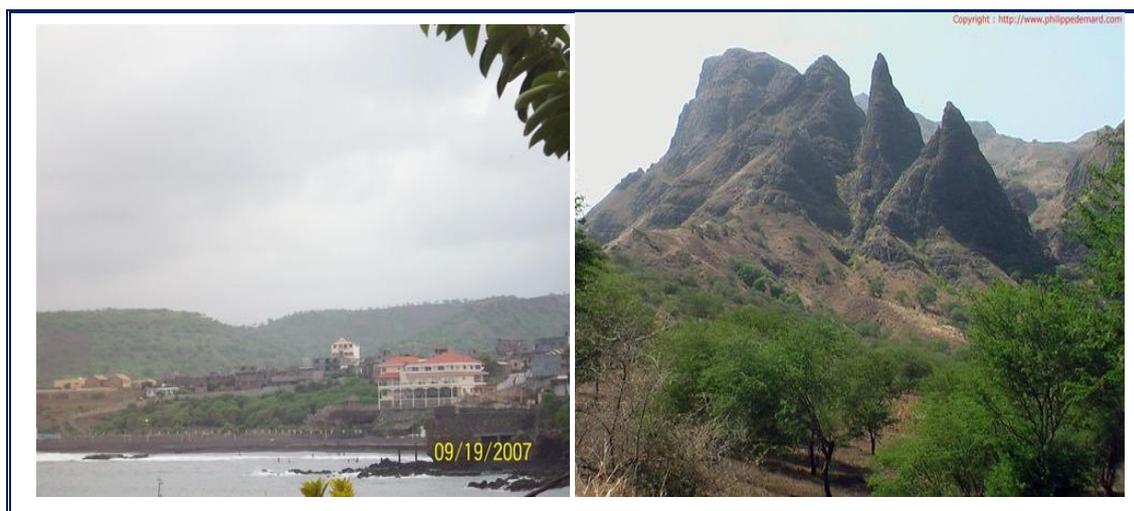


Fonte: <http://www.worldatlaspedia.com/es/afrika-cabo-verde-concelho-de-so-miguel/fotografias/detalleFotografia?idLocalizacion=6943557#8>

Existem duas zonas no Concelho de maior interesse ecoturístico: a Ribeira de Principal situado a montante do PNSM e Gongon, localizada na área de amortecimento<sup>52</sup> do mesmo Parque. Ambos possuem encostas de grandes atractivos naturais.

Concelho de Santa Cruz, localiza-se na parte Leste da Ilha de Santiago a 36 km da Cidade da Praia. As condições naturais do Concelho despertam o interesse para o ecoturismo, dado pelas suas montanhas, clima ameno, zonas litorais atraentes, praias de areia preta e apresenta zonas de grandes destaques para o ecoturismo que merecem ser exploradas, casos de (Achada Ponta, Ribeira Seca, Chã da Silva, Serelho e Rebelo Saltos), que devido à sua orografia e diversidade da paisagem poderá tornar-se em mais um aliado para o desenvolvimento sócio-económico do município que é considerado como sendo o mais pobre da ilha.

**Figura 15 – Paisagens dos picos e montanhas do Concelho de Santa Cruz**



Fonte:<http://www.worldatlaspedia.com/es/afrika-cabo-verde-concelho-de-santa-cruz/fotografias/detalleFotografia?idLocalizacion=6943554#10>

Os três últimos Concelhos (Tarrafal, São Miguel e Santa Cruz) deparam-se com mais constrangimentos em termos do ecoturismo, pois que enfrentam graves problemas de infra-estruturas de acessos, de hotelaria, sinalética, comunicação, energia, saneamento, principalmente nas localidades de interesse ecoturístico.

<sup>52</sup>Limite de 10 km ao redor das áreas protegidas, neste caso particular do Parque Natural de Serra Malagueta.

Diante da realidade do ecoturismo em cada Concelho, resta agora saber ultrapassar as debilidades e aproveitar as potencialidades da melhor forma possível para o desenvolvimento local e da ilha, revertendo benefícios a favor da própria comunidade, atendendo sempre os princípios de sustentabilidade. As medidas consideradas pertinentes para vencer as barreiras e desenvolver estas regiões ao nível almejado, centram-se à base dos constrangimentos existentes que merecem ser trabalhados da seguinte forma<sup>53</sup>: trabalhar as infra-estruturas (saneamento, energia e outros); identificar e promover os produtos dos Concelhos; promover muita animação em termos culturais; ter bons serviços de guias turísticos que sinalizem todos os pontos turísticos; apostar na divulgação; elaborar um plano turístico a nível do Concelho e conceder crédito local.

Também deve haver mais cooperação e harmonia entre o governo central e poder local no planeamento de estratégias turística e no combate a estes constrangimentos.

Praticamente todos os Concelhos têm projectos ambiciosos que se forem trabalhados e aplicados na prática com convicção dinamizarão o sector do turismo/ecoturismo nos seus Concelhos, e automaticamente estarão a incentivar a procura turística na ilha.

---

<sup>53</sup>Trabalho de campo decorrido de 10 Março a 10 de Junho de 2010 (CMSD, CMSLO, CMSSM, SMSC e CMRGS), cf. Anexo IV.

## 5 – ANÁLISE SWOT DO ECOTURISMO NA ILHA DE SANTIAGO

Santiago apresenta um conjunto de características que torna a ilha um destino atractivo e competitivo para o ecoturismo, assim como para o investimento turístico. Já foram antes mencionadas algumas, mas o quadro que se segue ilustra na sua íntegra o ponto da situação presente, baseado nos trabalhos de campo efectuados. São factos que permitiram fazer uma análise SWOT: dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do sector na ilha.

**Quadro 18 – Análise SWOT do ecoturismo na ilha de Santiago**

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Crescimento demográfico;</li> <li>▪ Situação geográfica privilegiada perto do continente americano, europeu e africano;</li> <li>▪ A maior ilha de Cabo Verde e alberga a capital do país;</li> <li>▪ Alto potencial para investimento;</li> <li>▪ Diversificações das atracções em diversas localidades;</li> <li>▪ Parques Naturais: Serra Malagueta (com um plano de gestão bem definido) e Pico de Antónia; densas florestas e único Jardim Botânico do país;</li> <li>▪ Grande quantidade e diversidade de plantas endémicas;</li> <li>▪ Espécies de flora e fauna endémicas exclusivas;</li> <li>▪ Importantes recursos geológicos;</li> <li>▪ Cultura rica e diversificada;</li> <li>▪ Clima favorável;</li> <li>▪ Vales e montanhas imponentes;</li> <li>▪ Orografias e paisagens exuberantes;</li> <li>▪ Barragem de Poilão Cabral;</li> <li>▪ Panorâmica da orla costeira e extensas praias de areia branca e preta;</li> <li>▪ Não está restrito às variações sazonais tornando-o atractivo ao longo do ano;</li> <li>▪ Conforto e segurança;</li> <li>▪ Bom Porto e aeroporto internacional;</li> <li>▪ Boas estradas principais e secundárias, tanto de asfalto como de calçadas nas principais localidades;</li> <li>▪ Morabeza e hospitalidade da sua gente;</li> <li>▪ Aposta do poder central e local.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concorrência natural de destinos domésticos com oferta muito diversificada e competitiva;</li> <li>▪ Deficientes ligações aéreas;</li> <li>▪ Insuficientes sinalizações turísticas nos principais pontos de interesses;</li> <li>▪ Deficiências de infra-estruturas (energia, água, saneamento e comunicação);</li> <li>▪ Encravamento de estradas nos principais locais de interesse ecoturístico;</li> <li>▪ Fracos recursos humanos qualificados para a área;</li> <li>▪ Pouca informação face a realidade do país no âmbito do ecoturismo;</li> <li>▪ Nível de pobreza elevado;</li> <li>▪ A maioria dos terrenos é privada;</li> <li>▪ Práticas agrícolas inadequadas nas montanhas, vales e encostas;</li> <li>▪ Irregularidade e escassez de chuva;</li> <li>▪ Deficiências de reservatórios para a retenção da água das chuvas;</li> <li>▪ Pouca quantidade e má qualidade da água;</li> <li>▪ Sector pouco explorado e desconhecido</li> <li>▪ Fraca promoção da ilha como destino ecoturístico;</li> <li>▪ Falta de plano turístico/ecoturístico nos Concelhos por parte dos municípios, assim como de roteiros turísticos;</li> <li>▪ Falta da visão estratégica do turismo/ecoturismo, que define o instrumento necessário para o seu desenvolvimento;</li> <li>▪ Fraco controlo e fiscalização das leis de protecção da biodiversidade;</li> <li>▪ Inexistência do posto turístico nos</li> </ul>

	<p>municípios;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inexistência de aterros sanitários;</li> <li>▪ Inexistência de um plano de ecoturismo no poder local.</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alinhamento com causa ambiental;</li> <li>▪ Preservação, conservação e manutenção da biodiversidade;</li> <li>▪ Identificação e criação de mais sítios de interesse científico, turístico, ecoturístico e de parque natural;</li> <li>▪ Elaboração de mais projectos direccionados ao ambiente e à biodiversidade;</li> <li>▪ Formação profissional na área do turismo e do ecoturismo como actividades;</li> <li>▪ Proporcionar uma experiência diferente e um produto de qualidade aos turistas;</li> <li>▪ Incentiva o turismo rural e agro-turismo;</li> <li>▪ Incentiva o micro-crédito para microempresas;</li> <li>▪ Incentivos fiscais;</li> <li>▪ Promoção da Ilha dentro e fora do país</li> <li>▪ Criação de emprego;</li> <li>▪ Ajuda no combate à pobreza;</li> <li>▪ Mobilização da população local sobre a importância do turismo e ecoturismo, assim como a sua sensibilização na criação produtos que atraíam os turistas;</li> <li>▪ Desenvolvimento local e da ilha em si;</li> <li>▪ Investimentos nos principais sectores de apoio ao turismo;</li> <li>▪ Melhoramento de infra-estruturas de apoio ao sector (Restauração, alojamento, meio de transporte, vias de comunicação, agências bancária, posto de saúde);</li> <li>▪ Mercado universitário em expansão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Saturação da capacidade de carga com excesso de visitantes nos locais de acolhimento;</li> <li>▪ Atentados ambientais (desflorestação, extinção de espécies);</li> <li>▪ Descaracterização da paisagem;</li> <li>▪ Poluição ambiental;</li> <li>▪ Apanha de areia nas praias locais;</li> <li>▪ Concorrência face aos outros mercados arquipelágicos;</li> <li>▪ Aculturação;</li> <li>▪ Falta de valor e reconhecimento público de valor da Região.</li> </ul>

Fonte: Elaboração com base no trabalho de campo e do conhecimento da realidade santiaguense.

Fica assim explícita nesta análise, o ponto da situação actual do ecoturismo em Santiago. Constata-se um número considerável dos pontos fortes e diversas oportunidades que permitem encarar o ecoturismo com optimismo e apostar na sua dinamização. O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo referido atrás

aumenta a esperança do crescimento do sector, uma vez que foi feito “uma análise sobre as potencialidades turísticas de cada ilha e os tipos de produtos que poderão oferecer”<sup>54</sup>

No que tange às fraquezas e ameaças estas, são entraves que chamam a atenção dos factos persistentes e dos riscos susceptíveis dessas fraquezas, que afectam e que poderão afectar ainda mais o desenvolvimento do ecoturismo na ilha. Mas, há possibilidade de ultrapassar com êxito esses problemas, considerando as fraquezas e as ameaças como oportunidades de tempo, isto é, ter uma visão positiva a longo prazo, pela estratégia e planeamento de todos os sectores envolvidos na questão.

---

<sup>54</sup>Idem (DGT).

De acordo com o estudo efectuado, atendendo ao tema Ecoturismo em Cabo Verde: uma via para a preservação ambiental na ilha de Santiago, foram tiradas as principais conclusões que se ansiavam nas questões levantadas, hipóteses propostas e objectivos traçados.

Podemos afirmar que o lema “Cabo Verde quer um turismo de qualidade voltado para o ambiente de forma sustentável” passou a ganhar mais ostentação com a determinação do regime jurídico dos espaços naturais, pelo Decreto-Lei nº 3/2003 de 23 de Fevereiro, implementando a Rede Nacional de Áreas Protegidas, isso depois das constatações feitas aos danos ambientais que o turismo tem causado nas orlas costeiras da Ilha do Sal. O que fez com que a noção do ecoturismo começasse a ganhar terreno, ainda mais a quando da inauguração oficial do PNF em Outubro de 2004, seguidos de PNSM e de MG. No entanto, este entusiasmo não foi levado adiante com determinação, que permitisse o seu desenvolvimento estrategicamente, pelo que o ecoturismo é caracterizado pela unanimidade dos entrevistados como um sector “recente, na sua fase embrionária e incipiente”. Facto que na realidade devia ser mais valorizado, focado nos principais recursos potenciais presente em cada ilha, e há verdadeiramente necessidade de diversificar o produto turístico cabo-verdiano, que não deve ser apenas o balnear.

Particularmente na Ilha de Santiago o ecoturismo seria uma via para a preservação ambiental, ajudando a diminuir as pressões provocadas pelo turismo e pela própria população nos recursos naturais (água, solo, praias...), o que faz com que o estado actual do ambiente santiaguense seja classificado de, um pouco degradado. Infelizmente, esta ideia é estabelecida mais na teoria e não merecidamente na prática e um pouco ignorado, assim como Cabo Verde em geral. É preciso levar em conta, esta problemática, fazendo mais campanhas de sensibilização junto às populações locais e à sociedade em geral, com a finalidade de reconhecerem que o ser humano também faz parte tanto do ambiente, como dos ecossistemas, e que os valores e os interesses humanos não podem ficar acima do equilíbrio ambiental. Também é imprescindível o estudo da Avaliação do Impacto Ambiental na implementação de qualquer projecto turístico/ecoturístico e não só, nos espaços naturais, principalmente nos espaços

protegidos quando se quer realmente promover investimentos em projectos sustentáveis, conforme frisado pela DGT.

A ilha apresenta oportunidades para desenvolver este segmento em todos os seus Concelhos do interior, dada a elevada potencialidade dos seus recursos exclusivos, mas que ainda não são explorados neste sentido e nem estão criadas às condições básicas para isso. Neste caso é lamentável quando nenhum dos Concelhos possua um posto turístico, que lhes permite divulgar o Concelho e avaliar em termos quantitativos o número de turistas e visitantes que procuram o Concelho, nem determinar outros aspectos da viagem ou visita.

Além da preservação ambiental o outro lado benéfico do ecoturismo confirmado no estudo visa os contributos que serão proporcionados a vários níveis à população local, com o destaque na promoção das actividades geradoras de rendimento, servindo como uma arma poderosa no combate à pobreza, cuja realidade é bem visível em Santiago (elevado índice sobretudo no meio rural). Assim, como já foi realçado antes, o ecoturismo, pouco explorado em Santiago, não tem ainda um peso nas actividades económicas no espaço rural da ilha principalmente, pelas razões atrás mencionadas.

A criação do PNSM é uma medida plausível por todos os interrogados na questão face ao ambiente por diversos motivos, principalmente na conservação das espécies de flora e fauna endémicas, pela existência de um número reduzido do mesmo em Santiago, evitando as suas vulnerabilidades. Permite pois, obviamente, práticas de actividades ecoturísticas no interior e ao redor do Parque, que se revestem a favor da conservação e da sustentabilidade. Há no entanto, outros Parques existentes na ilha com números significativos de flora e fauna endémicas, que não estão devidamente protegidas e outros ainda vão ser propostos a este título. Situações, que requerem intervenções rápidas das entidades competentes, para que se possa diminuir as ameaças e sua extinção previsível, uma vez que as vantagens das áreas protegidas é a sua maior capacidade de atrair financiamentos para projectos de desenvolvimento e/ou conservação. Geralmente é mais fácil captar financiamentos para desenvolver projectos de gestão de recursos naturais numa área protegida do que numa área sem qualquer estatuto.

A interligação entre o ecoturismo, a preservação da flora e fauna, e os benefícios deste segmento para as populações locais, abrirá o caminho que levará à preservação ambiental, que mais cedo ou mais tarde será certamente reconhecida.

Houve sim a preocupação tanto no primeiro como no segundo regime, com a percepção da importância do ambiente e da sua problemática, com a criação de uma série de leis, decretos, acordos, tratados e convenções assinados e ratificados nestas perspectivas. Além destes, verifica-se a existência de algumas ONGs que têm apoiado Cabo Verde em todas as ilhas nesse domínio.

Mas só criar leis, aderir a estes tratados e convenções não compensa, precisa-se fazer muito mais para se poder garantir às próximas gerações a mesma qualidade do ambiente. Uma vez que a política ambiental se encontra no centro da atenção nos planos do governo, há que haver mais colaboração, coordenação e parcerias entre essas entidades, para se poder implementar com eficiência os planos e projectos criados, da melhor forma. Um diagnóstico regular do levantamento da situação ambiental é imprescindível neste caso, e por outro lado o Plano Estratégico do Turismo aprovado no final de 2009, ajuda a projectar um turismo sustentável a médio/longo prazo. Um documento que há muito se fazia sentir nesta abordagem, pela força e exigência do próprio sector.

Assim o desafio no desenvolvimento do ecoturismo visando a preservação do ambiente é e seria sem dúvida uma inteligente opção para Santiago/Cabo Verde, ou seja, uma tipologia de turismo menos agressiva ao meio ambiente e certamente, tornará as populações menos dependentes desses recursos.

No desfecho desta conclusão vamos recordar as hipóteses enunciadas antes, justificando-as com as informações recolhidas nesta investigação.

**Hipótese 1:** Nos últimos anos da década de 2000, Cabo Verde em geral e a Ilha de Santiago em particular, tem sido muito valorizado e promovido como destino ecoturístico tanto nos circuitos nacionais como internacionais. Portanto esta hipótese foi infirmada e como foi salientado no Cap. II, nesta década o turismo de sol e praia em geral continua a ser a principal motivação da procura turística. Em relação aos outros segmentos, no caso do ecoturismo há consciência da importância deste potencial segmento e do potencial produto que o constituem, mas uniformemente não há valorização que reflecta a sua promoção tanto a escala nacional como internacional, apesar dos factos, o termo só foi reconhecido nos últimos dez anos.

A Ilha de Santiago ainda vem no entanto conquistando o turismo pelos seus picos e montanhas, parques naturais, património, história e cultura (...), por isso o ecoturismo aparece como um segmento mais apropriado e significativo para a ilha do que o turismo de sol e praia.

Mas num país onde os fluxos turísticos têm evoluído significativamente e com propensão a evoluir para 500 mil turistas por ano, segundo o PEDTCV 2010/2013 até ao final desse período, seria imprescindível adoptar outras tipologias de turismo para que haja equilíbrio ambiental face aos seus recursos.

**Hipótese 2:** As entidades públicas ligadas ao turismo e ao ambiente elegem estrategicamente a criação das áreas protegidas como a única forma de preservar o ambiente e de garantir o desenvolvimento sustentável. De facto confirma-se esta hipótese. A criação das áreas protegidas posiciona-se como a única forma viável de salvar o ambiente, por um desenvolvimento sustentável, dado às condições naturais do país. Um projecto que ganhou euforia nesta década a partir de 2003 com medidas legislativas e com a implementação do primeiro Parque Natural em 2004. Claramente houve a participação activa das entidades públicas do ramo e não só, com as investigações levadas a cabo, mediante os objectivos pretendidos. Também seria necessário complementar esta iniciativa seguindo outros métodos, principalmente a educação ambiental, capaz de promover um aprofundamento do conhecimento geral às populações e aos próprios turistas para que se possa atingir a qualidade “turístico-ambiental”.

**Hipótese 3:** A protecção ambiental, como forma de promoção da qualidade de vida dos cidadãos, assume um papel de assinalável relevo na sociedade Cabo-verdiana. Conforme constatado nas investigações, esta hipótese também se confirma. Obviamente para um desenvolvimento “natural” de Cabo Verde temos que ter uma sociedade consciencializada dos seus deveres e obrigações para com o ambiente, do mesmo modo que a Constituição da República lhes garante o direito de viverem num ambiente saudável. Este direito é interpretado como um forte desejo de manter determinadas formas de relação entre a população e o meio envolvente, porque quando a população se preocupa com o ambiente, participa nos seus projectos, o mesmo é dizer que fazer um uso sustentável do mesmo é priorizar outras actividades económicas que contudo se reflectirão nas suas condições de vida.

Finalmente, por tudo o que foi descrito ao longo deste trabalho, importa pensar seriamente nesta abordagem “turístico-ambiental” porque ainda não se atingiram níveis desejáveis na preservação do ambiente em Santiago e Cabo Verde no seu todo. Como tal, a presente investigação não deve terminar por aqui, e de acordo com Bogdan e Biklen (1994:257) “Não existe nenhum tema que não precise de ser mais investigado”,

todavia foi revelado o importante, mas não tudo, visto o tema tratado ser muito complexo, por isso fica em aberto para a continuidade de futuras investigações.

Ficam aqui expressas as principais limitações encontradas durante o estudo. Pouca dedicação dada ao ecoturismo, na ilha e no país, as bibliografias nesta área foram umas das principais limitações encontradas, servindo de base para análise documental, especificamente planos e relatórios do turismo e do meio ambiente. O guião de entrevista elaborado, foi um instrumento importante que ajudou bastante a vencer as deficiências, complementando-as. Uma outra limitação muito sentida foi a resistência da DGA e do PNSM, em responder aos questionários das entrevistas, apesar das várias tentativas feitas quer pessoalmente, e por outras vias, o que seria evidente um contributo valioso ao tema tratado.

Em relação a investigações futuras, como afirmado no remate das conclusões, este trabalho ficou em aberto a próximas investigações. Sendo este de carácter exploratório para se poder saber o que realmente se pretendia descobrir, mas servindo assim de incentivo e apoio no levantamento de novas questões. Por isso ficam aqui algumas sugestões de áreas que precisam ser estudadas, visto o ecoturismo ser uma actividade bastante “jovem” em Cabo Verde.

- Contributo do ecoturismo para o desenvolvimento rural da Ilha de Santiago;
- Análise dos impactos do ecoturismo nas áreas protegidas de Santiago;
- Ecoturismo em áreas protegidas de Cabo Verde;
- Os princípios do ecoturismo no combate à pobreza na Ilha de Santiago;
- Ecoturismo *versus* Turismo de sol e praia em Cabo Verde.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*. (2 ed.) Lisboa. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.
- Anónimo. (2005). *Desenvolvimento Turístico Sustentável em Cidades Históricas* (Concelho de Santiago de Compostela. Concelho de Lugo ed.). Atlante.
- Ashley, C., Roe, D., & Goodwin, H. (2001). Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor – A Review of Experience, Pro-Poor Tourism Report N°1.: [http://www.propoortourism.org.uk/ppt\\_report.pdf](http://www.propoortourism.org.uk/ppt_report.pdf) Obtido em 19 de Julho de 2010.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos. (S/d). Plano Ambiental dos Municípios do Interior de Santiago.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos. (Dezembro de 2004). Plano Ambiental Municipal de São Domingos.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos. (2007). Plano Ambiental Municipal de São Lourenço dos Órgãos.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos. (2009a). Plano Director Municipal de São Salvador do Mundo. 2 , 2.
- Associação Nacional dos Municípios Cabo-Verdianos. (2009b). Plano Director Municipal de Santa Catarina.
- Banco de Cabo Verde. (2009). *Relatório Anual. Balanço e Contas. Exercício de 2008*. Cidade da Praia.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa Em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Brás, J. M. (2005). Interpretação em Áreas Protegidas. . *Revista Turismo e Desenvolvimento, Planeamento, Sustentabilidade, Cultura, Tecnologias, Economia, Alqueva*. , 2, p. 29.
- Brito, A., & Semedo, J. M. (1995). *Nossa Terra Nossa Gente. Introdução à Geografia de Cabo Verde*. Praia: PFIE.

Brito, B. R., Pinto, J. R., Alacrão, N., & Duarte, A. (2010). *Turismo em Meio Insular Africano. Potencialidades, constrangimento e impactos*. Gerpress. Centro de Estudos Africanos.

Cabo Verde Investimentos. (2009). Notas sobre o Turismo. Praia.

Campos, M. (2008). *Turismo na África: Actividade Turística como Perspectiva de Alternativa Futura ao Continente.*, de <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/881/88160111.pdf> Obtido em 08 de Junho de 2009.

Camprubí, R. B., Marco, L. P., Cabado, J. S., & Riera, F. V. (1998). *Turismo y Médio Ambiente* (1 ed.). Madrid: Centro de estudios Ramón Areces, S. A.

Careto, H., & Lima, S. (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável* (Vol. 1). Geota.

Carreira, A. (1984). *Cabo Verde (Aspectos Sociais. Seca e fomes do século XX)* (2 ed.). Lisboa: Ulmeiro.

Carvalho, J., Cabral, J., & Gomes, A. (S/d). A Problemática da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos na ilha de Santiago.

*Conhecer e Compartilhar.* (s.d.). A Teia da Vida <http://montmello.wordpress.com/2009/12/11/a-teia-da-vida-todas-as-coisas-sao-conectadas/> Obtido em 3 de Agosto de 2010.

Contente, M. (2001). *Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo no Concelho de Vidigueira*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana. Universidade de Évora.

Costa, A. F. (1939). *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506 - 1508)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Editorial Verbo.

Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.

De Ketele, J. M., & Roegiers, X. (S/d). *Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações de Questionários de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

Enquadramento e Legislação (s.d.). *Investimento Externo*. Obtido em 20 de Setembro de 2010, de Governo .cv:

[http://www.governo.cv/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=46&Itemid=91](http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=46&Itemid=91)

Faria, F. X. (1970). *Os Solos da Ilha de Santiago (Arquipélago de Cabo Verde)*. Lisboa: Estudos de Ensaio de Documentos. Junta da Investigação Ultramar.

Fennell, D. A. (2002). *Ecotourism Programme Planning*. Cabi.

Ferreira, E. S. (2008). *O Turismo Sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares: o caso de Cabo Verde* (1 ed.). Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Figueira, A. P. (1997). *O Turismo numa Perspectiva Ecológica e de Desenvolvimento Sustentável. O Alojamento de Turismo em Espaço Rural no Baixo Alentejo*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana. Universidade de Évora.

Gomes, A. d. (1981). *Princípios de Geologia e Geologia da ilha de Santiago*.

Gomes, I., Gomes, S., Kilian, N., Leyens, T., Lobin, W., & Vera-Cruz, M. (1995). *Plantas Endémicas e Árvores Indígenas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário. Instituto Botânico. Jardim Botânico da Universidade de Bona.

Gomes, I. (2001). *As Áreas protegidas de Santiago*. Praia.

Gomes, I., Gomes, S., Kilian, N., Leyens, T., Lobin, W., & Vera-Cruz, M. (2003). *Plantas Endémicas e Árvores Indígenas de Cabo Verde*. Praia.

Governo de Cabo Verde, G. d. (Março de 2006). Programa do Governo Para a VII Legislatura 2006-2011.

Guia Turístico de Cabo Verde, 2010. (S/d). *José Sousa Machado*. Copyright Directel Cabo Verde.

Herbert, M. L., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas. Epistemologia e Sociedade*. Instituto Piaget.

Hintze, H. C. (S/d). Ecoturismo na cultura de consumo: possibilidade de educação ambiental ou espectáculo? *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 2.

Instituto Nacional de Estatística. (2000). Recenseamento Geral da População e da Habitação. Características Económicas da População.

Instituto Nacional de Estatística. (2005). *Projecção demográfica das populações e Concelhos*.

Instituto Nacional de Estatística. (2007). *Síntese dos resultados. Apresentação da movimentação de hóspedes em 2007*. Obtido em 14 de Maio de 2010, de [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

Instituto Nacional de Estatística. (2008). *Análise dos principais resultados do inquérito à movimentação de hóspedes*. Obtido em 14 de Maio de 2010, de [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

Instituto Nacional de Estatística. (S/d). *Análise dos principais resultados do inventário anual aos estabelecimentos hoteleiros*. Obtido em 14 de Maio de 2010, de [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos. (1999). *Estudo sobre o Desenvolvimento da Água Subterrânea na Ilha de Santiago. Relatório final, 1*.

Lourenço, J., & Foy, C. (S/d). *Cabo Verde: Governação e Desenvolvimento. Importância das Parcerias Público-Privadas*.

Machado, Á. (2005). *Ecoturismo um produto viável. A experiência do Rio Grande do Sul*. Senac Nacional.

Marujo, M. N. (2008). *Turismo e Comunicação*. Castelo Branco: RVJ-Editores.

Ministério da Agricultura e Pescas. Direcção Geral do Ambiente. (2002). *Segundo Relatório Nacional Sobre o Estado da Biodiversidade*. Projecto CVI/00/G41/A/1G/99. Direcção Geral do Ambiente. Praia.

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. Direcção Geral do Ambiente - *Photo Gallery*. (s.d.). Obtido em 15 de Julho de 2010, de *Áreas Protegidas*: <http://www.areasprotegidas.cv>

Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas. (Dezembro de 2004a). *Livro Branco Sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde*. Praia.

Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas. (2004b). *Plano de Acção Nacional para o Ambiente II 2004/2014. 1*.

Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas. Direcção Geral do Ambiente. (2004c). *Plano Ambiental Intersectorial (PAIS): Ambiente e Gestão Sustentável da Biodiversidade. 3*. Praia.

Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos. (Maio de 2009a). *Plano de Gestão do Parque Natural do Fogo. Áreas protegidas de Cabo Verde*.

Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos. (2009b). *Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta. Áreas Protegidas de Cabo Verde.*

Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos. (S/d). *Plano de Gestão do Parque Natural do Monte Gordo.*

Ministério de Economia Crescimento e Competitividade. Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico. (Março de 2008). *Perfil de Turismo em Cabo Verde.*

Ministério de Economia Crescimento e Competitividade. Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico. (S/d). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Cabo Verde 2010/2013.*

Ministério das Infraestruturas e Transportes. (2006). *Divisão Administrativa da Ilha de Santiago.*

Morais, P., & Silveira, M. (2009). O Ecoturismo e a Educação de Turistas como Estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Ilhas. In B. R. Brito, N. Alarcão, & J. Marques, *Desenvolvimento Comunitário das Teorias às Práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe* (1 ed., pp. 57-66). Lisboa: Gerpress.

*Negócios, Cooperação e Solidariedade entre Portugal e Cabo Verde - Sectores da Economia.* (s.d.). Obtido em 10 de Julho de 2010, de Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal - Cabo Verde: <http://www.portugalcabo Verde.com>

PD Consult. (2008 ). Master Plan do Turismo de Cabo Verde. *Relatório de Execução.*

Pereira, D. A. (2004). *A Importância Histórica da Cidade Velha* (Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro ed.). Praia: Alfa-Comunicações.

*Podemos Eliminar a Pobreza 2015. Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.* (s.d.). Obtido em 18 de Julho de 2010, de Cumprir a Promessa: <http://www.wecanendpoverty.eu/languages/portuguese.html>

*Porton di nos Ilha. Morabeza e Qualidade. Sector Primário, Secundário e Terciário.* (s.d.). Obtido em 20 de Setembro de 2010, de Portal: [http://portoncv.gov.cv/portal/page?\\_pageid=118,188596&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&p\\_dominio=29&p\\_menu=66&p\\_ent\\_det=1384](http://portoncv.gov.cv/portal/page?_pageid=118,188596&_dad=portal&_schema=PORTAL&p_dominio=29&p_menu=66&p_ent_det=1384)

Ramos, J. B. (Maio de 2004). *Ecoturismo: viagem sustentável. Informativo do instituto*. Obtido em 20 de Julho de 2010, de Instituto Ecológico de Aqualung: [http://www.institutoaqualung.com.br/info\\_ecoturismo\\_55.html](http://www.institutoaqualung.com.br/info_ecoturismo_55.html)

*Relatório da Reserva Natural Marinha da Baía da Murdeira*. (S/d).

*Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. (Setembro de 2009). Obtido em 18 de Julho de 2010, de Google: <http://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2009/Relatorio-ODM-2009.pdf>

Ribeiro, A. P., Lourier, J., & Martins, M. M. (2008). *Avaliação de Acordo de Cooperação Cambial Cabo Verde – Portugal*. GPEARI.

Ribeiro, J. d. (2009). *Em busca da Harmonia Ecológica*. Paulinas.

Rodrigues, V. J. (2009). *Desenvolvimento Sustentável: uma introdução crítica* (1 ed.). Princípia, Parede.

Serralheiro, A. (1976). *A geologia da ilha de Santiago (Cabo Verde)*. Lisboa.

*Smart Cabo Verde.com*. (s.d.). Obtido em 15 de Julho de 2010, de Cabo Verde: <http://www.caboverde.com>

UNEP. (2002). *Ecotourism: Principles, Practices & Policies For Sustainability*.

Wearing, S., & Neil, J. (1999). *Ecoturismo: Impacto, Tendencias y Posibilidades*. Editorial Sintesis. S. A.

*WorldAtlaSpedia*. (s.d.). Obtido em 10 de Agosto de 2010, de Concelho de Santa Cruz: <http://www.worldatlaspedia.com/es/afrika-cabo-verde-concelho-de-santa-cruz/fotografias/detalleFotografia?idLocalizacion=6943554#10>

*WorldAtlaSpedia*. (s.d.). Obtido em 10 de Agosto de 2010, de Concelho de São Miguel: <http://www.worldatlaspedia.com/es/afrika-cabo-verde-concelho-de-so-miguel/fotografias/detalleFotografia?idLocalizacion=6943557#8>

### **Legislação consultada**

ASSEMBLEIA NACIONAL - Constituição da República de Cabo Verde – 1ª Revisão Ordinária. Cidade da Praia, edição de 1999. Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 55/VI/2005 (10 de Janeiro de 2005). Estatuto de Utilidade Turística.

Decreto-Lei nº 3/2003 (24 de Fevereiro de 2003). Ministério do Ambiente e Agricultura. Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar nº 10/2007 (3 de Setembro de 2007). Ministério do Ambiente e Agricultura. Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar nº 19/2007 (31 de Dezembro de 2007). Ministério do Ambiente e Agricultura. Cabo Verde.

# ANEXOS

**ANEXO I – PACOTE LEGISLATIVO & PRINCIPAIS ACORDOS, TRATADOS E  
CONVENÇÕES RATIFICADOS POR CABO VERDE AO LONGO DOS TEMPOS.**

**Quadro A – Pacote legislativo muito relevante com impacto directo sobre o ambiente, baseado em MAAP, (2004c).**

<b>Dispositivos legais</b>	<b>Objectivos</b>
Lei nº 86/IV/93, de 26 de Junho.	Definição de Bases da Política do Ambiente, que fixa as grandes orientações e define o quadro legal que deve reger as relações entre o homem e o meio natural.
Decreto-Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho.	Sobre a Protecção do Ambiente que regulamenta algumas das situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente.
Lei nº 48/V/98, de 6 de Abril.	Regulamenta a actividade florestal e visa a protecção das florestas e a regulamentação do espaço submetido ao regime florestal excluindo as áreas com vocação agrícola.
Lei nº 85/IV/93, de 16 de Julho.	Sobre o Ordenamento do Território que cria os planos de ordenamento (esquema nacional, esquemas regionais e planos especiais de ordenamento) comporta essencialmente a regulamentação das construções urbanas e peri-urbanas.
Decreto-Lei nº 9/97, de 8 de Maio.	Proíbe a extracção e exploração de inertes nas praias, dunas e águas interiores.
Decreto-Regulamentar nº 2/2002, de 30 de Dezembro.	Estabelece as medidas de conservação e protecção das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, enquanto componentes da biodiversidade e parte integrante do património natural de Cabo Verde.
Decreto-Lei nº 6/2003, de 31 de Março.	Estabelece o regime jurídico de licenciamento e exploração de pedreiras.
Decreto-Lei nº 31/2003, de 1 de Setembro.	Trata da eliminação de resíduos para a protecção do Ambiente e Saúde Pública.
Decreto-Lei nº 03/2003, de 24 de Fevereiro.	Define o Regime Jurídico de Áreas Protegidas.
Decreto-Lei nº 29/2006, de 6 de Março.	Estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) dos projectos públicos ou privados susceptíveis de produzirem efeitos no ambiente ficam salvaguardados as componentes da natureza como: a fauna, a flora, a água, o ar e a luz, a paisagem, ou seja, o património natural.

**Quadro B – Principais Acordos, Convenções e Tratados assinados por Cabo Verde referentes ao ambiente e à biodiversidade, baseado em MAP, (2002).**

<b>Acordos/Convenções/Tratados internacionais</b>	<b>Data de assinatura/adesão/ratificação</b>
Adesão ao CILSS – Comité Internacional de Luta Contra a Seca no Sahel.	1975
Aprovação da Convenção relativa à Protecção do Património Mundial Cultural e Natural.	Decreto nº 146/87, de 26 de Dezembro.
Aprovação da Convenção do Quadro sobre as Mudanças Climáticas, concluídas em Nova York a 9 de Maio de 1992.	Resolução nº 72/IV/94, de 20 de Outubro, da Assembleia Nacional.
Aprovação da Convenção sobre a Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro a 5 de Junho de 1992.	Resolução nº 73/IV/94, de 20 de Outubro, da Assembleia Nacional.
Adesão à Convenção relativa à Determinação das Condições de Acesso e de Exploração dos Recursos Haliêuticas das costas dos Estados membros da CSRP.	14 De Junho de 1993.
Ratificação da Convenção Revista CILSS, assinada a 22 de Abril de 1994.	Resolução nº 114/IV/95, de 3 de Novembro, da Assembleia Nacional.
Ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre a Luta Contra a Desertificação nos países gravemente afectados pela seca e/ou pela Desertificação em particular em África.	Resolução nº 98/IV/95, de 8 de Março da Assembleia Nacional.
Adesão à Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos prejuízos devidos à poluição por hidrocarbonetos de 1969.	Decreto nº 2/97, de 10 de Fevereiro.
Adesão ao protocolo de Montreal, relativo às substâncias que empobrecem a Camada de Ozono.	Decreto nº 5/97, de 31 de Março.
Adesão à Convenção de Viena para a Protecção da Camada de Ozono.	Decreto nº 6/97, de 31 de Março.

## ANEXO II

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS PARQUES NATURAIS DE CABO VERDE, LEGALMENTE EM FUNCIONAMENTO: PNF E PNMG

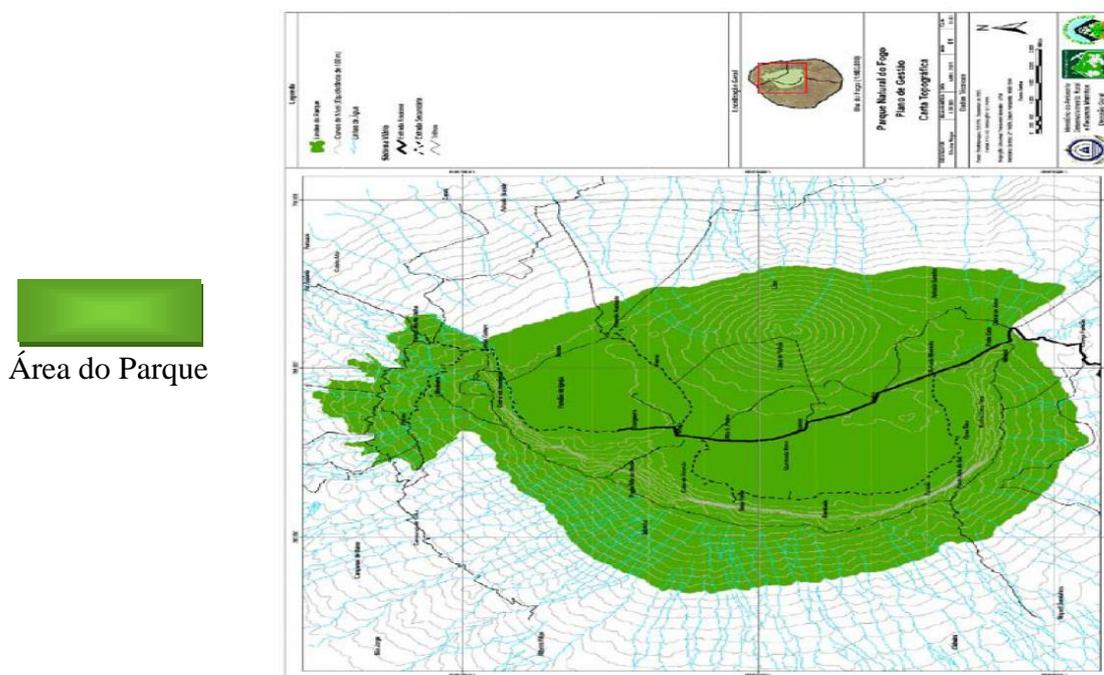
#### Parque Natural da ilha do Fogo – Ilha do Fogo

#### Caracterização

O Parque Natural da Ilha do Fogo foi o primeiro a ser implementado em Cabo Verde, de acordo com o Decreto-Lei nº 3/2003 de 24 de Fevereiro, e aprovado a sua delimitação pelo Decreto-Regulamentar nº3/2008 de 2 de Junho, fazendo parte da Rede Nacional de Áreas protegidas. Integra as zonas de Bordeira, Chã das Caldeiras e o Pico Novo, garantindo a auto-preservação, incentiva um turismo ecológico sustentável e equilibrado.

O Parque envolve uma área de 8.468,5 hectares, cujo limite compreende as encostas da Bordeira a partir dos 1.800m até ao seu ponto máximo 2.700m (figura 1) abarcando três municípios: São Felipe (1.861 hectares: 22% do Parque), Santa Catarina (4.237 hectares: 50% do Parque) e Mosteiros (2.370 hectares: 28% do Parque).

**Figura 1 – Delimitação do Parque Natural do Fogo**



Fonte: MADRRM, (2009a)

O Parque é o maior de entre todos, das 47 áreas protegidas que constam da Rede Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde. O seu relevo é bastante acidentado, englobando até, o ponto mais alto da ilha e do país, o Vulcão do Fogo com 2.829 metros de altitude, e o seu clima dominante é geralmente semelhante ao do resto do país, subtropical seco, com duas estações de chuva de Julho a Outubro e seco nos restantes meses. Quanto à vegetação, esta é composta na sua maioria, por espécies endémicas. Das 82 espécies de plantas endémicas de Cabo Verde, 37 existem na Ilha do Fogo e somente 5% são endémicas locais e se encontram no Parque Natural (MADRRM, 2009a).

**Figura 2 – Paisagens do Vulcão e aspecto verdejante do Parque Natural do Fogo**



Fonte: [www.caboverde.com](http://www.caboverde.com)

### **Estatuto**

O estatuto do Parque é dado por mérito próprio conforme os fundamentos do MAA (s/d):

- ❖ Constitui o maior centro de distribuição da biodiversidade indígena da ilha, integrando as zonas de Bordeira do Vulcão, Pico Novo, Chã das Caldeiras e Montinho;
- ❖ As suas encostas de lavas, jorras vulcânicas e o verde da vegetação indígena constituem um aspecto paisagístico exclusivo para Cabo Verde como também para o planeta;

- ❖ Conserva 59% da flora composta por espécies indígenas dos quais 57% são endémicas;
- ❖ Num total de 20 espécies existentes nesta zona (incluindo os fetos) encontram-se na Lista Vermelha de Cabo Verde, 15 das quais são endémicas;
- ❖ Uma zona com forte potencial à prática do ecoturismo e turismo de montanha;
- ❖ Constitui uma amostra de ecossistemas onde o homem pode conciliar os três aspectos: *sobrevivência* ← *recursos naturais* → *desenvolvimento sustentável*.

## Parque Natural de Monte Gordo – Ilha de São Nicolau

### Caracterização

O Parque Natural de Monte Gordo está em funcionamento e igualmente enquadrado no Decreto-Lei nº3/2003, também aprovado o seu limite exterior pelo Decreto-Regulamentar nº10/2007, de 3 de Setembro. Localizado a Oeste da Ilha de São Nicolau, estendido a E-W, praticamente orientado no sentido NW-SW e SE uma pequena parte, entretendo uma área de 952 hectares (figura 3), com altitude máxima de 1.312 m compreendendo os paralelos 36' 30" e 16° 37' 30" N e os meridianos 24° 21' e 24° 22' 30" W. O clima é parecido com os outros Parques: subtropical seco com duas estações, da chuva de Julho a Outubro e da seca os restantes meses.

**Figura 3 – Delimitação do Parque Natural de Monte Gordo**



Fonte: [www.areasprotegidas.cv](http://www.areasprotegidas.cv)

 Área do Parque

No que refere à vegetação, o Parque contém um grande número de endemismo (32) e 26 destes fazem parte da lista vermelha de Cabo Verde. De mencionar também a grande variedade de tipos de habitats presentes, especificamente a maior comunidade de Tortolho (*Euphorbia tuckeyana*) existente em todo o país (MADRRM, S/d).

A área do Parque abrange o antigo perímetro florestal estatal, áreas arbustivas, imensas ribeiras e algumas escarpas com uma notável presença de endemismo. À semelhança dos outros Parques, o território é compartilhado por dois municípios da ilha: Vila da Ribeira Brava e Vila do Tarrafal; elevando desta feita a potencialidade do Parque, em particular como área privilegiada para o ecoturismo e a ilha no geral (MADRRM, S/d).

**Figura 4 – Paisagens do Parque Natural de Monte Gordo**



Fonte: [www.areasprotegidas.cv](http://www.areasprotegidas.cv)

### **Estatuto**

Conforme MAA (s/d) o Parque Natural de Monte Gordo adquiriu este estatuto devido:

- Apresenta favoráveis condições naturais para a prática do turismo de montanha;
- Conserva grande número de plantas endémicas da ilha, num total de 28, representando 34%, sendo que 44% estão na lista vermelha de Cabo Verde;
- Estas plantas endémicas são utilizadas na medicina tradicional;

- Forte potencial para à prática do ecoturismo, pelas suas paisagens de belezas cénicas.
- Um modelo mais representativo de ecossistemas húmidos de montanha.
- Constitui uma amostra de ecossistemas onde o homem pode conciliar os três aspectos: *sobrevivência* ← *recursos naturais* → *desenvolvimento sustentável*.

### ANEXO III

## AGENTES ENVOLVIDOS NA ÁREA AMBIENTAL, TURISMO/ECOTURISMO

**Quadro A – Principais agentes ligados directa e indirectamente ao ambiente e turismo/ecoturismo em Santiago/Cabo Verde e as suas funções.**

Actores	Funções
<b>Direcção Geral do Ambiente</b>	Responsável pela elaboração de proposta de medidas legislativas no âmbito da protecção e melhoria do ambiente; avaliação dos impactos ambientais dos projectos; certificação ambiental; elaboração de normas relacionado com a qualidade do ambiente; promoção e gestão do sistema de informação para o ambiente; inventariação de fontes poluidoras e participação no controlo e inspecção das actividades das mesmas e pela implementação dos Tratados e Convenções Internacionais no domínio do ambiente assinados e ou ratificados por Cabo Verde.
<b>Concelho nacional do Ambiente</b>	Órgão de natureza consultiva, com intuito de assegurar a articulação de políticas e a cooperação entre as entidades e organizações públicas ou privadas nacionais que intervêm directa ou indirecta nas questões ambientais.
<b>Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pescas</b>	Visa promover e executar as leis e regras de preservação do ambiente no meio rural, fundamentalmente ao uso das florestas e das práticas de conservação dos solos.
<b>Direcção Geral do Turismo</b>	Responsável pela definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo; legislação e regulamentação; fiscalização (excepto das actividades económicas do sector) e controlo; desenvolvimento de relações institucionais a nível internacional; cooperação e desenvolvimento nos aspectos socioeconómicos, culturais e históricos; gestão dos recursos naturais; na luta contra a poluição e degradação do ambiente, da natureza, na informação e sensibilização.
<b>Cabo Verde Investimento</b>	Responsável pela implementação das estratégias de comunicação e <i>marketing</i> para o país (como destino turístico); promoção de investimentos turísticos e outros, e é gestor dos terrenos das ZDTI'S (Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado) com competências para a venda.
<b>Concelho Nacional de Turismo</b>	Cuja finalidade é zelar pelo desenvolvimento e coordenação de políticas do sector de turismo
<b>Câmaras Municipais</b>	Compete-lhes promoção de medidas, acções e programas de protecção e conservação da natureza; promoção de campanhas e programa de arborização e reflorestação e criação de espaços verdes; protecção e conservação do património paisagístico e urbanístico municipal; promoção e apoio de medidas de protecção dos recursos hídricos e de conservação do solo e da água; disciplina e controlo de acções e actividades susceptíveis de emitir fumos, gases e cheiros, de produzir ruídos ou de construir factores de insalubridade. Ainda têm poderes para aprovar ou licenciar empreendimentos turísticos que não requeiram a aplicação do Estatuto de Utilidade Turística e devem actuar em harmonia com as directrizes de Política Nacional de Turismo, definida pelo governo.
<b>União Nacional dos Operadores Turísticos</b>	Promover Cabo Verde como destino turístico de referência a nível internacional; Defender os legítimos interesses da indústria de turismo como um todo, colaborando com os poderes públicos no estudo e solução dos problemas do sector.

## ANEXO IV

### GUIÃO DE ENTREVISTA (PRESIDENTES DE CÂMARAS E VEREADORES)

1. Como caracteriza em termos da evolução o ecoturismo em cabo Verde e particularmente na Ilha de Santiago? Há dados ou evidências que demonstrem o estado actual do ecoturismo na Ilha?
2. Quais são as potencialidades que o concelho dispõem que favorece o ecoturismo? Quais os constrangimento? Identifique as outras zonas que apresenta esses potenciais?
3. Considera que o ecoturismo poderá reduzir ou colmatar os constrangimentos existentes na Ilha, principalmente nas zonas rurais?
4. Quais são os possíveis impactos da prática do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade santiaguense?
5. Têm alguns projectos ao nível do sector do ecoturismo que defina ou identifique produtos a promover e estratégias a seguir no concelho?
6. Que apoios têm concedido as entidade públicas e privadas, no sentido de divulgar o concelho incentivando o ecoturismo na Ilha?
7. Que medidas considera necessário para estimular e promover o investimento turístico nas zonas rurais como forma de desenvolver o ecoturismo?
8. Qual é a importância do Parque Natural de Serra Malagueta na preservação ambiental e no desenvolvimento do ecoturismo na Ilha?
9. Faça uma ligação entre a prática do ecoturismo e a preservação do ambiente, da flora e da fauna?

## **GUIÃO DE ENTREVISTA (DIRECÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO)**

1. Como caracteriza em termos de evolução, o ecoturismo em Cabo Verde e particularmente na Ilha de Santiago? Tem dados ou evidências que demonstrem o estado actual do ecoturismo na Ilha?
2. Quais são as potencialidades que a Ilha dispõem que favorece o ecoturismo? Quais os constrangimento? Identifique as zonas que apresenta esses potenciais?
3. Considera que o ecoturismo poderá reduzir ou colmatar os constrangimentos existentes na Ilha, principalmente nas zonas rurais?
4. Quais são os possíveis impactos da prática do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade santiaguense?
5. Têm alguns projectos a nível do sector do ecoturismo que defina ou identifique produtos a promover e estratégias a seguir na ilha?
6. Que apoios têm concedido as entidade públicas e privadas, no sentido de divulgar a ilha incentivando o ecoturismo nas zonas rurais?
7. Que medidas considera necessárias para estimular e promover o investimento turístico nas zonas rurais, como forma de desenvolver o ecoturismo?
8. Qual é a importância do Parque Natural de Serra Malagueta na preservação ambiental e no desenvolvimento do ecoturismo na Ilha?
9. Qual é a ligação entre a prática do ecoturismo e a preservação do ambiente, da flora e da fauna?

## GUIÃO DE ENTREVISTA (WWF & PNUD)

1. Como caracteriza em termos da evolução o ecoturismo em Cabo Verde e particularmente na Ilha de Santiago?
2. Quais são as potencialidades que a Ilha dispõem que favorece o ecoturismo? Quais os constrangimentos? Identifique as zonas que apresentam tais potencialidades?
3. Considera que o ecoturismo poderá reduzir ou colmatar os constrangimentos existentes na Ilha principalmente nas zonas rurais?
4. Quais são os possíveis impactos da prática do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade santiaguense?
5. Que apoios tem concedido esta instituição, que visa a protecção do ambiente incentivando o ecoturismo na Ilha?
6. Qual é a importância do Parque Natural de Serra Malagueta na preservação ambiental e no desenvolvimento do ecoturismo na ilha?
7. Qual é a ligação entre a prática do ecoturismo e a preservação do ambiente, da flora e da fauna?

## GRELHA DE ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

**Quadro A – Câmaras Municipais**

	<b>CMSD</b>	<b>CMRGS</b>	<b>CMSLO</b>	<b>CMSSM</b>	<b>CMSC</b>
<p><b>Caracterização e evolução do ecoturismo Cabo Verde/Santiago</b></p>	<p>-Ecoturismo é um sector pouco conhecido mesmo em termos de potencialidades; -Há poucas iniciativas;</p> <p>-Não temos estado com capacidade a fim de explorar praticamente o que temos de bom.</p>	<p>-Ecoturismo é um sector ainda por explorar, apesar de muitas potencialidades existente, um clima propício, e com recursos naturais favoráveis;</p>	<p>-Ecoturismo tem crescido na ilha de Santiago de forma lenta; -Mas tem tido procura de pessoas à procura de outras sensações, tendo em conta a diversidade de oferta;</p> <p>-Mas precisa melhorar as condições para prestação de serviços (hospedagem, restauração etc.), aproveitando as várias potencialidades existentes;</p>	<p>-Considero que o ecoturismo é já um pouco conhecido; -Divulgado, num período não muito longínquo. Inicialmente o turismo tem sido um motor de desenvolvimento, conhecido como turismo de sol e praia, principalmente as Ilhas do Sal, Maio, Boa Vista e Santiago – a Ilha com maior potencialidade turística, e no geral Cabo Verde -Possui diversidade de potencialidades que contribui para o desenvolvimento de Cabo Verde. -O turismo de sol e praia não está a ser muito evidente, pelo que o país precisa de um turismo voltado para o ambiente e a natureza ou seja, um turismo sustentável.</p>	<p>-Em Cabo Verde não temos uma verdadeira gestão de ecoturismo como um segmento, visto que as ilhas que têm mais vocação para o sector ainda não foram divulgadas nem descobertas.</p>

<p><b>Dados que evidencia o estado actual do ecoturismo no concelho</b></p>	<p>-Não temos dados, infelizmente não estamos preparados para esse fim.</p>	<p>-Não temos dados propriamente, uma vez que não temos postos turísticos que nos facilita obter dados quanto a entrada de turistas.</p>	<p>-Não temos dados concretamente da entrada de turista no concelho, precisa-se criar posto turístico e isto é uma falha e que dificulta obter os dados em relação a procura de turistas no concelho.</p>	<p>-Não temos dados sobre a procura turística no concelho, visto que somos um município novo e estamos a preparar para esse fim.</p>	<p>-Não temos dados compilados quanto a entrada de turistas no concelho, visto que também não temos um posto turísticos no concelho, o que dificulta a obtenção de dados, para registos de turistas de conexão, ou de poucas horas.</p>
<p><b>Potencialidades do Concelho/Ilha para o ecoturismo</b></p>	<p>-Temos zonas super atractivas, zonas altas: Rui Vaz, Loura, Ribeirão de Cal. -Zonas intermédias: Lagoa uma zona super agrícola que podem ser explorados, Nossa Senhora da Luz, e Praia Baixo. -Existem caminhos vicinais que estão actualmente em desusos e que se forem restaurados servirão de grande potencial.</p>	<p>-Quanto às potencialidades temos vantagens comparativas em relação aos outros concelhos, -E para ecoturismo temos vantagens competitivas, concretamente nas zonas de Pico Leão, temos micro climas convidativo, vales longos e profundos; -Na zona de Santa Clara – uma referência com grande potencial para a prática do ecoturismo; montanhas; paisagens encantadoras; -História cultural rica e exclusiva.</p>	<p>-O concelho tem muitos pontos de vertentes ecoturísticos: aspectos paisagísticos interessantes; montanhas; zonas de microclimas, -Existem muitos pontos que podem fazer parte do circuito; florestas e plantas endémicas; -Grande exploração de produtos agro-industrial; Barragens; zonas de fruteiras nas encostas do concelho e gastronomia.</p>	<p>-O município tem dois potencial digamos essencial: 1º tem a ver com a história e os seus recursos: a antiga Igreja; orografia (suas montanha, que representa o símbolo do concelho e se localiza no centro e a frente do monte Pico de Antónia; vales profundos; -Clima ameno ao longo do ano, -Segurança e saneamento boa, -Agro-turismo, um dos grandes potenciais do concelho.</p>	<p>-O Concelho dispõe de diversos potenciais e é um dos maiores em termos de ecoturismo, devido: um Parque Natural, já com um plano de gestão bem definido; -Árvore de poilão (centenária) na zona da Boa Entrada; -Ribeira de Gancheba em Tabugal; Ribeira de Engenhos; e toda a cintura da cidade pode ser transformada em potencialidades para o turismo ecológico.</p>

<p><b>Constrangimentos</b></p> <p><b>Constrangimentos</b></p>	<p>-Quanto aos constrangimentos: Não temos planos turísticos nem a nível do concelho e nem a do próprio país (não definimos o que queremos para o turismo);</p> <p>- Vandalismo;</p> <p>-Falta de acesso ao crédito para as populações (para incentivar os pequenos operadores a nível nacional);</p> <p>-Não temos agências centralizados para organizar o turismo;</p> <p>-Sector do turismo não está bem regulamentado (que permita indução);</p> <p>-Falta de transporte nacional, o que dificulta a deslocação inter-ilhas (precisamos de rever a política de transporte doméstico);</p> <p>-Evasão das pessoas na rua, o que incomoda a paz e tranquilidade dos turistas; um pouco de insegurança do país em geral.</p>	<p>-Dos constrangimentos temos deficiência de infra-estruturas;</p> <p>-Saneamento;</p> <p>-Sinalização;</p> <p>-Falta de um roteiro turístico.</p>	<p>-Um dos constrangimentos fundamentais é a nível de infra-estruturas;</p> <p>-Acessibilidades;</p> <p>-Deficiência de energia;</p> <p>-Saneamento;</p> <p>-Não existe sinalética nos locais com interesses turísticos.</p>	<p>-Constrangimentos existentes:</p> <p>-Acessibilidade;</p> <p>-Falta de programas e roteiros turísticos;</p> <p>- Saneamento deficiente (falta de energia e comunicação).</p>	<p>-No que refere aos constrangimentos, em Cabo Verde só há pouco tempo é que foi aprovado o Plano Estratégico de Turismo e em toda a Ilha de Santiago ainda não é vendido como verdadeiro destino turístico;</p> <p>-O concelho ainda não tem um plano de turismo definido;</p> <p>-Saneamento é um pequeno problema devido à falta de água;</p> <p>- Em termos de estradas temos algumas áreas encravadas exemplo (Boa entradinha e Achada Leite).</p>
<p><b>Outras zonas potenciais</b></p>	<p>-Serra Malagueta,</p> <p>-Pico Leão,</p>	<p>-Rui Vaz,</p> <p>-S. Jorge dos Órgãos, Serra</p>	<p>-Parque Natural de Serra Malagueta com um bom trabalho na área ecológica;</p>	<p>-Santa Catarina (Ribeira de Engenhos),</p>	<p>-S. Jorge dos Órgãos,</p> <p>-Toda a cordilheira de Rui Vaz até Monte</p>

	-Ribeira Grande de Santiago.	Malagueta -Concelho de Santa Cruz (Barragem de Poilão.	-Zonas de montanhas; -Ribeira Grande com um bom vale, -Ribeira do Picos, -Ribeira Principal da zona de São Miguel, -Ribeira das pratas (Tarrafal).	-Tarrafal (Ribeira da Barca), -Serra Malagueta, -Calheta (Ribeira Principal), Santa Cruz.	Tchota; -Ribeireta na Calheta.
<b>Possibilidades do ecoturismo em colmatar constrangimentos</b>	-Ecoturismo incentiva o investimento a nível da construção hoteleira exemplo: Sambala Village em S. Francisco; -Muda condições de vida das populações rurais; -Aumenta o emprego; -Melhoramento das infra-estruturas.	-Ecoturismo, sensibiliza a comunidade a valorizar os seus recursos, -Aumenta níveis de renda neste sentido.	-Ecoturismo pode ser um grande impulsionador nas comunidades com vocação turística; -Promove o emprego; -Aumento do rendimento das famílias; -Melhoria das condições de vida.	-Ecoturismo pode ajudar na dinamização da economia local; -Redução da taxa de emprego; -Gera emprego; -Aumenta as receitas no município.	-Contributo do ecoturismo pode ser importante, no melhoramento das zonas importante, onde há vocação para o sector; -Aumenta a notoriedade do concelho; -Promove o concelho como um concelho de conhecimento (cientistas e outros com interesse na pesquisa).

<p><b>Impactos do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Contribui para a protecção do ambiente, evitando a degradação das praias;</li> <li>-Aumenta a riqueza linguística,</li> <li>-No lado negativo traz modelos que afectam a nossa cultura (aculturação).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ecoturismo como já tinha sido dito ainda é pouco explorado,</li> <li>-Praticamente não temos infra-estruturas para atrair os turistas em massas;</li> <li>-Mas o ecoturismo aumenta as infra-estruturas;</li> <li>-Aumenta emprego;</li> <li>-Ajuda-nos a preservar os grandes patrimónios que possuímos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ecoturismo ajuda a elevar a consciência ambiental dos nossos escassos recursos.</li> <li>-Incentiva o melhoramento das condições locais: infra-estruturas etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Ecoturismo é um sector voltado para a natureza, pelo que o seu recurso contribui para a melhoria de condições de vida da população;</li> <li>-Ajuda na consciencialização das pessoas a valorizarem os nossos recursos;</li> <li>-Aumento de renda das famílias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Um sector quando bem gerido protege e permite a recuperação ambiental (principalmente nos programas de famílias que vivem da apanha de inertes);</li> <li>-Impactos negativos temos: a degradação ambiental; extinção de espécies (flora, fauna), o que seria possível trabalhar muito bem a capacidade de carga;</li> <li>-Ecoturismo ajuda a diminuir a pobreza, no melhoramento da distribuição de rendimento.</li> <li>-Do lado do impacto positivo temos o choque cultural, o que contribui para a universalização do concelho, e melhorar o rendimento das famílias.</li> </ul>
--	--	--	---	---	---

<p><b>Projectos/produtos estratégicos</b></p>	<p>-Temos projectos como por exemplo: Sambala Village que neste momento estão a divulgar Cabo Verde lá fora;</p> <p>-Temos centro de artesanato que queremos transformá-lo num grande centro não só para exposição mas também para produção;</p> <p>-Temos um projecto de reforma de sinalização dos lugares com potencial turísticos;</p> <p>-Temos projecto de saneamento (que visa dar às pessoas a oportunidade de obterem casas de banhos), o que contribui para a diminuição de resíduos líquidos; até 2012;</p> <p>-Temos projectos para que mais de 95% das populações tenham água domiciliária.</p>	<p>-Estamos no processo de montanha, já temos projecto de saneamento; de infra-estruturas;</p> <p>-Estamos a traçar vários roteiros e muitas actividades.</p>	<p>-Existem pequenas iniciativas comunitárias para incentivar o ecoturismo na zona;</p> <p>-Definir projectos nas diferentes localidades do concelho, que se encontram em estudos no sentido de divulgar o concelho compilando esses projectos.</p>	<p>-Estamos neste momento a terminar o site do município como forma de divulgar o concelho lá fora e a nível nacional;</p> <p>-Estamos a apostar fortemente no micro-crédito, como forma de incentivar as famílias a implementarem os seus próprios negócios.</p>	<p>-Temos projectos como a elaboração do plano estratégico no município;</p> <p>-Departamento de economia está a trabalhar para inviabilizar um grande projecto com a Cabo Verde Investimentos no concelho nomeadamente na implantação do turismo rural</p>
<p><b>Apoios públicos /Privados</b></p>	<p>-Temos tido apoios das agências de viagens (nomeadamente Cabtur, Praiatur) que nos tem ajudado a divulgar o</p>	<p>-Temos apoios para criarmos condições, para bem servir os turistas, ou seja estamos a trabalhar primeiro para depois</p>	<p>-Ultimamente temos uma articulação com a Direcção Geral do Turismo;</p> <p>-Algumas agências de viagens e turismo, no</p>	<p>-Estamos a trabalhar com as agências de viagens ex: Novatur o que nos tem ajudado na divulgação do município,</p> <p>-Na identificação dos lugares com</p>	<p>-Temos tido grandes apoios, mais precisamos montar a nossa parceria, no sentido de divulgar a</p>

	concelho e Cabo Verde em geral.	divulgar, pelo que temos as seguintes cooperação; Cooperação Espanhola;	sentido de nos apoiar no planeamento;	potencial turístico.	cidade como destino ecoturístico.
<b>Medidas para estimular e promover o investimento turístico</b>	<p>-Elaborar planos turísticos a nível do concelho e também a nível nacional que defina o que temos e onde queremos ir – para atingirmos metas;</p> <p>-Dar mais acesso ao crédito a nível local e nacional a fim de incentivar as pessoas a implementar os seus próprios negócios.</p>	<p>-Germinação com algumas Câmaras estrangeiras nomeadamente Câmara Municipal de Évora;</p> <p>-A nível nacional temos o Ministério da Cultura. Convém referir que os apoios nacionais são muito pouco.</p> <p>-Planificação urbanística;</p> <p>-Criar condições para incentivar o investimento;</p> <p>-Montar uma rede de aluguer e venda de terrenos.</p>	<p>-Já tivemos encontros de trabalho para a implementação do plano do turismo bem como o apoio técnico.</p> <p>-Trabalhar na base dos constrangimentos existentes no concelho;</p> <p>-Melhorar as infra-estruturas turísticas a nível de pousada, restaurante, turismo de habitação;</p> <p>-Criar condições a fim de atrair mais procura de turistas e investidores.</p>	<p>-Apostar na divulgação;</p> <p>-Tem que haver um programa de infra-estruturação (estradas, saneamento, energia, rodoviária e comunicação) ou seja, trabalhando isto o concelho atrairá obviamente mais investimentos;</p> <p>-Cabo Verde também tem que ter o programa de turismo, integrando os 22 municípios, discriminando o potencial de cada um bem como trabalhar os constrangimentos.</p>	<p>-Preparar as condições de base, nomeadamente trabalhar o saneamento;</p> <p>-Identificar e promover o produto turístico próprio do concelho;</p> <p>-Promover muita animação em termos culturais;</p> <p>-Ter bons serviços de guias turísticos que sinalizem todos os pontos turísticos.</p>
<b>Importância do Parque Natural de Serra Malagueta para a preservação ambiental/ desenvolvimento do ecoturismo</b>	<p>-Serra Malagueta é como um vector atractivo para a própria ilha;</p> <p>-Um ponto catalisador que atrai muitos turistas;</p> <p>-Lugar com muitas potencialidades á pratica do ecoturismo;</p> <p>-Conserva a grande biodiversidade da flora e fauna da ilha e do país.</p>	<p>-Um Parque que sem dúvida conserva valiosos recursos naturais;</p> <p>-Promove a educação ambiental;</p> <p>-Sensibilizar a população local no uso dos recursos de forma sustentável.</p>	<p>-O Parque Natural de Serra Malagueta pelo trabalho que foi feito é um modelo, e se o funcionamento for organizado contribui para o desenvolvimento;</p> <p>-Preservação das espécies endémicas.</p>	<p>-Serra Malagueta é um lugar aplaudível, pelos seus recursos naturais e ambientais,</p> <p>-Um Parque desejável, considerado o pulmão da ilha, Detêm muitas potencialidades ao ecoturismo.</p>	<p>-Parque Natural de Serra Malagueta é um Parque que partilha os três concelhos (São Miguel, Santa Catarina e Tarrafal), pelo que é um grande ícone em termos de reserva dos recursos naturais e ambientais da Ilha de Santiago;</p> <p>-Pode ser uma área de experimentação científica (de</p>

					estudantes, etc.); -Promove o turismo de investigação
<b>Ligação ecoturismo e preservação do ambiente</b>	-Estão interligados pelo que o ecoturismo leva a preservação do ambiente, principalmente a consciencialização em preservar os recursos naturais existentes.	-Todos estão ligados e centrados na natureza; -Ecoturismo busca a natureza para poder apreciar os seus recursos; -Também ajuda a preservar o ambiente.	-É uma ligação directa, estão todos interligados. -Quando falamos em ecoturismo, estamos automaticamente a falar de preservação do ambiente, da flora e fauna; -Promove a educação ambiental, -Na sensibilização das pessoas em preservarem e valorizarem os recursos existentes.	-Estão todos relacionados; -Quando praticamos ecoturismo, está-se obviamente consciencializado com as questões ambientais; -Em preservar a flora e fauna do local	-Ecoturismo acontece porque existem principalmente áreas protegidas; -Faz com que as pessoas descubram e valorizem a natureza e as espécies da flora e fauna; -Dá receitas a população e ao próprio Parque para a sua gestão; -Controle de capacidade de carga; -Ambas estão interligadas precisamente na manutenção do Parque.

## Quadro B – Direcção Geral de Turismo (DGT)

	DGT
<b>Caracterização e evolução do ecoturismo em Cabo Verde/Santiago</b>	- A noção de desenvolvimento sustentável expandiu-se e alargou-se a vários sectores e actividades económicas nesses últimos anos, incluindo o turismo. A importância da utilização sustentável dos recursos e uma política racional de conservação dos recursos são pré-requisitos essenciais à sua plena exploração e à evolução do ecoturismo na ilha.
<b>Dados que evidencia o estado actual do ecoturismo</b>	- Contudo, a DGT não dispõe de nenhum dado concreto que relata informações sobre a evolução do ecoturismo nesta ilha. - Talvez a Direcção Geral do Ambiente tenha dados concretos sobre visitantes que procuram o Parque Natural de Serra Malagueta, e mesmo assim, esse valor não esgota o número de pessoas que visitam a ilha com motivações ecoturísticas.
<b>Potencialidades/constrangimentos</b>	- Para além da rica biodiversidade que a ilha dispõe, acrescido de uma vasta área rural contendo um forte potencial para o trekking por ex., a área costeira de Santiago também tem fortes potencialidades para a prática de actividades ecoturísticas.
<b>Possibilidades do ecoturismo em colmatar constrangimentos</b>	- Sim!
<b>Impactos do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade</b>	- Sensibilização dos turistas e das populações locais para a protecção do ambiente, do património histórico e de valores culturais, ); - Ampliação dos investimentos voltados à conservação de áreas naturais e bens culturais; etc. - Além disso, uma parte dos benefícios económicos provenientes deste turismo terá que ser reintegrada localmente sob forma de projectos de desenvolvimento, tendo em conta critérios sociais e ambientais, melhorando aqui ainda as condições de vida geral das comunidades. - É necessário chamar à atenção que o ecoturismo propriamente dito terá baixos impactos no meio ambiente, no entanto, se a palavra “ecoturismo”, for utilizada somente como estratégia de marketing, então teremos impactos negativos como sendo a transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura; aumento da produção de lixo, alteração de ecossistemas naturais; aumento do custo de vida, (super valorização dos bens imobiliários e conseqüente perda da propriedade de terras), etc - Ecoturismo, sendo um segmento de turismo, tem os já conhecidos impactos socioeconómicos do mesmo, como sendo a geração de emprego; - Rendimento e estímulo ao desenvolvimento económico em vários níveis; possibilidade de melhoria de equipamentos urbanos e de infra-estruturas (viárias, sanitárias, médicas, de abastecimentos e das comunicações; - Fixação das populações em locais graças à geração de emprego e renda; - As vantagens do desenvolvimento do ecoturismo devem beneficiar não só os empreendedores e turistas, mas sobretudo as populações locais.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integrando-as no processo de desenvolvimento, ou seja, permitindo-lhes o acesso aos empregos directos criados por este desenvolvimento, desencadeando assim, um crescimento económico geral, numa melhoria do poder de compra.</li> <li>- Poder-se-ia falar de um turismo equitativo.</li> </ul>
<b>Projectos/productos estratégicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A WWF já fez diversos <u>estudos</u> sobre as potencialidades de se desenvolver o ecoturismo nas áreas costeiras.</li> <li>- O Plano Estratégico de Turismo faz uma análise sobre as potencialidades de cada ilha, e os tipos de produtos turísticos que poderão oferecer. No entanto, respondendo concretamente à pergunta, a DGT não tem nenhum projecto que define e identifique os produtos a promover na ilha.</li> </ul>
<b>Apoios públicos/privados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- De momento, o único incentivo financeiro que a DGT oferece é o Estatuto de Utilidade Turística (ver a brochura explicativa).</li> <li>- Na análise dos projectos, dá-se prioridade aos que procuram diversificar a nossa oferta turística, requalificar destinos turísticos, utilizar energias renováveis e infra-estruturas que minimizem ao máximo possível o impacto sobre o ambiente e contribuir efectivamente para um turismo sustentável e de alto valor acrescentado.</li> <li>- Por outras palavras, operadores que investem na área de ecoturismo, têm uma enorme possibilidade de verem os seus projectos aprovados e atribuídos os Estatuto de Utilidade Turística.</li> </ul>
<b>Medidas para estimular e promover o investimento turístico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para que as ilhas de Cabo Verde se tornem num verdadeiro destino ecoturístico é imperativamente necessário ultrapassar a fase das vontades políticas (embora sendo uma etapa primordial) para comprometer-se na implementação de acções concretas. Cabo Verde só poderá ser considerado como destino de ecoturismo quando a parte de mercado, inserida no turismo global for consequente.</li> <li>- Esta parte de mercado aumentará em função do número de infra-estruturas e actividades mais responsáveis e, por conseguinte, mais sustentáveis, criadas ou restauradas neste sentido.</li> <li>- É necessário estabelecer um certo número de etapas, no sentido de se promover investimentos em projectos sustentáveis.</li> <li>- Estas etapas foram em grande parte identificadas durante as reflexões em grupo aquando do Workshop organizado pela DGT e WWF, que se realizou na Praia no primeiro trimestre de 2010, no qual participaram as principais instituições Cabo-verdianas com implicações no sector do turismo e ambiente.</li> </ul>
<b>Importância do Parque Natural de Serra Malagueta para a preservação ambiental/desenvolvimento do ecoturismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque Natural de Serra Malagueta possui uma riqueza em termos de recursos e atracções naturais singulares, tais como paisagens, ribeiras, geologia, endemismos que constituem excelentes atractivos para ecoturistas;</li> <li>- Neste momento o Parque dispõe de infra-estruturas de lazer que valorizem ainda mais a oferta turística da ilha;</li> <li>- O desenvolvimento do ecoturismo no Parque de Serra Malagueta é de extrema importância uma vez que aparece integrado no Turismo regional da ilha de Santiago. A imagem da maior ilha de Cabo Verde poderá ser associada a do Parque para criar mais e melhor valor ao turismo que se quer desenvolver através da diversificação dos produtos nomeadamente investir mais no ecoturismo.</li> </ul>
<b>Ligação ecoturismo e preservação do ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Como a própria definição explica, o ecoturismo é um “segmento da actividade turística que utiliza, de forma sustentável, o património natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente; promovendo o bem-estar das populações envolvidas”.</li> <li>- Ecoturismo segue um certo número de princípios, como sejam a minimização dos impactes (sobre o ambiente, na comunidade de acolhimento);</li> <li>- Aumento da sensibilização ambiental e cultural e o respeito.</li> </ul>

-Sendo a observação da flora e fauna, umas das principais actividades ecoturísticas, investindo no ecoturismo, estaremos necessariamente garantindo os recursos necessários para a prática deste tipo de turismo, ou seja, a preservação da flora, fauna, e o meio ambiente natural.

### Quadro C – Fundo das Nações Unidas para a Vida Selvagem (WWF)

	WWF
<b>Caracterização e evolução do ecoturismo em Cabo Verde/Santiago</b>	- Ecoturismo em Cabo Verde assim como em Santiago está no estado embrionário.
<b>Potencialidades</b>	- Parque Natural de Serra Malagueta; - Potencialidades ligadas às montanhas; - Áreas costeiras (tartarugas);
<b>Outras zonas potenciais</b>	- Observação de aves (zona de Poilão); - Zonas de corais (Baía de Coral na Cidade Velha); - Zonas Sul e Sudoeste; - Orlas costeiras (Santa Cruz e Calheita).
<b>Constrangimentos</b>	- Não está a ser bem conhecido, por isso não está a ser valorizado no turismo; - As instituições não estão preparados a fim de explorar esses constrangimentos.
<b>Possibilidades do ecoturismo em colmatar constrangimentos</b>	- Sim, se for bem organizado pode; - É difícil trabalhar na conservação sem envolvimento da população; - Ajuda propriamente a organizar as actividades a serem exploradas.
<b>Impactos do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade</b>	- Se for um ecoturismo bem planeado, favorece a educação ambiental; - Sensibilizar e consciencializar na sua preservação; - Poderá trazer benefícios económicos; - Do lado negativo: distribuição de benefícios (problemas); - Os benefícios muitas vezes vão somente para os operadores.
<b>Apoios concedido para a protecção do ambiente</b>	- Trabalhamos na parte da conservação com algumas instituições na área (INIDA, INDP, DGASP e Câmaras Municipais); - Financiamos projectos na conservação de espécies da flora e fauna, e essas acções são a nível nacional; - Temos trabalhado na conservação das aves; - Apoiamos também a nível de legislação.

<b>Importância do Parque Natural de Serra Malagueta para a preservação ambiental/desenvolvimento do ecoturismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque Natural de Serra Malagueta, um lugar valorizado por este estatuto, pelos seus recursos que merece uma protecção especial;</li> <li>- Conserva o ambiente e os seus recursos sustentáveis;</li> <li>- Promove a educação ambiental;</li> <li>- Incentiva o ecoturismo para a ilha.</li> </ul>
<b>Ligação ecoturismo e preservação do ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Todos estão interligados, mas o ecoturismo é “uma faca de dois cumes” ou seja, tanto pode apoiar na conservação do ambiente, flora e fauna e as vezes não;</li> <li>- Pode ser compatível, é difícil avaliar a capacidade de carga;</li> <li>- É uma proposta de conciliação, mas as vezes só após de muitos anos veremos o seu contributo.</li> </ul>

#### Quadro D – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

	<b>PNUD</b>
<b>Caracterização e evolução do ecoturismo em Cabo Verde/Santiago</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ecoturismo em Cabo Verde está numa fase muito incipiente, baseado no ambiente que tem como função proteger o recurso;</li> <li>- Não está bem desenvolvido nem a nível de infra-estruturas e outros;</li> <li>- Precisa-se de um conjunto de recursos.</li> </ul>
<b>Potencialidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Santiago uma ilha interessante, com potencial enorme, quer nas comunidades de montanhas, ribeiras e litorais;</li> <li>- Tem monumentos interessantes (geológicos), assim como nas outras ilhas bastante potenciais (Fogo e Maio).</li> </ul>
<b>Outras zonas potenciais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Zonas de potencial Rui Vaz;</li> <li>- Santa Catarina;</li> <li>- Serra Malagueta;</li> <li>- Ribeira de Principal e Flamengo;</li> <li>- Porto Mosquito.</li> </ul>
<b>Constrangimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de visão estratégica do turismo (operacional – definir o instrumento necessário para o desenvolvimento do turismo);</li> <li>- Falta de Recursos Humanos (no sentido de ajudar a criar o produto);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de infra-estruturas (transporte, energia etc);</li> <li>- Precisa-se trabalhar muito a parte cultural.</li> </ul>
<b>Possibilidades do ecoturismo em colmatar constrangimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Quando houver mais procura na ilha no âmbito do ecoturismo, sensibiliza as autoridades competentes a trabalhar mais estes constrangimentos, para que o sector cresce ainda mais.</li> </ul>
<b>Impactos do ecoturismo nos recursos ambientais e na comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Do lado positivo temos: permite conservar a biodiversidade (flora e fauna);</li> <li>- Sensibiliza a população local e a sociedade em geral na problemática do ambiente;</li> <li>- Aumenta o número de visitas, o que cria rendimento à população local;</li> <li>- Troca de informação no âmbito cultural;</li> <li>- Do lado negativo temos: degradação do ambiente,</li> <li>- Extinção das espécies endémicas;</li> <li>- Rege mais lixo associada ao turismo de massas;</li> <li>- Expõe a comunidade a acções negativas (aculturação);</li> <li>- Torna a comunidade vulnerável e cria prostituição.</li> </ul>
<b>Apoios concedido para a protecção do ambiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Só apoiamos proposta proveniente do governo e a nossa intervenção é no sentido de conservação;</li> <li>- Apoiamos a DGA na implementação de Parques;</li> <li>- Estamos sempre ligados a leituras de leis;</li> <li>- Apoiamos na protecção da camada do ozono e nos projectos de adaptação a mudanças climáticas (principalmente na ilha do Maio).</li> </ul>
<b>Importância do Parque Natural de Serra Malagueta para a preservação ambiental/desenvolvimento do ecoturismo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Parque Natural de Serra Malagueta um Parque rico pela diversidade biológica e geológica;</li> <li>- Conserva importantes recursos ambientais;</li> <li>- Promove a educação ambiental;</li> <li>- Atrai mais procura para a ilha para o ecoturismo.</li> </ul>